



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE COMUNICAÇÕES ADMINISTRATIVAS

TERMO DE ABERTURA DE VOLUME

Aos **dezoito** dias do mês de **janeiro** de **2006**, procedemos a Abertura deste volume nº **V** do processo de nº **02001.001172/2004-58**, referente a UHE Tijuco Alto, iniciado na folha nº 802.


Alexandre Pollastrini
Analista Ambiental
CGO/CGLIC/DILIQ

MA136/0045/016/2006

Fis.:	803
Proc.:	1172/04
Rubr.:	see

São Paulo, 20 de janeiro de 2006

DILIQ-IBAMA
Tel: (61) 316-1595/1596
Av: L4, Norte, Bloco C, 1º andar
70800-200
Brasília/DF

Ilmo. Senhor Valter Muchagata.
Coordenador da CGLIQ - IBAMA

Ref.: Processo 02001.1172-2004-58, UHE Tijuco Alto

Entrega de respostas /proposições quanto ao ofício nº 753/2005 CGLIQ/DILIQ-IBAMA

Senhor Coordenador Geral,

Vimos solicitar reunião para consignar início de discussão sobre respostas ou proposições que a CBA/CNEC fazem com base no ofício nº 753/2005 CGLIQ/DILIQ-IBAMA e o parecer técnico que o acompanha. Na ocasião faremos a entrega de documento contendo nosso posicionamento e estarão presentes, de nossa parte, o Sr. José Roberto Pierre de Proença ou Éder Luiz Santo (como representante da CBA), este que subescreve, o representante da Gerência da CNEC e o Sr. Manoel José Domingues (responsável pelos Estudos de Fauna do EIA apresentado).
Solicitamos, dentro das possibilidades, que o agendamento pretendido se dê entre os dias 24 a 27 de janeiro ou de 30 a 31 do mesmo mês.

Atenciosamente



Ronaldo Luís Crusco

Coordenador dos Estudos Ambientais da UHE Tijuco Alto

Tel. xx 11-56968647/ 56968679

Fax.xx 11 56968686



Fis.:	804
Proc.:	172/04
Rubr.:	Ar

DOCUMENTO

Nº Documento : 10100.004446/05

Nº Original : 1873/05

Interessado : DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Data : 6/10/2005

Assunto : ENC. ABAIXO-ASSINADO DA ADAC, QUE JUNTO COM 17 OUTRAS ENTIDADES, MANIFESTA PREOCUPAÇÃO COM O PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS NO RIO RIBEIRA DE IGUAPE, SUGERE AVALIAÇÃO AMBIENTAL.

ANDAMENTO

De : GABIN

Para : DILIQ

Data de Andamento: 6/10/2005 09:51:00

Observação: DE ORDEM PARA PROVIDÊNCIAS PERTINENTES.

**PROTOCOLO
DILIQ/IBAMA**

Nº: 12.751

DATA: 07/10/05

RECEBIDO:

Assinatura da Chefia do(a) GABIN

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Chefia

Confirmo o recebimento do documento acima descrito,

Assinatura e Carimbo

07 OUT 2005

Fis.:	805
Proc.:	1172/04
Rubr.:	re

Ofício COR/GP/PR: 1873

Brasília, 03 de outubro de 2005.

Senhor Presidente,

Encaminho-lhe, anexa, carta dirigida ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por tratar de assunto afeto a esse instituto.

Solicito a gentileza de informar diretamente ao interessado as providências adotadas.

Atenciosamente,



CLAUDIO SOARES ROCHA

Diretor
Diretoria de Documentação Histórica

Senhor
MARCUS LUIZ BARROSO BARROS
Presidente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

MMA - IBAMA
Documento
10100.004446/05-16
GABIN
Data 06/10/05 Prazo: _

Fis.:	806
Proc.:	1172/04
Rubr.:	gle

S

**DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA
PROTOCOLO DE ENCAMINHAMENTO**

Ofício COR/GP/PR: 1873/2005

Data: 03/10/2005

Destino: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ASSOCIACAO DE DEFESA AMBIENTAL E CULTURAL - ADAC - 05.LL.062192.C/01-1

Total: 1

Solicitamos a conferência de todos os documentos constantes da relação, antes da assinatura do funcionário que será responsável pelo recebimento dos mesmos.

Recebido em: ____/____/____ ; **as:** _____ horas

Nome

Assinatura



DADOS GERAIS DO REGISTRO

Código do Registro: 05.LL.062192.C/01-1
Data de Emissão: 21/09/2005
Espécie: ABAIXO-ASSINADO
Quantidade de E-mail's: 0
Quantidade de Correspondências: 1

Protocolo: 26/09/2005 - Rosy
Leitura: 26/09/2005 - Delma

DADOS BÁSICOS DO AGENTE

Agente: ASSOCIACAO DE DEFESA AMBIENTAL E CULTURAL - ADAC
Endereço: Sem endereço postal
CEP: 11.900-000
Cidade: REGISTRO
Sexo: SEM CARACTERIZAÇÃO
Categoria: ENTIDADE REPRESENTATIVA

UF: SP

País: BRASIL

Faixa Etária: SEM CARACTERIZAÇÃO

Status: VÁLIDO

DADOS GERAIS DO DOCUMENTO

Tabulação Estatística:

- 1 CRITICA / MINAS E ENERGIA / HIDRELETRICA
- 2 SUGERE / MEIO AMBIENTE / BARRAGEM

Resumo/Descrição:

Junto com 77 outras entidades, manifesta preocupação com o projeto de construção de hidrelétricas no rio Ribeira de Iguape e sugere seja feita avaliação ambiental integrada das quatro barragens pela Empresa Pública de Energia - EPE com participação efetiva das associações locais. Pede intercessão junto ao IBAMA para que suspenda o processo de licenciamento do 'Tijuco Alto', que só deverá ser retomado caso o processo de avaliação comprove ser o projeto ambientalmente viável e de interesse ao desenvolvimento da região.

PROVIDÊNCIAS

ENCAMINHAMENTO

Órgão de Destino: Ministério de Minas e Energia

Órgão de Destino: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Observação: Carta tramitada na Secretaria-Geral da Presidência, encaminhada pelo Memo 119/2005-SEPPI/SG/PR, para registro e tratamento em 22/09/2005.

Registro, 21 de setembro de 2005

Exmo. Sr.
Luis Inácio Lula da Silva
Presidente da República

Fis.:	808
Proc.:	172/04
Rubr.:	de

05.LL.062192.C/01-1

P.

Senhor Presidente,

É com grande satisfação que a recebemos Vossa Excelência aqui no Vale do Ribeira, na cidade de Registro, nessa data. Para nós este é um momento histórico. Há quarenta anos não recebemos a visita de um Presidente da República. Como já é do vosso conhecimento, nossa região apresenta alguns dos mais baixos índices de desenvolvimento humano do país. Esse quadro é fruto do histórico abandono, por parte do poder público, e de políticas equivocadas desenvolvidas ao longo do tempo no Vale do Ribeira. Por outro lado, nossa região mantém uma enorme riqueza socioambiental que pode e deve ser considerada uma grande oportunidade para a implementação de novas políticas de desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento este que contemple a manutenção deste precioso patrimônio ambiental, importante para todos, pelos serviços ambientais que oferece, e a manutenção da diversidade social (quilombolas, caiçaras, pescadores, agricultura familiar, povos indígenas) que, apesar dos equívocos dos programas governamentais implementado na região, ainda sobrevive e continua buscando melhorar sua qualidade de vida com uma relação harmoniosa e adequada com o meio ambiente.

Durante seu governo várias iniciativas foram implementadas e outras estão em andamento que condizem com as preocupações destas comunidades. Recentemente a Ministra Marina Silva lançou aqui em Registro o PDA-Mata Atlântica, subprojeto do PPG7 entre outras iniciativas do MMA. O MDA vem apoiando através de vários programas a implementação de ações de apoio a agricultura familiar, a SEPIR vem incorporando as comunidades quilombolas no Programa Brasil Quilombola; enfim, estão em curso várias ações que contemplam a perspectiva de inclusão destas comunidades e manutenção da riqueza ambiental do Vale do Ribeira.

Embora ainda exista um longo caminho a ser percorrido, nos parece que finalmente conseguimos dar início à implementação de uma agenda de desenvolvimento responsável para a região, com o investimento de ONGs e dos governos estadual e federal no aprimoramento do ecoturismo, na titulação dos territórios de quilombos, na proteção das unidades de conservação, na recuperação do rio Ribeira de Iguape e no apoio a iniciativas locais de geração de renda, que promovam o uso racional dos recursos naturais. Essas são reivindicações antigas do movimento ambientalista e dos movimentos sociais do Vale do Ribeira, que sempre pleitearam políticas públicas diferenciadas para uma região que abriga uma enorme e reconhecida riqueza socioambiental, mas que sempre foi tratada pelo Estado como uma região pobre e subdesenvolvida.

Entretanto, apesar dos avanços, ainda há um fator de extrema preocupação para aqueles que lutam e tentam implementar um modelo de desenvolvimento social e ambientalmente justo para a região. Trata-se do antigo, e ainda vivo, projeto de construção de hidrelétricas no

Fls.:	809
Proc.:	M72/04
Rubr.:	Aei

rio Ribeira de Iguape.

Recente ofício do Ministério das Minas e Energia confirma que o estudo de inventário da bacia hidrográfica do Ribeira de Iguape, elaborado há mais de vinte anos, aponta para a existência de quatro barragens (Tijuco Alto, Itaóca, Funil e Batatal). Se construídas, as barragens inundarão permanentemente uma área de aproximadamente 11 mil hectares no médio e alto curso do rio, o que implicará na perda de terras agricultáveis – principalmente nas comunidades quilombolas – na destruição de áreas hoje ambientalmente protegidas, na inundação de cavidades subterrâneas e na alteração inexorável do regime hídrico do Ribeira de Iguape, com prejuízos que se estenderão até sua foz, onde residem diversas colônias de pescadores artesanais que dependem da manutenção do equilíbrio ecológico do complexo estuarino para poder sobreviver.

Não queremos a construção de barragens no Ribeira de Iguape. Estes empreendimentos interessam apenas a grupos empresariais que desejam se utilizar da energia elétrica para expandir seus negócios – localizados em outras regiões e com pouca distribuição social de benefícios – a aos grandes monocultores de banana e gado que pretendem regularizar a vazão do rio para poder ocupar livremente suas várzeas. Esse é um modelo de desenvolvimento socialmente excludente e ambientalmente irresponsável, e contra ele vimos lutando há mais de 15 anos.

Sabemos do compromisso de seu governo, e especialmente de Vossa Excelência, em implementar um conjunto de ações, que faça com que os diversos setores marginalizados historicamente venham ser verdadeiramente considerados na implementação das políticas públicas durante seu mandato. Ficamos felizes com sua eleição e renovamos nossas esperanças. Lembramos de suas declarações contra a construção das barragens no Rio Ribeira de Iguape na oportunidade que Vossa Excelência esteve aqui por ocasião da Caravana da Cidadania.

Ficamos felizes e esperançosos quando, logo no início de seu governo, foi anunciado a mudança das regras para licenciamento ambiental de hidrelétricas, deixando de realizar uma avaliação ambiental fragmentada, centrada exclusivamente em cada barragem, para passar a realizar a avaliação do conjunto de intervenções previstas para uma mesma bacia hidrográfica, ou seja, centrada no estudo de inventário. Essa é uma medida salutar e há muito tempo esperada, pois é a única forma de democratizar a discussão sobre o aproveitamento hidrelétrico dos rios brasileiros, hoje restrita aos órgãos de gestão do setor elétrico e aos grupos empresariais que ao redor deles orbitam.

No ano passado foram aprovadas leis que estabelecem o assim chamado “novo modelo do setor elétrico”, o qual inauguraria uma nova forma de planejar e implementar os aproveitamentos hidrelétricos. Neste novo modelo, a obtenção de licença prévia ambiental deve se dar somente depois de ser feita a avaliação ambiental do conjunto de aproveitamentos hidrelétricos previstos para uma mesma bacia hidrográfica e antes da realização das licitações para outorga de concessões. Porém, temos a tristeza de relatar que isso em nada mudou os rumos do licenciamento ambiental das hidrelétricas previstas para o Ribeira de Iguape. Tal como no modelo anterior, apesar da existência da nova legislação, e apesar de já haver sido negado o licenciamento ambiental a um dos aproveitamentos, o IBAMA vem dando início novamente ao licenciamento ambiental isolado do projeto denominado *Tijuco Alto*, de interesse do grupo empresarial Companhia Brasileira de Alumínio – CBA.

No caso do rio Ribeira de Iguape não há nenhum aproveitamento hidrelétrico em construção, ou mesmo com concessão outorgada, de forma que não há porque deixá-lo de fora do novo modelo de planejamento do setor elétrico. O que demandamos para as barragens projetadas para o Ribeira de Iguape é que elas sejam enquadradas já nesse novo modelo, e que seja feita a avaliação ambiental do seu conjunto.

A única forma de termos tranquilidade quanto ao futuro de nosso rio, de nossas terras e de nossa região é com a realização de uma avaliação ambiental integrada das quatro barragens, na qual tenhamos o direito de participar da forma mais ampla e efetiva possível, e pela qual se defina de uma vez por todas se é possível construir barragens no rio Ribeira de Iguape e, em caso afirmativo, quais serão construídas e quais nunca o serão.

Temos certeza de que o compromisso de Vossa Excelência é idêntico ao nosso, razão pela qual rogamos que interceda junto aos órgãos responsáveis para que a nova Empresa Pública de Energia – EPE assumam sua responsabilidade em realizar a avaliação ambiental integrada do estudo de inventário hidrelétrico do Ribeira de Iguape, e junto ao IBAMA para que suspenda o processo de licenciamento de Tijuco Alto, o qual só deverá ser retomado caso fique comprovado, por meio do processo de avaliação anteriormente citado, que ele é ambientalmente viável e que interessa ao desenvolvimento da região.

Assinam a carta:

1. ADAC - Associação de Defesa Ambiental e Cultural
2. Amainan Brasil
3. Amamel – Associação dos Monitores Ambientais-Eldorado-SP.
4. Amca - Associação de Mulheres Cooperativadas de Apiaí
5. Associação das Mulheres Unidas por uma Vida Melhor – Vila Nova Esperança – Eldorado-SP.
6. Associação dos Artesãos de Apiaí
7. Associação dos Moradores dos Bairros Palmital e Campininha
8. Associação dos Remanescentes de Quilombo do Bairro André Lopes – Eldorado-SP
9. Associação dos Remanescentes de Quilombo do Bairro Boa Esperança (Batatal) – Eldorado-SP
10. Associação dos Remanescentes de Quilombo do Bairro Bombas – Eldorado-SP
11. Associação dos Remanescentes de Quilombo do Bairro Cangume – Itaóca-SP
12. Associação dos Remanescentes de Quilombo do Bairro Galvão – Eldorado-SP
13. Associação dos Remanescentes de Quilombo do Bairro Galvão – Sapatú-SP
14. Associação dos Remanescentes de Quilombo do Bairro Ivaporunduva – Eldorado-SP
15. Associação dos Remanescentes de Quilombo do Bairro Mandira – Cananéia-SP
16. Associação dos Remanescentes de Quilombo do Bairro Maria Rosa – Iporanga-SP
17. Associação dos Remanescentes de Quilombo do Bairro Morro Seco – Iguape-SP
18. Associação dos Remanescentes de Quilombo do Bairro Nhunguara – Iporanga/Eldorado-SP
19. Associação dos Remanescentes de Quilombo do Bairro Pedro Cubas – Eldorado-SP
20. Associação dos Remanescentes de Quilombo do Bairro Pedro Cubas de Cima – Eldorado-SP
21. Associação dos Remanescentes de Quilombo do Bairro Pilões – Eldorado-SP
22. Associação dos Remanescentes de Quilombo do Bairro Porto Velho – Iporanga-SP
23. Associação dos Remanescentes de Quilombo do Bairro Praia Grande – Iporanga-SP
24. Associação dos Remanescentes de Quilombo do Bairro São Pedro – Eldorado-SP
25. AVV-Associação Vidas Verde de Estudos Ambientais
26. BEG - Escola de Música & Artes
27. Cáritas Diocesana de Registro – Registro-SP.
28. Cáritas Paroquial Nossa Senhora da Guia – Eldorado-SP.
29. Cáritas Paroquial São Paulo Apostolo – Pariquera-Açu-SP.
30. Comunidade de Remanescentes de Quilombo do Bairro Abobral Margem Esquerda Pequeno - Eldorado-SP.
31. Comunidade de Remanescentes de Quilombo do Bairro Bananal Pequeno - Eldorado-SP.
32. Comunidade de Remanescentes de Quilombo do Bairro Engenhos - Eldorado-SP.

33. Comunidade de Remanescentes de Quilombo do Bairro Poça - Eldorado-SP.
34. Comunidades Indígenas do Vale do Ribeira - SP
35. Congregação das Irmãs de Jesus Bom Pastor (Pastorinhas) - Eldorado-SP.
36. Congregação das Irmãs de Santa - Ilha comprida - SP.
37. Congregação das Irmãs Dominicanas - Iguape - SP.
38. Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição - Cajati-SP.
39. Congregação Missionária da Imaculada - Registro-SP.
40. Conselho Indiginista Missionário - CIM - Registro-SP
41. Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores - Eldorado-SP.
42. EAACONE - Equipe de Articulação e Assessoria as Comunidades Negras - Vale do Ribeira - SP
43. Educafro - Educação para Afrodescendentes e Carentes - Núcleo de Eldorado-SP.
44. Educafro - Educação para Afrodescendentes e Carentes - Núcleo de São Francisco-Registro-
45. Fundação SOS Mata Atlântica
46. Idesc
47. Imaflora e Faces do Brasil
48. Instituto Irmãs da Santa Cruz - São Paulo - SP.
49. Instituto Rama
50. Instituto Socioambiental - ISA
51. ITTC - Instituto Terra, Trabalho e Cidadania - São Paulo - SP.
52. Lídio Benites - Cacique da Aldeia Vrui Ty - Miracatu - SP
53. Luiz Euzébio - Cacique da Aldeia Peguao Ty - Sete Barras - SP
54. MAB - Movimentos dos Atingidos por Barragens
55. Mitra Diocesana de Registro - Registro-SP.
56. Mongue - Proteção do Sistema Costeiro
57. Movimento dos Ameaçados por Barragens - MOAB
58. Paróquia de Santana - Iporanga-SP.
59. Paróquia do Sagrado Coração de Jesus - Barra do Turvo-SP.
60. Paróquia Nossa Senhora da Conceição - Jacupiranga-SP.
61. Paróquia Nossa Senhora da Guia - Eldorado-SP.
62. Paróquia Nossa Senhora Estrela do Mar - Ilha Comprida-SP.
63. Paróquia Santana - Pedro de Toledo-SP.
64. Paróquia Santo Antonio-Cajati-SP
65. Paróquia São Francisco Xavier - Registro-SP.
66. Paróquia São João Batista - Sete Barras-SP.
67. Paróquia São Paulo Apostolo - Pariquera-Açu-SP.
68. Pastoral da Criança-Eldorado-SP
69. Pastoral da Juventude da Diocese de Registro
70. Proter - Programa da Terra - Assessoria, Pesquisa e Educação Popular no Meio Rural
71. Renato da Silva - Cacique da Aldeia Pindo Ty - Pariquera-Açu-SP
72. Renovação Carismática Católica-Cajati-SP.
73. Saulo Ramirez - Cacique da Aldeia Amba Porá - Miracatu-SP.
74. Sindicato dos Bancários do Vale do Ribeira
CUT - Subsede do Vale do Ribeira
75. Sintravale
76. SP.
77. Terra de Direitos
78. Vitae Civilis Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz

Fis.:	811
Proc.:	1172/04
Rubr.:	lei



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SOROCABA

Rua Ribeirão Preto, 182, Jd. Leocádia – (015) 3238-6500 - CEP 18085-350 – Sorocaba/SP

OFÍCIO/PRM/SOROCABA/ Nº 1355 /05

Sorocaba, 29 de novembro de 2005

Ilustríssimo Senhor
DR. LUIZ FELIPPE KUNZ JÚNIOR
DD. Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental

SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do IBAMA
Brasília / DF
CEP –70.812-900

PROTOCOLO
DILIQ/IBAMA
Nº: 15.306
DATA: 28/11/05
RECEBIDO:

Ref.: Representação nº 1.34.012.000268/2003-20

Senhor Diretor,

Encaminho a Vossa Senhoria cópia do PARECER TÉCNICO MPF/PRSP Nº 050/2005, elaborado pelas Analistas Periciais em Engenharia Florestal e Biologia, Adriana Oliva e Sandra Dias Costa, respectivamente, do Núcleo Pericial da Procuradoria da República em São Paulo, que analisaram a adequação e a suficiência do Termo de Referência para elaboração do EIA/RIMA da Usina Hidrelétrica Tijuco Alto.

Concluíram as Analistas que o Termo de Referência apresenta-se adequado e suficiente para o diagnóstico e análise de impactos do empreendimento sobre o meio biótico, carecendo, porém, de complementação e revisão (fls. 16/17).

Dessa forma, objetivando a instrução da Representação em epígrafe, e com fundamento no artigo 129, VI, da Constituição Federal, c/c. o artigo 8º, II, da Lei Complementar nº 75/95, solicito a manifestação de Vossa

08 DEZ 2005

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Senhoria quanto aos pontos a serem complementados e revisados no Termo de Referência, apontados às fls. 16 e 17 do referido Parecer Técnico, informando esta Procuradoria da República em Sorocaba sobre as providências que vierem a ser tomadas.

Colho do ensejo para renovar votos de elevada estima e distinta
consideração.



VINICIUS MARAJÓ DAL SECCHI
Procurador da República



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SÃO PAULO

São Paulo, 27 de outubro de 2005.

PARECER TÉCNICO MPF/PRSP N.º 050 /2005

Referência: Representação n.º 1.34.012.000268/2003-20

Interessado: Movimento dos Ameaçados por Barragens no Vale do Ribeira - MOAB

Assunto: Verificar a regularidade do procedimento de licenciamento e instalação da UHE Tijuco Alto no rio Ribeira de Iguape - município de Ribeira, SP.

1. INTRODUÇÃO

Em atendimento à solicitação do Procurador da República no Município de Sorocaba, Dr. Vinícius Marajó Dal Secchi, contida na Guia de Encaminhamento de Documentos ao Núcleo Pericial, recebida em 31/08/2005, foram analisadas a adequação e a suficiência do Termo de Referência para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tijuco Alto, de julho de 2004, encaminhado por meio do Ofício/PRM/SOROCABA/N.º 1130/05, de 29/09/2005.

Tendo em vista as áreas de atuação das signatárias (Biologia e Engenharia Florestal), a análise supracitada foi realizada com ênfase nas questões relacionadas ao meio biótico, quais sejam, ecossistemas terrestres (fauna e flora) e ecossistemas aquáticos.

Para apoiar a realização da análise objeto deste Parecer Técnico, foram consultadas as Informações Técnicas PRSP/MPF n.º 019/2001 e n.º 031/2001 elaboradas por ocasião da realização de vistorias ao local proposto para implantação do empreendimento, respectivamente, em maio e em setembro de 2001, bem como a Informação Técnica PRSP/MPF n.º 033/2002 que trata da análise do Relatório da

"Vistoria à área prevista para a UHE de Tijuco Alto"¹, elaborado por técnicos do IBAMA e encaminhado ao MPF em 17 de maio de 2002.

Também foram consultados pareceres e informações técnicas elaborados pela EMBRAPA e pelo IBAMA no transcorrer do processo de licenciamento ambiental do empreendimento que teve início com a apresentação de um EIA/RIMA, elaborado em 1991, e foi encerrado com as manifestações do IBAMA no Parecer Técnico n.º 68/2003-COAIR/CGLIC/DILIC/IBAMA, de 23/05/2003 e na Informação Técnica n.º 29/2003-COLIC/CGLIC/DILIC/IBAMA, de 12/09/2003, que concluíram, dentre outros aspectos:

- (i) pela impossibilidade de avaliar a viabilidade ambiental do empreendimento com base nos estudos até então apresentados;
- (ii) pela necessidade de elaboração de um novo estudo ambiental, norteado por termo de referência a ser apresentado por aquele Instituto, o qual deveria retratar as questões técnicas, sociais e ambientais atuais do meio, bem como as interações, impactos e benefícios da implementação do empreendimento no rio Ribeira de Iguape.

Os técnicos do IBAMA que elaboraram o parecer técnico supracitado sugeriram, na ocasião, a realização de reunião com a participação do MPF, do IAP/PR e da SMA/SP para discussão e elaboração do referido Termo de Referência. Cabe observar, no entanto, que tal convite não chegou a ser formalizado junto às signatárias.

O presente Parecer Técnico trata, portanto, da análise do Termo de Referência para elaboração do novo estudo de impacto ambiental da UHE de Tijuco Alto, cuja necessidade foi indicada pelo IBAMA em maio de 2003.

2. LEVANTAMENTO DAS PRINCIPAIS PENDÊNCIAS DO EIA/RIMA ELABORADO EM 1991 E DE SUAS COMPLEMENTAÇÕES

2.1 Com relação à flora

Com o objetivo de apoiar a análise do tratamento dado pelo Termo de Referência às questões referentes ao diagnóstico da flora, a identificação de impactos sobre a mesma e à proposição de medidas mitigadoras e compensatórias, foram consolidados, no Quadro 1, os principais problemas detectados e os questionamentos apresentados pelo IBAMA e pela EMBRAPA, por ocasião da análise do EIA/RIMA da UHE de Tijuco Alto, elaborado em 1991, e de suas complementações, apresentadas posteriormente pela CBA e que não foram consideradas suficientes pelo IBAMA.

¹ Esse Relatório referiu-se à vistoria realizada no período de 24 a 28 de setembro de 2001 e teve como objetivo relatar as observações de campo e correlacioná-las com os estudos ambientais apresentados pelo empreendedor, além de ser mais um subsídio para a manifestação do IBAMA quanto à viabilidade ambiental da UHE Tijuco Alto.

Quadro 1 - Síntese dos problemas e questionamentos relacionados à flora elencados em documentos produzidos pelo IBAMA e pela EMBRAPA por ocasião da análise do EIA/RIMA da UHE de Tijuco Alto e de suas complementações.

Documentos	Principais problemas / questionamentos
Parecer Preliminar sobre o EIA/RIMA do aproveitamento hidrelétrico de Tijuco Alto elaborado, em fevereiro de 1997, pelo Núcleo de Monitoramento Ambiental e de Recursos Naturais por Satélite (NMA) da EMBRAPA	Ausência de metodologia clara de avaliação dos impactos ambientais do empreendimento sobre a flora e sobre a vegetação; Descrição não caracterizou adequadamente os tipos de vegetação, nem as formações vegetais, nem as comunidades vegetais e, muito menos, os povoamentos e as populações vegetais; Ausência de tipificação e de quantificação de cada formação vegetal que seria inundada, removida, afetada, etc; Impossibilidade de avaliar as prováveis mudanças futuras que ocorrerão na vegetação vizinha às áreas inundadas e alteradas.
Parecer Técnico do IBAMA n.º 01/97 que analisou o EIA/RIMA e documentos complementares	Metodologia inadequada para classificar a cobertura vegetal identificada como mata, capoeira, reflorestamento, pastagem ou campo sujo, culturas e pomar; Ausência de proposição de ações mitigadoras para os impactos causados pelo empreendimento na vegetação direta e indiretamente atingida; Dados utilizados para caracterização da cobertura vegetal não estavam atualizados, não refletiam a realidade atual dos ecossistemas; Amostras utilizadas restringiram-se ao levantamento de áreas da mata ciliar, reduzindo o espectro amostral analisado; Definição dos estágios sucessionais da cobertura florestal não permitia uma análise precisa dos remanescentes florestais, prejudicando a avaliação dos impactos ambientais provenientes; Proposta de criação de uma Estação Ecológica, na porção paranaense, protegia áreas de importância espeleológica, não contemplando áreas de significância florestal;
Parecer elaborado pela EMBRAPA em outubro de 1999 que analisou as complementações do EIA/RIMA	Ausência de uma caracterização ambiental adequada da área, considerando dentre outros aspectos a falta de respostas às seguintes questões relacionadas à cobertura vegetal: Quantos hectares de Mata Atlântica primária, ou mata secundária, ou mata de galeria ou outro tipo de vegetação serão inundados, erradicados ou afetados diretamente (desmatamento, por exemplo) pelo empreendimento? Quantos hectares de mata de encosta, secundária, ou galeria ou outro tipo de vegetação nativa serão afetados indiretamente (elevação do nível do lençol freático, aumento da erosão, crescimento da pressão antrópica etc) pelo empreendimento? Os hectares de mata nativa diretamente afetados, por exemplo, situam-se numa área contínua, em dois blocos ou em vários pedaços? Qual o tamanho e a forma desses blocos, sua posição de vizinhança com relação a outros ecossistemas, sua distribuição espacial etc?

Diante dos problemas acima sintetizados, o IBAMA, a EMBRAPA e o MPF indicaram, por ocasião da análise do EIA/RIMA e das vistorias supracitadas, a necessidade de complementação de informações relacionadas a:

- Apresentação de levantamento florístico e fitossociológico em áreas de influência do projeto e caracterização da cobertura vegetal com dados atualizados, que pormenorizassem os diferentes estágios sucessionais da cobertura florestal, conforme legislação vigente e o respectivo mapeamento em escala adequada;
- Programação do desmatamento total do reservatório;

- Detalhamento dos projetos de reflorestamento no entorno do reservatório, nas áreas de empréstimo, bota-foras e na área destinada a Reserva Ecológica e de criação de viveiros, com relação à coleta de sementes de espécies nativas da região e conseqüente produção de mudas;
- Elaboração de um programa de resgate de flora com a finalidade de formar um banco de germoplasma, visando recuperar as áreas degradadas e de manter as espécies e indivíduos existentes na região, que são importantes como fonte de material genético;
- Elaboração de um Programa de Identificação, Monitoramento e Controle de Macrófitas;
- Análise integrada dos impactos diretos e indiretos do empreendimento sobre a flora (matriz de impactos) com a indicação dos correspondentes programas de medidas mitigadoras e compensatórias;
- Apresentação de proposta para criação de uma unidade de conservação conforme dispõe o SNUC.

2.2 Com relação à fauna

Assim como no item sobre a flora, foram consolidados, no Quadro 2, os principais problemas detectados e questionamentos apresentados pelo IBAMA e pela EMBRAPA, por ocasião da análise do EIA/RIMA da UHE de Tijuco Alto e de suas complementações, apresentados anteriormente pela CBA e que não foram aprovados pelo IBAMA. A citação dessas inconsistências visa a subsidiar a análise das questões referentes ao diagnóstico da fauna, identificação de impactos sobre a mesma e proposição de medidas mitigadoras e compensatórias, previstos no presente Termo de Referência e que deverão estar consolidados nos respectivos EIA/RIMA a ser futuramente apresentados pela CBA.

Quadro 2 - Síntese dos problemas e questionamentos relacionados à fauna elencados em documentos produzidos pelo IBAMA e pela EMBRAPA por ocasião da análise do EIA/RIMA da UHE Tijuco Alto e de suas complementações anteriormente apresentados pela CBA.

Documentos	Principais problemas / questionamentos
Parecer Preliminar sobre o EIA/RIMA do aproveitamento hidrelétrico de Tijuco Alto elaborado, em fevereiro de 1997, pelo Núcleo de Monitoramento Ambiental e de Recursos Naturais por Satélite (NMA) da EMBRAPA	<p>Ausência de cartografia dos principais habitats faunísticos da área a ser atingida direta e indiretamente pelo empreendimento, além de ausência da caracterização dos povoamentos e populações faunísticas principais dessas unidades e dos impactos que incidirão sobre os mesmos. Tais ausências irão se refletir na falta de planos adequados de manejo;</p> <p>Ausência de avaliação, mesmo que sumária, dos impactos ambientais do empreendimento nos ecossistemas fora da área diretamente afetada pelo projeto;</p> <p>Ausência de nexos cartográfico, numérico ou qualitativo entre os possíveis planos de manejo ambientais e os chamados programas de controle ambiental;</p> <p>Sugestão de que seja realizado um levantamento mais estruturado da</p>

	<p>ictiofauna dos principais cursos d'água que serão alterados pelas alternativas e a análise dos efeitos do projeto sobre as comunidades aquáticas.</p>
<p>Parecer Técnico do IBAMA n.º 01/97 que analisou o EIA/RIMA e documentos complementares</p>	<p>Dados insuficientes sobre a metodologia, diretrizes e parâmetros com relação aos levantamentos faunísticos; Estudos não caracterizaram adequadamente as áreas de influência, nas quais foram realizados os levantamentos; Ausência de justificativas para a escolha dos pontos de amostragem, tanto dos ecossistemas aquáticos como terrestres; Ausência de relação de bioindicadores para os ecossistemas aquáticos e tecer uma inter-relação entre os dados físico-químicos e os organismos aquáticos; Mapas não apresentam informações adequadas e atualizadas, dificultando a interpretação; Inexistência de dados sobre animais raros, endêmicos e ameaçados de extinção, quando existem Unidades de Conservação nas proximidades do local do empreendimento; Área escolhida para criação da Unidade de Conservação não foi objeto de avaliação conjunta com os órgãos ambientais nem de análise criteriosa, que levasse em conta o estágio de conservação, diversidade biológica, recursos hídricos e localização adequada com vistas a cumprir com seus objetivos. Também não foi apresentado um programa de implantação nem definidas ações capazes de contribuir para uma melhor proteção da Unidade; Programa de Resgate de fauna não contemplou áreas de manejo adequadas para a soltura dos animais, e nem Programa de Monitoramento, uma vez que não poderão ser colocados em Unidades de Conservação como preconizado pelo empreendedor; Piscicultura é apenas comentada no EIA-RIMA, dentro dos usos múltiplos possíveis, não recebendo destaque em que pese a importância da ictiofauna como bioindicador do ambiente aquático; Considerando todas essas inconsistências, o IBAMA solicitou a realização de diversos estudos complementares (vide Informação Técnica MPF/PRSP n.º 033/2002, de 28/06/2002).</p>
<p>Parecer Técnico da EMBRAPA, de 1999, que analisou os estudos complementares produzidos pela CBA.</p>	<p>Considera insuficientes os estudos complementares apresentados pela CBA, os quais, apesar disso, indicam a presença de várias espécies ameaçadas de extinção na área de influência da UHE Tijuco Alto, destacando que "...A ocorrência dessa riqueza e diversidade faunística confirma a validade das considerações e exigências apresentadas anteriormente pelo organismo licenciador e exige a realização de um estudo científico muito mais criterioso e detalhado sobre a fauna local, apontando claramente quais serão os impactos diretos e indiretos da UHE Tijuco Alto sobre os povoamentos faunísticos e seus habitats e pertinência das medidas compensatórias, mitigadoras e de monitoramento a serem propostas e executadas." (vide Informação Técnica MPF/PRSP n.º 033/2002, de 28/06/2002).</p>

Diante dos problemas acima sintetizados, constatou-se que apesar de todos os estudos complementares apresentados pela CBA, persistiram as deficiências que o IBAMA, a EMBRAPA e o MPF indicaram por ocasião da análise do EIA/RIMA e das vistorias supracitadas, ensejando a necessidade de complementação de informações relacionadas a:

- Levantamento faunístico geral (qualitativo e quantitativo) das inter-relações fauna/flora e meio ambiente na área de influência, considerando os seguintes elementos:
 - Identificação dos hábitos alimentares, de reprodução e habitats;
 - Mapeamento e localização dos pontos de captura, reconhecimento dos possíveis abrigos de fauna e distribuição geográfica das espécies migratórias;
 - Catalogação das espécies raras, endêmicas e ameaçadas de extinção, de interesse científico, de vetores e reservatórios de doenças;
 - Capacidade de suporte de abrigo e de sustentabilidade alimentar;
 - Capacidade de adaptação da fauna neste ambiente;
- Levantamento de áreas potenciais para Estação Ecológica, contemplando o seu grau de conservação. Na definição destas áreas deverão ser ouvidos os órgãos do meio ambiente (federal e estaduais), cabendo ao empreendedor implantar a unidade e responsabilizar-se por seus programas. A área proposta não deverá ser menor do que a área total inundada, em se tratando de área remanescente de Mata Atlântica.
- Estudo de áreas viáveis para soltura dos animais resgatados, que não sejam em Unidades de Conservação;
- Infra-estrutura necessária ao resgate, com apresentação da localização e estrutura física (centro de triagem e quarentenária para o manejo da fauna resgatada);
- Programa de monitoramento da fauna resgatada e relocada;
- Programas de proteção, educação e fiscalização contra a caça furtiva, captura e comércio da fauna nas áreas do empreendimento e seu entorno;
- Levantamentos das comunidades aquáticas (fitoplâncton, zooplâncton e bentos), selecionando os bioindicadores, justificando os pontos escolhidos para amostragens.
- Estudo sobre a bioecologia dos peixes da Bacia do Ribeira, incluindo estudos da dinâmica populacional, dinâmica da nutrição, reprodução e crescimento, a fim de subsidiar o cultivo e repovoamento com espécies nativas;
- Previsão de mecanismos de transposição para a ictiofauna, conforme rege a legislação do Estado de São Paulo.²

² Previsto na Lei Estadual n.º 9.798, de 07 de outubro de 1997. Informações detalhadas acerca dos impactos de barragens sobre a ictiofauna e sobre as estruturas de transposição de barragens constam da Informação Técnica MPF/PRSP n.º 033/2002, de 28/06/2002.

Fls.: 820
Proc.: 1132/04
Rubr.:
Fls.:
Proc.:
Rubr.:

Cabe mencionar que estudos dessa natureza devem compor o diagnóstico ambiental da área de influência do empreendimento, nos termos do Artigo 6º da Resolução CONAMA n.º 001/86 que define as atividades técnicas mínimas que o estudo de impacto ambiental deve desenvolver, os quais devem ser analisados e aprovados pelo órgão ambiental licenciador antes da emissão da Licença Prévia (LP), não cabendo como exigência a ser cumprida após a mesma.

3. CONSIDERAÇÕES SOBRE O TERMO DE REFERÊNCIA

3.1 Legislação incidente

Além de elencar a regulamentação aplicável ao licenciamento ambiental das obras da UHE de Tijuco Alto, o Termo de Referência, ora em análise, exige que a elaboração do EIA/RIMA seja pautada nas condicionantes legais de praticamente toda a legislação federal que trata de corte e supressão de vegetação de Mata Atlântica, de intervenções em áreas de preservação permanente (APPs), de análise de impactos sobre unidades de conservação, bem como de compensação ambiental.

No que se refere à legislação federal, cabe incluir no Termo de Referência a necessidade de atender ao disposto na **Resolução CONAMA n.º 013, de 06 de dezembro de 1990**³, que determinou que a administração das unidades de conservação se manifestasse formalmente, nos procedimentos de licenciamento ambiental, sobre a viabilidade ambiental da implantação de obras e atividades localizadas no raio de 10 (dez) km em relação aos limites das unidades.

Ainda no que concerne às Resoluções do CONAMA, o Termo de Referência cita, entre outras, as **Resoluções n.º 300/2002 e n.º 309/2002** que regulamentam a **Resolução CONAMA n.º 278, de 24 de maio de 2001**⁴.

Além das duas regulamentações supracitadas, o EIA/RIMA deverá considerar a **Resolução CONAMA n.º 317, de 04 de dezembro de 2002**, que também regulamenta a Resolução CONAMA n.º 278/2001, estabelecendo que os critérios necessários para conservação genética e sustentabilidade da exploração de espécies da flora ameaçadas de extinção na Mata Atlântica deverão ser consubstanciados em planos Estaduais de Conservação e Uso que tenham por embasamento estudos técnicos e científicos.

Com relação à legislação estadual, o Termo de Referência menciona a necessidade de considerar o disposto na legislação de meio ambiente do Estado de São Paulo.

³ No contexto da legislação, é importante esclarecer que a Lei do SNUC (Lei Federal n.º 9985/2000) não revogou a Resolução CONAMA n.º 013/90. Para o licenciamento ambiental a faixa de 10 (dez) km no entorno da UC ainda continua em vigor. A determinação da zona de amortecimento é um refinamento dessa faixa e pode agregar critérios e diretrizes fundamentais para o licenciamento ambiental e também para a proteção e manejo desse território no entorno da unidade.

⁴ suspendeu as autorizações concedidas por ato próprio ou por delegação aos demais órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, para corte e exploração de espécies ameaçadas de extinção, constantes da lista oficial daquele órgão, em populações naturais no bioma Mata Atlântica, até que sejam estabelecidos critérios técnicos, cientificamente embasados, que garantam a sustentabilidade da exploração e a conservação genética das populações exploráveis.

Nesse sentido, cabe destacar a importância de o EIA/RIMA considerar as disposições da **Resolução SMA n.º 47, de 26 de novembro de 2003**, que fixa orientação para o reflorestamento heterogêneo de áreas degradadas, no momento de definir as diretrizes para revegetação da APP do reservatório e de outros locais, visando a compensação pelo desmatamento da área prevista para inundação.

No que diz respeito à legislação aplicada à fauna cabe destacar a necessidade de que sejam indicadas as espécies existentes nas áreas de influência do empreendimento incluídas na Lista de Espécies Ameaçadas de Extinção no Estado de São Paulo (**Decreto n.º 42.838/1998**) e na Lista de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção (**Instrução Normativa IBAMA n.º 3/2003**, que revogou a Portaria IBAMA n.º 1.522/1989).

Tendo em vista que para implantação do projeto será suprimida quantidade significativa de vegetação secundária de Mata Atlântica em estágio médio e avançado de regeneração, bem como os impactos do empreendimento sobre a fauna silvestre, ressaltamos a necessidade de que sejam atendidas as exigências da **Portaria DG-DEPRN n.º 042, de 23 de outubro de 2000** que "*estabelece os procedimentos iniciais relativos à fauna silvestre para instrução de processos de licenciamento no âmbito do DPRN*", em especial os seguintes artigos:

Artigo 2º - Para implantação de atividades, obras ou empreendimentos onde seja necessária a supressão de vegetação nativa nos estágios médio e avançado de regeneração, deverão ser apresentados estudos e ações efetivas visando a manutenção saudável das espécies ameaçadas de extinção previstas no Decreto Federal n.º 42.838/98.

Artigo 3º - No ato de abertura de processos de licenciamento ambiental serão exigidos pelo Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais - DEPRN, acrescidos dos que já estão deliberados na Portaria n.º 17, de 30/03/98, os seguintes estudos da fauna silvestre, de acordo com os seguintes casos:

(...)

3. Para intervenções superiores a 5,0 ha em áreas recobertas por vegetação nativa em áreas recobertas por vegetação nativa em estágio médio e avançado de regeneração, devem ser apresentados:

- a) Lista de fauna silvestre presente na área, com discriminação da metodologia, utilizando nomenclatura científica e popular,*
- b) Descrição das áreas adjacentes ao fragmento estudado, a fim de caracterizar o uso e ocupação de seu entorno,*
- c) Anotação de Responsabilidade Técnica no Conselho de Classe profissional responsável (ART),*

- d) *Propostas de medidas mitigadoras dos impactos sobre a fauna silvestre a serem causados pelo empreendimento,*
- e) *Monitoramento completo das áreas por períodos sazonais para determinação da eficácia dos resultados,*
- f) *Plano de manejo das espécies ameaçadas de extinção encontradas, ou em casos específicos a serem determinados pelo técnico responsável. (grifos nossos)*

O Termo de Referência em tela não menciona a Portaria DG-DEPRN n.º 042, definindo genericamente a necessidade de que seja respeitada a legislação estadual de meio ambiente dos Estados de São Paulo e Paraná. Neste sentido, cabe destacar a estreita relação entre a qualidade do diagnóstico da fauna apresentado pelo EIA e o plano de manejo das espécies ameaçadas de extinção. Uma vez que espécies ameaçadas de extinção deixam de ser identificadas no diagnóstico, deixam de ser propostos mecanismos que garantam sua proteção. Contudo, em todo o Estado de São Paulo existem diversos exemplos de grandes empreendimentos com alta incidência de impactos negativos sobre animais silvestres, que não foram mitigados por deficiências nos estudos ambientais que deixaram de ser corrigidas ao longo do licenciamento ambiental.

3.2 Abordagem metodológica

Dentre os princípios metodológicos, estratégias e procedimentos definidos pelo Termo de Referência que possuem interface direta com o diagnóstico da flora e a identificação de impactos sobre as formações vegetais, cabe destacar:

- Análise integrada, multi e interdisciplinar, a partir de levantamentos básicos primários e secundários;
- Escala compatível e georreferenciamento dos mapas;
- Uso de imagens de satélite com plotagem em escala apropriada;
- Tecnologias de geoprocessamento para avaliação integrada dos temas ambientais, produzindo mapas de sensibilidade ambiental;
- Mapeamento das áreas protegidas por lei federal, estadual, municipal nas áreas de influência direta e indireta;
- Prognóstico ambiental considerando as alternativas de execução, de não execução e de desativação do empreendimento;
- Prognóstico considerando a proposição e a existência de outros empreendimentos na bacia hidrográfica (em operação e inventariados), os demais usos do solo e da água e suas relações sinérgicas;
- Proposição de planos e programas de monitoramento;

- Zoneamento ambiental da área de entorno do reservatório;
- Elaboração de Plano Ambiental de Conservação e Uso do reservatório e zoneamento ambiental da APP e do seu entorno;
- Supressão de vegetação em duas fase distintas: a primeira para o canteiro de obras e a outra, para o reservatório.

No que se refere à abordagem metodológica para caracterização da flora e dos impactos da obra sobre a mesma, cabe observar somente que o uso de imagens de satélite, principalmente em função da escala e das informações disponíveis, poderá não ser suficiente para que seja feito o mapeamento da vegetação no nível de detalhe pretendido e necessário.

Dessa forma, recomenda-se que seja considerada a possibilidade de utilizar **fotografias aéreas recentes**, da área de influência direta do reservatório e de seu entorno, em escala 1:25.000 ou de maior detalhe, para subsidiar a elaboração do mapeamento da vegetação.

No que diz respeito à fauna especificamente, as exigências apresentadas como abordagem metodológica se mostram adequadas, apesar de serem, em grande parte, exigências que dizem respeito ao diagnóstico e à identificação e avaliação de impactos que o empreendimento poderá gerar sobre a biota aquática e à proposição de medidas mitigadoras, merecendo destaque as seguintes:

- Apresentar os efeitos de sinergia decorrentes dos diversos barramentos ao longo da bacia hidrográfica (implantados e inventariados), estudando os impactos referentes aos recursos hídricos e aporte de sedimentos, migração, deslocamento e ausência de ambientes específicos de reprodução para ictiofauna, entre outros;
- Para as hidrelétricas que formarem trechos de vazão reduzida, apresentar análise dessa interferência na dinâmica ecológica do rio (hidrologia, biota aquática), entre outros;
- Na época do desvio do rio, deverá ser realizado o salvamento da ictiofauna, com acompanhamento de especialistas e do IBAMA. Caso existam mamíferos aquáticos ou outros grupos julgados relevantes é fundamental a sua relocação, devendo ser apresentado o Plano de Manejo e Monitoramento para a espécie;

3.3 Área de influência do empreendimento

De acordo com o Termo de Referência, no tocante ao meio biótico a **área de influência direta (AID) deverá incluir a área de inundação do reservatório na sua cota máxima acrescida da área de preservação permanente (APP) em projeção horizontal, bem como outras áreas contínuas de relevante importância ecológica, além das áreas situadas a jusante da barragem em uma extensão a ser definida pelo estudo.**

Tendo em vista os impactos diretos do reservatório sobre a fauna que habita os remanescentes florestais previstos para desmatamento e que, portanto, poderá deslocar-se ou ser translocada para as áreas florestadas vizinhas, propõe-se que **todas as áreas contínuas ou que apresentem alguma conexão com os remanescentes que serão desmatados ou com aqueles fragmentos que permanecerão na APP do reservatório, sejam incluídas na área de influência direta do empreendimento.**

Considerandos a necessidade de manutenção de vazão ecológica mínima⁵, bem como a necessidade de avaliar os impactos da obra sobre os ecossistemas aquáticos localizados a jusante da barragem, é fundamental que seja também incluída na AID, toda a extensão do leito do rio Ribeira de Iguape, localizada a jusante da obra, bem como suas margens.

Nesse sentido, o Parecer Técnico n.º 68/2003-COAIR/CGLIC/DILIQ/IBAMA, de 23/05/2003, ressaltou uma das recomendações constantes no Parecer Técnico daquele mesmo órgão de n.º 01, de 16/03/1997 que analisou o EIA/RIMA, elaborado em 1991, qual seja: que a AID fosse redefinida, considerando a inclusão do leito e das margens do rio Ribeira de Iguape, a jusante do barramento, tendo em vista a necessidade de avaliar-se os impactos oriundos do carreamento de sedimentos contaminados para jusante da barragem, área comprovadamente mais contaminada.

No que se refere à área de influência indireta (AII) para o meio biótico ficou estabelecido no Termo de Referência que a mesma deverá considerar parte da bacia hidrográfica em que o empreendimento se insere, a ser definida pelo estudo.

Tendo em vista a necessidade de análise integrada dos impactos de outros empreendimentos, obras e atividades existentes e previstos, nesse Termo de Referência foi definida também uma área de abrangência regional (AAR), caracterizada pela bacia hidrográfica do rio Ribeira de Iguape até a cidade de Registro, excluído o contribuinte rio Juquiá.

A definição de AII é bastante vaga, deixando a critério do empreendedor o estabelecimento dos seus limites e ainda, confundindo-se em parte, com a área de abrangência regional. A indefinição e a confusão supracitadas refletem-se na seqüência, quando o Termo de Referência estabelece o mesmo nível de detalhamento para o diagnóstico do meio biótico, tanto na AII, quanto na AAR.

Diante do exposto e considerando a abrangência e a complexidade do empreendimento, bem como as exigências relacionadas à sua análise integrada com outros empreendimentos da mesma natureza existentes e previstos para implantação na bacia hidrográfica, **propõe-se que seja definida para o meio biótico somente uma AII compreendendo todo o limite da bacia do rio Ribeira de Iguape, desde sua cabeceira até sua foz, no complexo estuarino-lagunar.**

⁵ Vazão ecológica, vazão mínima ecológica: vazão que se deve garantir a jusante de uma estrutura de armazenagem (barragem) ou captação (tomada de água), para que se mantenham as condições ecológicas naturais de um rio (definição obtida em <http://www.wconsult.com.br/alfav.htm>)

Tal proposição é corroborada pelas considerações do IBAMA acerca da qualidade da água do reservatório e daquela a jusante de Tijuco Alto e dos impactos advindos da formação do reservatório e do barramento, contidas no referido Parecer Técnico n.º 68/2003-COAIR/CGLIC/DILIQ/IBAMA, de 23/05/2003, entre as quais aquela que reconhece, a partir de informações do EIA elaborado em 1991, a existência de um total comprometimento da vida aquática no rio Ribeira de Iguape, e até de parte do complexo estuarino-lagunar com relação aos metais chumbo, zinco e cobre.

3.4 Alternativas tecnológicas e locacionais

O Termo de Referência define a necessidade de apresentação de alternativas locacionais do empreendimento, tendo em vista, dentre outros pontos críticos, a **extrema importância biológica da área para a conservação ou proteção da biodiversidade**. Foi solicitada uma análise considerando a não execução do empreendimento e ainda, a apresentação de alternativas de localização de eixos de barragem e estudo de variação e viabilidade ambiental do empreendimento em diferentes cotas de operação.

Da forma como estão solicitados no Termo de Referência, os estudos relativos a alternativas tecnológicas e locacionais poderão gerar informações importantes e suficientes para avaliar e comparar os impactos da obra sobre os remanescentes de vegetação existentes na região.

3.5 Diagnóstico ambiental

▪ Na AII e na AAR

De acordo com o Termo de Referência, para o diagnóstico da flora deverá ser indicada claramente a origem dos dados, a saber: dados primários, secundários ou fontes informais, incluindo a descrição da metodologia utilizada, com justificativas.

A caracterização dos ecossistemas terrestres deverá abordar, em linhas gerais: (i) mapeamento indicando fitofisionomias e a florística, (ii) avaliação do grau de conservação dos corredores ecológicos na bacia hidrográfica (AAR) e as conexões existentes com outros fragmentos, (iii) classificação das áreas de sensibilidade ambiental localizadas na bacia (AAR e AII), com mapeamento georreferenciado em escala compatível contendo unidades de conservação e áreas protegidas por legislação federal, estadual e municipal e ecossistemas que abriguem espécies protegidas, (iv) avaliação da interferência do empreendimento nas espécies da flora, a partir de dados qualitativo, caracterizando as inter-relações com o meio.

Entre os estudos exigidos para o meio físico constam detalhamentos referentes às cavernas localizadas na micro-bacia hidrográfica do rio do Rocha e no restante da área de influência direta do reservatório, dentre os quais são exigidas análises que dizem respeito à fauna, quais sejam: (i) apresentação dos impactos relacionados com a alteração do regime espeleológico (geologia, hidrologia, hidrogeologia e biota) das cavernas levantadas, com a elevação do nível de base; (ii) avaliação da interferência do

empreendimento na fauna cavernícola, a partir do levantamento qualitativo e estudo das relações tróficas, caracterizando as inter-relações com o meio.

Assim como foi exigido para a flora, no diagnóstico da fauna terrestre também deverá ser indicada a origem dos dados apresentados (primários, secundários ou fontes informais) e a descrição da metodologia utilizada, com justificativas.

Além das exigências já destacadas para a caracterização e análise dos ecossistemas terrestres, são definidas abordagens específicas para a fauna terrestre quais sejam: identificação das espécies faunísticas dos ecossistemas terrestres (em especial as endêmicas, raras e ameaçadas de extinção, migratórias, bem como as de valor econômico e valor ecológico significativo), de seus habitats e biologia reprodutiva, destacando as espécies mais relevantes.

No caso dos ecossistemas aquáticos é exigido que os estudos caracterizem todos os ecossistemas das áreas atingidas pelas intervenções do empreendimento, contemplando a sazonalidade regional; a caracterização e o georreferenciamento das estações de coleta⁶ e abordando: (i) a interferência do empreendimento na biota aquática da bacia (AAR), considerando a distribuição e diversidade das espécies de interesse econômico, endêmicas e ameaçadas de extinção, bem como a perda de fontes de alimentação, de locais de desova, de áreas de reprodução e criadouros naturais; (ii) importância da ictiofauna, principalmente as espécies reofílicas⁷, identificando as rotas migratórias das espécies de maior relevância e prognosticando a sua perda, avaliando a possibilidade de formas de mitigação a partir da instalação de mecanismos de transposição e/ou preservação de rotas alternativas; (iii) os principais tributários e as áreas úmidas, visando verificar ambientes de reprodução, em especial, das espécies migratórias; (iv) a interferência do empreendimento nos mamíferos aquáticos da bacia.

▪ Na AID

Os requisitos para realização do diagnóstico do meio biótico na AID contemplam: levantamentos de dados primários e secundários, sazonalidade regional, estudos e dados recentes, informações sobre a metodologia utilizada, caracterização e georreferenciamento das estações de coleta, justificativa da escolha dos pontos, tratamento estatístico aplicado.

Segundo o Termo de Referência, a caracterização da flora deverá conter: (i) mapa das fitofisionomias da AID (grau de conservação, estratos vegetais - incluindo epífitas - corredores e conexões entre fragmentos); (ii) identificação de espécies raras, endêmicas e ameaçadas de extinção e daquelas com valor ecológico significativo; (iii) composição florística e estudos fitossociológicos de todos os estágios sucessionais; (iv) inventário florestal (áreas de preservação permanente, reservas florestais legais,

⁶ Devendo ser apresentados ainda, a justificativa da escolha dos pontos e a metodologia de análise para cada parâmetro; o índice de similaridade entre os pontos de coleta e o tratamento estatístico aplicado.

⁷ Espécies reofílicas: espécies que precisam nadar contra a correnteza dos rios para amadurecerem sexualmente e procriarem.



áreas protegidas por legislação específica, volume de madeira e galhada a ser suprimido, total de cada fitofisionomia georreferenciada a ser suprimida); (v) avaliação dos efeitos ambientais do empreendimento em áreas protegidas por lei; (vi) destinação da vegetação a ser suprimida (procedimentos para aproveitamento, uso econômico e ecológico do material lenhoso); (vii) identificação da existência de extrativismo vegetal na área de estudo; (viii) avaliação do potencial de regeneração dos fragmentos; (ix) identificação de áreas com potencial para criação de unidades de conservação e de áreas prioritárias para aplicação dos recursos de compensação ambiental (similaridade entre os ecossistemas impactados e as áreas propostas para compensação); (x) avaliação dos efeitos da elevação do lençol freático na vegetação remanescente na nova APP a ser formada, bem como na vegetação existente entre a cota máxima e a mínima de operação.

Da forma como estão solicitados no Termo de Referência, os diagnósticos relativos à flora deverão gerar informações adequadas e suficientes para a identificação e avaliação dos impactos da obra sobre os remanescentes de vegetação existentes na região. Cabe ressaltar, no entanto, que tais diagnósticos deverão ser executados da forma prevista, considerando a proposta de revisão dos limites da AID e da AII apresentada no item específico deste parecer.

Os estudos e levantamentos solicitados no Termo de Referência, no caso da flora, deverão solucionar os problemas e responder aos questionamentos elencados no Quadro 1 do presente parecer, indo, portanto, ao encontro das complementações que foram solicitadas por ocasião do processo de licenciamento ambiental anteriormente em curso.

Além dos requisitos para realização do diagnóstico dos ecossistemas terrestres e aquáticos já mencionados, deverão ser identificadas espécies vetores e hospedeiras de doenças, avaliando o seu potencial de proliferação com implantação do empreendimento e propondo medidas de controle.

O Termo de Referência define que a caracterização da fauna da AID deverá contemplar a sazonalidade e ser realizado em pelo menos quatro áreas distintas de cada fitofisionomia, sendo duas delas, ao longo das margens do futuro reservatório, contendo, para os ecossistemas terrestres: (i) identificação das espécies da fauna que poderão ser objeto de resgate, para fins de elaboração de projeto específico para conservação e preservação; (ii) identificação das áreas potenciais para fins de relocação da fauna que será resgatada, quando do desmatamento, avaliando sua capacidade de adaptação à nova área; (iii) avaliação da interferência do empreendimento na fauna, a partir de dados qualitativos e quantitativos, caracterizando as inter-relações com o meio⁸; para os

⁸ Esta avaliação deverá contemplar: (i) identificação/mapeamento de habitats, territorialidade, biologia reprodutiva e alimentação de espécies bioindicadoras, que utilizam as áreas que serão atingidas; (ii) inventário faunístico para os grupos de vertebrados (incluir quirópteros) e para alguns grupos de invertebrados (bioindicadores), informando o tipo de registro - pegadas, visualização, entrevistas (...), com indicação do esforço de amostragem e curva do coletor para cada grupo; (iii) listagem das espécies, destacando as raras, endêmicas, migratórias, vulneráveis, ameaçadas de extinção, de interesse científico, de valor econômico e alimentício, as não descritas previamente para a área estudada, ou as não descritas pela

ecossistemas aquáticos: (i) avaliar a interferência do empreendimento na ictiofauna; (ii) avaliar a interferência do empreendimento nas comunidades aquáticas, considerando preliminarmente o levantamento de fito e zooplâncton, bentos, nécton e macrófitas; (iii) avaliar a possível proliferação de espécies vetores ou hospedeiras de doenças; (iv) avaliar a permanência de espécies migratórias da ictiofauna, através de estudos de biologia reprodutiva nos tributários, bem como de medidas de proteção (mecanismos de transposição); (v) avaliar a interferência do empreendimento nos mamíferos aquáticos da bacia. Estudar os deslocamentos efetuados pelas referidas espécies e o possível isolamento ocasionado pelo barramento. Avaliar a utilização de mecanismos de transposição para essas espécies.

Entre os itens do Termo de Referência que dizem respeito aos ecossistemas aquáticos, merece destaque a ausência da exigência de realização de avaliação dos impactos da solubilização de cátions de chumbo, cobre, zinco e outros sobre os organismos aquáticos na área do reservatório, definida no Parecer Técnico n.º 68/2003-COAIR/CGLIC/DILIQ/IBAMA, de 23/05/2003. Essa avaliação já havia sido considerada de grande importância face ao comprometimento da vida aquática do rio Ribeira do Iguape, e até de parte do complexo estuarino-lagunar, com relação a esses metais, identificada no EIA anterior.

De modo geral, as exigências feitas no Termo de Referência para caracterização da fauna dos ecossistemas terrestres e aquáticos das áreas de influência do empreendimento abrangem adequadamente as exigências contidas na alínea "b", inciso I, artigo 6º da Resolução CONAMA n.º 001, de 23 de janeiro de 1986, e se forem adequadamente cumpridas, poderão suprir as deficiências identificadas nos estudos anteriormente apresentados pelo empreendedor, e mencionadas no Quadro 2.

Contudo, cabe destacar a necessidade de revisão dos limites das áreas de influência, conforme já abordado neste Parecer, de modo a atender ao que dispõe o inciso III, artigo 5º da Resolução CONAMA antes mencionada, segundo o qual o Estudo de Impacto Ambiental deve conter a definição dos limites da área geográfica que será direta ou indiretamente afetada pelos impactos gerados pelo empreendimento, considerando em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza.

3.6 Identificação e avaliação de impactos ambientais

O Termo de Referência determinou a necessidade de apresentação da metodologia de identificação dos impactos, acompanhada da descrição detalhada dos mesmos sobre cada fator ambiental relevante identificado no diagnóstico ambiental, informando a fase em que cada impacto deverá ocorrer, sua valoração, magnitude e importância. Deverá ser apresentada ainda, uma análise integrada dos impactos ambientais já existentes na bacia hidrográfica, em função dos aproveitamentos projetados, já implantados ou em fase de implantação.

ciência, além de informar o tipo de registro; (iv) levantamento de espécies vetores e hospedeiras de doenças.

A etapa de identificação e avaliação de impactos ambientais apresenta correlação direta com a qualidade do diagnóstico que será realizado. Dessa forma, se o diagnóstico do meio biótico for elaborado conforme estabelecido no Termo de Referência, provavelmente a identificação e a caracterização dos impactos serão realizadas adequadamente.

3.7 Medidas mitigadoras, compensatórias e programas de controle e monitoramento

Após a determinação da avaliação dos impactos potenciais, o Termo de Referência estabelece a necessidade de o EIA propor medidas que venham a minimizá-los, maximizá-los, compensá-los ou eliminá-los, considerando o componente ambiental afetado, a fase do empreendimento em que deverão ser implementadas as medidas, o seu caráter preventivo ou corretivo e o agente executor, com definição de responsabilidades. Ainda, segundo o Termo de Referência, deverão ser propostos programas integrados para monitoração ambiental da área de influência.

No que se refere à proposição de medidas compensatórias, cabe sugerir, com base na experiência de análise de outros EIAs/RIMAs de grandes empreendimentos no Estado de São Paulo que o EIA/RIMA da UHE de Tijuco Alto apresente, subsidiado pelo diagnóstico das áreas potenciais para criação de unidades de conservação (UCs) visando a compensação ambiental pelo desmatamento de áreas ambientalmente significativas, uma proposta para compensação ambiental, indicando a(s) área(s) para criação de UC(s) ou o apoio à implantação de UC(s) já existente(s), acompanhada dos principais planos, programas e atividades que se pretende realizar visando a efetiva implantação e manutenção das áreas a serem protegidas.

Essa proposta seria analisada pelo IBAMA, podendo ser aprovada e/ou alterada e ainda detalhada antes de uma possível emissão de licença prévia (LP), agilizando assim, a eventual execução das medidas de compensação ambiental ao longo do processo de licenciamento.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES

Diante das considerações acima apresentadas as signatárias concluem que o Termo de Referência em tela apresenta-se adequado e suficiente para o diagnóstico e análise de impactos do empreendimento sobre o meio biótico, sendo contudo necessário complementá-lo e revisá-lo nos seguintes pontos:

- Inclusão dos seguintes dispositivos legais: Resolução CONAMA n.º 013, de 06 de dezembro de 1990, Resolução CONAMA n.º 317, de 04 de dezembro de 2002 e Resolução SMA n.º 47, de 26 de novembro de 2003;
- Indicação das espécies de fauna existentes nas áreas de influência do empreendimento incluídas na Lista de Espécies Ameaçadas de Extinção no Estado de São Paulo (Decreto n.º 42.838/1998) e na Lista de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção (Instrução Normativa IBAMA n.º 3/2003, que revogou a Portaria IBAMA n.º 1.522/1989);

- Atendimento às exigências da Portaria DG-DEPRN n.º 042, de 23 de outubro de 2000 que "estabelece os procedimentos iniciais relativos à fauna silvestre para instrução de processos de licenciamento no âmbito do DPRN";
- Utilização de fotografias aéreas recentes, da área de influência direta do reservatório e de seu entorno, em escala 1:25.000 ou de maior detalhe, para subsidiar a elaboração do mapeamento da vegetação;
- Revisão da definição da área de influência direta do empreendimento para o meio biótico incluindo em seu perímetro todas as áreas contínuas ou que apresentem alguma conexão com os remanescentes que serão desmatados ou com aqueles fragmentos que permanecerão na APP do reservatório;
- Revisão da definição da área de influência indireta do empreendimento para o meio biótico que passará a compreender todo o limite da bacia do rio Ribeira de Iguape, desde sua cabeceira até sua foz, no complexo estuarino-lagunar;
- Realização dos diagnósticos previstos para o meio biótico considerando a revisão das definições de AID e AII;
- Realização de avaliação dos impactos da solubilização de cátions de chumbo, cobre, zinco e outros sobre os organismos aquáticos na área do reservatório, definida no Parecer Técnico n.º 68/2003-COAIR/CGLIC/DILIQ/IBAMA, de 23/05/2003;
- Apresentação de proposta para compensação ambiental, indicando a(s) área(s) para criação de UC(s) ou o apoio à implantação de UC(s) já existente(s), acompanhada dos principais planos, programas e atividades que se pretende realizar visando a efetiva implantação e manutenção das áreas a serem protegidas;

É o parecer.

Adriana Oliva
Adriana Oliva

Analista Pericial - Eng. Florestal

Sandra Dias Costa
Sandra Dias Costa

Analista Pericial - Biologia

Fis.:	832
Proc.:	1172/04
Rubr.:	480



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

ATA DE REUNIÃO

Data: 24 de janeiro de 2006.

Horário: 14:30 às 16:30.

Local: Brasília.

Presentes:

IBAMA - Moara Menta Giasson, Marcelo Gonçalves de Lima e Alexandre Pollastrini
CBA - José Roberto Pierre de Proença.
CNEC - Kalil Antonio Alcântara Farran, Ronaldo Luis Crusco, Manoel José Domingues, Edmundo Antonio Taveira Pereira.

Objetivo: discutir os itens do ofício nº 753/2005-CGLIC/DILIQ/IBAMA e do parecer nº 153/2005-COLIC/CGLIC/DILIQ/IBAMA, bem como dar encaminhamentos necessários.

A) Proposições quanto aos itens do ofício:

- *Identificação das espécies da fauna que poderão ser objeto de resgate. Também não foi identificado para onde os indivíduos resgatados poderiam ser translocados.*

- Proposição CBA/CNEC:

Irá ser feita uma proposição em termos de áreas de translocação, bem como de espécimes a serem resgatadas, sendo tais proposições pautadas no estágio de desenvolvimento dos estudos ambientais, conforme a fase do licenciamento.

- Argumentação CNEC:

Com o conhecimento acumulado nos estudos ambientais é possível o atendimento da solicitação, mas tais definições só serão definitivas no desenvolvimento do Projeto Básico Ambiental.

- *Apresentação, na metodologia utilizada para a realização dos estudos fitossociológicos, do processo de amostragem utilizado para a escolha das unidades amostrais e da justificativa da distribuição dos pontos amostrais por estágio de regeneração.*

Fis.:	833
Proc.:	1172/01
Rubr.:	40

- Proposição CBA/CNEC:

A favor da clareza e do bom entendimento irá ser feita à explicitação do requerido no ofício.

- Argumentação:

A CNEC realizou um pré-mapeamento com base em imagem de satélite e fotos aéreas. Também se valeu dos mapas de vegetação do estudo ambiental anterior, de tal sorte que as áreas amostradas cobriram todas as tipologias florestais existentes na AID.

A distribuição do conjunto amostral, que buscou todas as tipologias pré-identificadas, seja em estudos anteriores ou em pré-seleção em imagem de satélite, auxiliou a corrigir eventuais distorções no mapeamento preliminar, possibilitou algumas análises comparativas com os trabalhos anteriores e também foi suficiente para caracterizar, sobre os aspectos florísticos e fitossociológicos, os diferentes níveis de sucessão vegetal observados na área de estudo.

- *Apresentação, nos resultados dos estudos de vegetação, do índice de similaridade entre os pontos amostrais e da suficiência da amostragem para cada fitofisionomia.*

- Proposição CBA/CNEC:

Irá ser apresentado o requerido no ofício.

- Argumentação:

Os índices de similaridade são aplicados em diferentes trechos dentro de uma unidade fitogeográfica, normalmente em trechos fisiográficos ou ainda fragmentos distintos e não em diferentes estágios sucessionais da mesma tipologia. Assim, originalmente não foi executada a análise de similaridade.

Assim, apesar de não haverem sido estabelecidas curvas de suficiência amostral, (muitas vezes de difícil alcance em áreas muito antropizadas e com diferentes níveis de sucessão vegetal) os resultados dos estudos de vegetação permitem a compreensão da diversidade florística local e da composição fitossociológica de cada um dos estágios sucessionais avaliados, consubstanciando a análise de impactos do empreendimento, objetivo principal deste estudo.

Informe-se ainda que foi feito o mapeamento das formações florestais, segundo o estágio sucessional, para a chamada ADA, por meio da interpretação de mosaico aerofotogramétrico, resultante de vôo executado em dezembro de 2004. A escala de interpretação se deu em 1:5.000, com apresentação, sobre as ortofotos em escala de 1.10.000. Este produto encontra-se no Volume de Anexos do EIA.

- *Distribuição das áreas de preservação permanente e reservas legais existentes na área.*

- Proposição CBA/CNEC:



2



Fis.:	834
Proc.:	1172/04
Rubr.:	Fee

Vai ser feito um mapa para a AID contendo locação de app's referentes aos cursos d'água, encostas com declividade maior que 45° e nascentes. Quanto às reservas legais, será implementada pesquisa junto ao SISLEG do IAP/PR.

- Argumentação:

No EIA há referência explícita às pesquisas das reservas legais em imóveis adquiridos pela CBA e que tem registro nem cartório de registro de imóveis. Consultadas 132 matrículas, resultou em somente um imóvel com averbação de reserva legal. Para imóveis não adquiridos pela CBA, vai ser buscada informação no SISLEG do IAP e no estado de São Paulo, está pesquisa só seria possível mediante aviventação direta em cartório, matrícula a matrícula, identificando-se previamente tais matrículas, o que inviabiliza tal procedimento.

- *Segunda campanha de campo, com indicativo para abril, para fauna terrestre, contemplando um ciclo hidrológico completo.*

- Proposição CBA/CNEC:

O item será atendido.

- Argumentação:

Os estudos do CNEC se pautaram, além de campanha nova realizada, nas campanhas feitas anteriormente (sendo uma delas executada no período de outubro de 1997 a outubro de 1998 de forma contínua e outra no mês de abril de 1991), de forma que se tivesse um contínuo na análise do que aconteceu com a fauna, considerando-se inclusive a regeneração natural da vegetação que se instalou nas áreas adquiridas pela CBA. O IBAMA entende que isto por si não mostra a evolução atual de comportamento e ocupação da fauna, sendo necessária mais uma campanha.

- *Revisão dos mapas e bibliografia para adicionar informações que faltam.*

- Proposição CBA/CNEC:

A bibliografia irá ser completada para a fauna, principal item cuja explicitação da bibliografia foi parcial.

Quanto à apresentação da escala, todo o desenho (mapas) dos Anexo I (IA e IB) tem a apresentação de escala gráfica e numérica; para os mapas que estão dispostos nos volumes de texto (Figuras formato A3 ou A3 alongado), quando necessário pelo objeto representado, consta à escala numérica.

- Argumentação:

Pelo termo de referência específico para os produtos cartográficos e digitais, enviado pelo IBAMA, é optativa a presença da escala gráfica e numérica, sendo obrigatória que todos os mapas apresentem a escala.

3

Fis.:	835
Proc.:	1172/04
Rubr.:	422

- *Caracterização da perda de fontes de alimentação da ictiofauna, locais de desova, de reprodução e de criadouros naturais, bem como a alteração na produção pesqueira e o esforço de pesca.*

- **Proposição CBA/CNEC:**

Será apresentado item específico sobre o assunto, vez que as informações encontram-se dispersas no estudo.

- **Argumentação:**

No item referente à caracterização das famílias da ADA comparecem dados sobre a utilização do rio para a pesca, sendo esta caracterizada como de lazer, não existindo a pesca comercial, razão pela qual não há que se falar em esforço de pesca. O pescado consumido pela população, sobremaneira não é oriundo do próprio rio, mas tem origem em pesque pagues da região.

As fontes de alimentação da ictiofauna, considerando-se as espécies mais comuns presentes como cascudos, bagres, lambaris e também tilápias tem fontes de alimentação dispersas ao longo de todo o rio e também em tributários. O rio Ribeira de Iguape não possui as chamadas áreas úmidas adjacentes, tais como várzeas e/ou lagoas marginais.

- *Os itens referentes ao ecossistema aquático na área de influência indireta.*

- **Proposição da CBA/CNEC:**

Serão apresentadas melhor forma e abrangência para o item.

- *Dados referentes à qualidade de água subterrâneas quanto aos aspectos físicos, químicos e bacteriológicos para a AAR, AII e AID.*

- **Proposição CBA/CNEC:**

Não existe base de dados abrangentes que enfoquem tal questão para o Alto Vale do Ribeira; na CPRM estão cadastrados 3 poços profundos (2 em Itapirapuã Paulista e 1 em Ribeira), de modo que não é possível atender o requerido.

B) Forma de documentação de encaminhamento dos itens

A CBA/CNEC irá apresentar uma separata para os itens referenciados pelo IBAMA, indicando para qual item do EIA o mesmo é concernente.

C) Sobre o prazo previsto na IN nº 65/ 2005

A CNEC/CBA explanaram que acham fundamental, para o entendimento de tudo que envolve Tijuco Alto e considerando que a atual equipe é nova em conhecimento da região, que se proceda vistoria o quanto antes. O Ibama informa que pretende vistoriar a

Fis.:	836
Proc.:	1172/04
Rubr.:	4e

região em março de 2006 e que a análise dos estudos continuará normalmente, não sendo interrompida pelas solicitações do ofício nº 753/2005-CGLIC/DILIQ/IBAMA. Dessa forma entende-se que os prazos previstos na IN nº 65, encontram-se em curso.

D) Sobre o envio de cópias do EIA/RIMA solicitado no ofício nº 753/2005

Deve ser enviada a documentação tal como se encontra, sendo os destinatários indicados no ofício, em conformidade ao parágrafo 2º do Art. 10º da IN nº 65/2005.

E) Comentários sobre itens específicos sobre o Parecer nº 153/2005.

Alguns itens referenciados, embora assim conste no TR definido pelo IBAMA, trazem a necessidade de se mostrar impactos no Diagnóstico Ambiental, como por ex. estabilidade de encostas na implantação; operação do empreendimento ou análise de mudança microclimática. Tais questões comparecem no capítulo do EIA referente aos Impactos Ambientais.

O IBAMA entende que itens do Parecer Técnico que não foram objeto de requisição no ofício nº 753, são acessórios e não importantes para o objeto da verificação de abrangência.

O CNEC explanou sobre a metodologia utilizada na AAR, para evidenciação de impactos cumulativos e sinérgicos, tendo como linhas principais:

- componentes-síntese indicados pelo IBAMA no TR;
- diagnóstico dirigido para a evidenciação de impactos;
- seleção de variáveis ambientais importantes, que agregadas compõem os componentes síntese.
- Variáveis selecionadas denotam impactos negativos, de grande significância e que podem ser comuns aos projetos de hidrelétricas em evidência. A seleção dessas variáveis também considerou serem as mesmas comuns aos projetos analisados, para se ter uma base de análise comum entre todos os projetos.


Alexandre Pollastrini
Analista Ambiental
COLIC/CGLIC/DILIQ


Marcelo Gonçalves de Lima
Biólogo - Doutor em Ecologia


Moura Menta Giasson
Coordenadora de Licenciamento
COLIC/CGLIC/DILIQ




5




Fis.:	837
Proc.:	1172/04
Rubr.:	9e

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SOROCABA

Rua Ribeirão Preto, 182, Jd. Leocádia – (015) 3238-6500 - CEP 18085-350 – Sorocaba/SP

OFÍCIO/PRM/SOROCABA/ Nº 28 /06

Sorocaba, 26 de janeiro de 2006

Ilustríssimo Senhor
DR. LUIZ FELIPPE KUNZ JÚNIOR
DD. Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental

SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do IBAMA
Brasília / DF
CEP -70.812-900

PROTOCOLO
DILIQ/IBAMA
Nº: 1.231
DATA: 02 / 02 / 06
RECEBIDO:

Ref.: Representação nº 1.34.012.000268/2003-20

Senhor Diretor,

Para fins de instrução da Representação em epígrafe, e com fundamento no artigo 8º, II, da Lei Complementar nº 75/93, solicito de Vossa Senhoria a gentileza de informar os nomes do coordenador e dos demais servidores que integram a equipe técnica que atuam no licenciamento da Usina Hidrelétrica Tijuco Alto, solicitado pela Cia. Brasileira de Alumínio – CBA.

Colho do ensejo para renovar votos de elevada estima e distinta consideração.

VINICIUS MARAJÓ DAL SECCHI
Procurador da República

02 FEV 2006

IRMÃS DE JESUS BOM PASTOR – PASTORINHAS
 RUA PEPIGUARI, Nº 302 – ALTO DA LAPA
 SÃO PAULO – SP
 FONE (11) 3834-5906
 E-mail: pastorinhas@terra.com.br

Fis.: 838
 Proc.: 1172/04
 Rubr.: Jee

Ilmo. Senhor
 Luiz Felipe Kanuz Júnior
 DD. Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental
 Av. L 4 - Norte - Edifício Sede
 CEP 70 800-200 Brasília - DF

PROTOCOLO
 DILIQ/IBAMA
 Nº: 1.695
 DATA: 13 / 02 / 06
 RECEBIDO:
maxioli

PREZADO SENHOR

Nós, **Irmãs de Jesus Bom Pastor - Pastorinhas**, da Província Pe. Alberione – São Paulo, reunidas em Assembléia Anual, à via Raposo Tavares, Km 16,5, nos dias 23 a 28 de Janeiro de 2.006, vimos manifestar nosso **repúdio aos projetos de construção de barragens, no Rio Ribeira de Iguape-Vale do Ribeira – SP.**

Há 20 anos a Congregação das Irmãs de Jesus Bom Pastor atua no Vale da Ribeira e conhece a realidade das comunidades, sobretudo, as comunidades quilombolas, indígenas, caiçaras, ribeirinhas e os pescadores, e sabe muito bem, que os projetos das hidrelétricas irão destruí-las.

Manifestamos também nosso **repúdio** as ameaças que vem sofrendo a Mata Atlântica, a fauna, os rios, as cavernas, cachoeiras...

Proteger o **Meio Ambiente** e as **Comunidades Tradicionais** é dever deste órgão federal – o **IBAMA.**

Contamos com sua sensibilidade e seriedade na análise do **Estudo de Impacto Ambiental da Hidrelétrica de Tijuco Alto**, levando em consideração a realidade social e ambiental do Vale do Ribeira e não apenas os interesses da **CBA – Companhia Brasileira de Alumínio.**

Nome	Documento	Cidade
1. Maria Antoneta Biazoni	4.732.294-9	Beldades - SP
2. Jéssica Aparecida do Souza	03.099.061.7	São Paulo
3. Maria de Lourdes Bonetto	8.054.101	Piracicaba - S.P.
4. Lenézinka M.A. da Silva	2.565.980	Redenção - PA
5. Maria Luiza Ramos	10.182.9544.	S. Paulo.
6. Maria Conceição de Jesus	5.930.416	São Paulo
7. Genoveva Fogaca	4.732.274	Vitoria - ES.
8. Vera Lucia Rubens	19.336.460	Itarumã - GO
9. Rosilda de Lima	5332907-1	Tupanatinga - PE
10. Lusineide Cardoso de Melo	59124155 PDF	Vitoria / ES
11. Pauline Tope	1.546.682	Brasília - DF
12. Ana Maria Lopez	5.930.413	São Paulo - SP
13. Marine J. Ramos	13.273.609	S. Paulo.
14. Lisiane Maria Vieira Camargo	4551.775	S. Paulo - SP
15. Zelmira Dallegroce	1002483004	S. Paulo SP

16.	Cristiane Sileiro	14.915.918	São Paulo
17.	Lynez Lopes	2638085	São Paulo
18.	Inês Gueusa do Prado	44.342.440	São Paulo
19.	Maria Luíza da Cunha	30514882-5	São Paulo
20.	Jonfa Vasconcelos	14.523.651	S. Paulo
21.	Dita Silva da Costa	5930.407	S. Paulo
22.	Wanda Barbosa	MG. 10.995-783	Wanda Barbosa
23.	Maria de Lourdes Roney	RG 9130510	S. Paulo
24.	Amélia Maria da Soledade Dias	12.107.289 SSPSP	Maciú - Al.
25.	Antonia Mathilde Lopes	R.G. 2.516.002-3	Assis - SP.
26.	Cerestales Duz	R.G. 4.732.304-8	S. Paulo. S.P.
27.	Dora de Paula	R.G. 16.858.561	Para.
28.	Maria Madalena Fogaca	5.930.452-SSPSP	Redenção - PA
29.	Neide Cip Silva	2.515.992	S. Paulo
30.	Maria da Glória Amadeo	6498081	S. Paulo
31.	Rosilene Este Lima	6.628.511-1	Redenção - PA
32.	Maria de Lúcia Pires	11167809	SSP - SP
33.	Luciana	5.930.458-	SSP - SP
34.	Jolanda Zamorano	5986.407	Taunã - GO
35.	Dita Silva da Costa	5.930.407	S. Paulo
36.	Elenir Agustini	6.908.929.2	S. Paulo
37.	Rosa Maria Gomes	1.082.283-	S. Paulo
38.	Sônia de Fatima Batogin	10.257.725	S. Paulo
39.	Luiz Roberto Piceli	4454115-6	S Paulo
40.	Aparecida Joly Macoris	5.930.414-5	Eldorado
41.	Wanda de Paula	32723850-5	Anis SP
42.	Gerlândia Amaro Alencar	1.092.199	São Paulo.
43.	Ana Maria de Paula	5.930.417	São Paulo
44.	Diene Torres de Novais	18233977.	São Paulo
45.	Lucyra Maria Isabel	2515.982	S. Paulo
46.	Maria Juli Bulanga	RG 10.257.661-0	São Paulo
47.			
48.			
49.			
50.			



Fls.:	840
Proc.:	1172/04
Rubr.:	pe

ASSTRAF
Associação Sindical dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar de Cerro Azul

“Porque para a gente uma semente é mais do que um grão na terra”.

Rua marechal Floriano Peixoto nº 80 sobre loja, sala 02 Cerro Azul -PR
Fone – (041)662-1827 fax: (041) 662-1827 CEP: 83.570-000 Caixa Postal n° 13
e-mail- cerroazul@cresol .com.br

Ofício 001/2006

Cerro Azul, 20 de fevereiro de 2006

Prezado Senhor:

Através deste vimos encaminhar em anexo uma carta de repúdio a construção da **UHE TIJUCO ALTO**. Informamos que a mesma foi lida e assinada no encontro realizado no dia 17 de fevereiro do ano em curso no município de Cerro Azul. O evento contou com varias lideranças de comunidades do município e comunidades de quilombolas do baixo Ribeira que poderão ser afetadas diretamente ou indiretamente pela possível construção da usina e . No encontro foram discutidos vários impactos que a barragem pode causar, tanto ambiental, econômico e especialmente social, que, aliás, a **CBA** tem uma dívida muito grande com o município e as pessoas que já foram desapropriadas.

Todos os Ribeirinhos esperam que o IBAMA, acerte em sua decisão não concedendo a Licença Previa ao empreendedor.

Nada mais para o momento, desde já agradecemos.


Adriano Briatori
Presidente

Ilmo. Sr:
Luiz Felipe Kunz Jr.

M.D. Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental
IBAMA – Brasília- DF.

PROTOCOLO
DILIQ/IBAMA
Nº: 2.187
DATA: 22 / 02 / 06
RECEBIDO:

maidei

Fis.:	B41
Proc.:	1172/04
Rubr.:	100

NÃO QUEREMOS A CONSTRUÇÃO DA UHE TIJUCO ALTO

Nós, agricultores familiares moradores do município de Cerro Azul/PR, e que seremos direta ou indiretamente atingidos pela possível construção da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto, nos reunimos para discutir as possíveis conseqüências da construção da usina para nossas vidas, e chegamos às seguintes conclusões:

1. A UHE Tijuco Alto, mesmo antes de ser construída, já causou profundos impactos econômicos e sociais na região, pois muita gente foi obrigada a vender suas terras à Companhia Brasileira de Alumínio – CBA com medo de que a perderia de qualquer forma. Bairros desapareceram, negócios faliram, famílias foram separadas, e muitas pessoas saíram das terras onde trabalhavam sem receber qualquer tipo de indenização
2. A forma como a CBA negociou a compra das terras nos anos 90 é reprovável, pois praticamente obrigava as pessoas a venderem suas terras, uma vez que colocava a construção da barragem como uma certeza e a venda da terra como uma necessidade. Muitos dos que venderam suas terras não conseguiram outras em quantidade ou qualidade equivalentes, e hoje se encontram na periferia de Cerro Azul, Rio Branco e Curitiba. Vários não-proprietários (meeiros, arrendatários, posseiros) perderam seu meio de subsistência sem qualquer tipo de negociação ou indenização, e igualmente passaram – ou passam – por grandes necessidades de ordem financeira
3. A grande maioria das famílias que resistiram em suas terras o fizeram porque não querem viver em outro lugar, mesmo que sejam realocadas e/ou indenizadas. Somos todos agricultores familiares que nascemos e nos criamos por aqui, vivemos do que produzimos e não queremos mudar todas nossas vidas para que a CBA possa aumentar sua produção de alumínio
4. Temos um projeto distinto de desenvolvimento para a região, que passa por aprimorar a produção agrícola e dar qualidade de vida para quem mora no campo. Hoje estamos organizados em cooperativas que nos facilita acesso ao crédito agrícola (PRONAF), a casas novas (Projeto PSH), a novos mercados (“compra direta”) e, além de tudo isso, vimos conseguindo acesso a políticas públicas básicas, como saúde e educação. Estamos a menos de 100 km de Curitiba e finalmente conseguimos uma estrada asfaltada, o que nos possibilitará facilidades no escoamento da produção e já vem atraindo turistas para as corredeiras naturais do rio Ribeira de Iguape
5. O Estudo de Impacto Ambiental não diz para onde seríamos removidos, quanto ganharíamos de indenização e nem onde seria relocada a infra-estrutura viária afetada. Por tudo isso não temos nenhuma garantia de que melhoraremos de vida, e sequer de que continuaremos com a mesma qualidade de vida.
6. Não acreditamos que uma usina hidrelétrica do grupo Votorantim, que gerará energia exclusivamente para uso particular, vá beneficiar a região. Queremos projetos que gerem empregos e compartilhem seus benefícios econômicos com as pessoas da região, sem trazer problemas ambientais. E isso sabemos que a usina não vai trazer.

Por tudo isso, vimos manifestar nosso repúdio à construção da usina e dizer que não queremos sair de nossas terras, pois estamos felizes onde estamos. **Não à barragem!**

Cerro Azul, 17 de fevereiro de 2006.

Nome	RG	Bairro	Assinatura
Joaquim Gregório Rami	1.623.400-1	AOPA-	[Signature]
Joimara Martins		Bomba	
Adriano Nicotri	7.687.884-6	Reina Abano	[Signature]
Stanaquilda G. Borgh	8.983.045-1	Luva	
Miguel A. Wally	2.100.771	Puruo	[Signature]
Leonardo G. J. J.	5.083.714-9	Luva	[Signature]
Marcos L. Costa Junior	8.134.871-4	Bomba	[Signature]
Nilton Aguiar Junior	5.069.012-0	AOPA	
[Signature]	201.112.159-0		
Henrique Luis R. R.	4.070.158	V. L. L. L.	
Carlos Laurence Eugén		ILHA ILAX	
José S. do Vale		R. B. Cláudia	
José S. do Vale		R. B. Cláudia	
José S. do Vale		R. B. Cláudia	
Palmeira Dalva L. L.	1.135.438-2	V. L. L. L.	
JOSE CONDE TIO	2.100.394-8	R. B. V. L. L.	x José B. B. B.
GABRIEL M. DO NASCIMENTO	2.100.717	F. L. L. L.	x Gabriel H.
DURVAL DE BONFIM	3.517.006-5	F. L. L. L.	x Durval de Bonfim
Dejanir de Jesus		R. B. Cláudia	x Dejanir de Jesus
Gabriel de Jesus		R. B. Cláudia	x Gabriel de Jesus
Manoel Joaquim de Silva	1.138.088-907	Luva	x Manoel Joaquim de Silva
Luiz Gonzaga de Souza	3.057.776-9	Luva	x Luiz Gonzaga de Souza
Alcides Silva	9.659.600-5	Barragem de Luva	x Alcides Silva
Edaine de Jesus Pinheiro		R. B. Cláudia	x Edaine de Jesus Pinheiro
Luiz Carlos Schmidt B. B.	3.035.988-5	AOPA	[Signature]
Enilson de Silva	7.913.450-4	RIBEIRO V. L. L.	x Enilson de Silva
[Signature]		x Mato Preto	x José R. B. B.
[Signature]	1.047.582-1		x [Signature]
Rosângela B. B.	3.136.103-6	Bom do Tigre	x Rosângela B. B.
[Signature]	827.112	Luva	x [Signature]
[Signature]	3.076.299-0	Ribeira Santa Cruz	x [Signature]
[Signature]		Bomba	x [Signature]
[Signature]		Bomba	x [Signature]
[Signature]		Bomba	x [Signature]

NOME

R.G.

B.R^o

NOME	R.G.	B.R ^o	Observações
celastiano de Jesus			Paróquia de São
Amorino de Jesus de Jesus			Paróquia de São
Sebastião de Jesus	499.985-1		Paróquia de São
José de Jesus	6.714.726-0		Paróquia de São
João de Jesus	6.147.188		Paróquia de São
Alceu de Jesus	41-901-985-1		Paróquia de São
LADISLÁO SANTOS FERREIRA	41-216-570-3		Paróquia de São
Maria Madalena			
Waldemar de Jesus	42.29935401.		
Natalino M. dos Santos	41.216868-6		
JOSUÉ GONÇALVES FERREIRA	41.216.579-2		
Leandro de Jesus			
Arvaldo de Jesus	32.561669-3		
Carilda de Jesus	4.163.309		
Leonilda de Jesus	25.442.005-9		
Benedicta de Jesus	6.685.456		
Adriana R. de Jesus	47.419.280-5		
Rafael de Jesus	78.228.245-9		
Allegria de Jesus	48.229.827-4		
Silvaneide de Jesus	45.205.190-3		
Angélica de Jesus	1979853		
Adriana de Jesus	45.205.037-6		
Benedicta de Jesus	21.208.753		
Edson de Jesus	35.350.752-0		
CARLOS EDUARDO	26.435.020-3		
José de Jesus	41.216.579-2		
Benedicta de Jesus	35.623.651-2		
Fábio de Jesus	41.217.416-7		
GIJO DIAS			
Baltazar de Jesus	41.904.483-8		
Milene de Jesus	41.216.862-9		
Maria de Jesus			
Michele de Jesus	41.904.586-7		
JOSEMAR MOREIRA DE MOREIRA	41.217.355-4		
Fábio de Jesus	41.216.579-2		
Newton de Jesus	373.688		
Edson de Jesus	41.904.525-9		
José de Jesus	4.521.244-0		
Benedicta de Jesus	10.89.827		



Fis.:	044
Proc.:	1172/04
Rubr.:	400

ASSTRAF

Associação Sindical dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar de Cerro Azul

" Porque para a gente uma semente é mais do que um grão na terra" .

Rua marechal Floriano Peixoto n° 81 sobre loja, sala 02 Cerro Azul-PR
Fone – (041)662-1827 fax: (041) 662-1827 CEP: 83.570-000 Caixa Postal n° 13

Cerro Azul , 20 de Janeiro de 2005

CARTA ABERTA Á POPULAÇÃO E AUTORIDADES DO MUNICIPIO , DO ESTADO E DO PAÍS

A ASSTRAF- ASSOCIAÇÃO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS NA AGRICULTURA FAMILIAR DE CERRO AZUL E VALE DO RIBEIRA REGISTRA, POR MEIO DESTA O ESTADO DE INSEGURANÇA E INCERTEZA QUE VEM ASSOLANDO TODAS AS FAMÍLIAS DE SEUS ASSOCIADOS – NOSSAS FAMILIAS.

NA ESPERANÇA DE QUE ALGUMA PROVIDÊNCIA SEJA TOMADA NO SENTIDO DE EVITAR O FUTURO SOMBRIO QUE NOS AMEAÇA , DEVIDO AO ALAGAMENTO DE NOSSAS TERRAS AGRICULTÁVEIS EM CONSEQÜENCIA DA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE TIJUCO ALTO, EM ADRIANÓPOLIS-PR, PROXIMO DA DIVISA COM CERRO AZUL E DOUTOR ULYSSES, DESTACAMOS O IMPACTO QUE A MESMA TRARÁ ÁS ÁREAS DE AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO . A AGRICULTURA FAMILIAR CONTRIBUI OU RESPONDE POR 80,0% DA PRODUÇÃO DE SUBSISTENCIA DO PAÍS.

NÃO SE TRATA APENAS DE ELEVACÃO DAS ÁGUAS DO RIO RIBEIRA Á MONTANTE DO LOCAL DA BARRAGEM , MAS TAMBEM DA ELEVACÃO DE TODOS OS SEUS AFLUENTES, O QUE SIGNIFICA UMA AREA MUITO EXTENSA E ABRANGENTE.

NESTE SENTIDO PAIRAM SOBRE NÓS OS SEGUINTES QUESTIONAMETOS:

- 1) COMO VAMOS SOBREVIVER ? QUAL SERÁ A NOSSA FONTE DE RENDA OU O FUTURO DE NOSSOS FILHOS QUANDO AS AGUAS JÁ TIVEREM COBERTO NOSSAS TERRAS ?
- 2) ESTAS AREAS PROXIMAS AO RIO RIBEIRA APRESENTAM ELEVADO RENDIMENTO E PRODUTIVIDADE NOS MESES DE INVERNO, UMA VEZ QUE GARANTEM A PRODUÇÃO DE OLERICOLAS (MICRO CLIMA DO VALE DO RIBEIRA , APENAS 90 KM DE CURITIBA , É QUASE QUE TOTALMENTE LIVRE DE GEADAS)
- 3) ONDE SERÃO ASSENTADAS AS FAMILIAS DESALOJADAS ?
- 4) QUEM IRÁ RECONSTRUIR A REDE DE ESTRADAS E PONTES (REDE VIÁRIA) NO CASO DO ALAGAMENTO DE NOSSAS VIAS PRINCIPAIS ? QUE TIPO DE ACESSO TEREMOS FICANDO APENAS COM O TOPO DOS MORROS ?
- 5) QUAL O TAMANHO DE IMPACTOS AMBIENTAIS , SOCIAIS E ECONOMICOS , LEVANDO-SE EM CONTA A DRÁSTICA REDUÇÃO DA POPULAÇÃO LOCAL , O DESEMPREGO , O COMÉRCIO , ETC?
- 6) QUAIS AS MUDANÇAS CLIMATICAS : OCORRENCIA DE NEBLINA , AUMENTO DA UMIDADE DO AR, DA TEMPERATURA , ALEM DE OUTROS ?

ESTA É ANOSSA POSIÇÃO E GOSTARIAMOS DE PODER CONTAR COM SEUS APOIOS Á NOSSA LUTA .

ATENCIOSAMENTE

João Carlos Hilman
Vice – Presidente ASSTRAF

Cerro Azul

De: "Campanha contra barragens no Ribeira" <bruno@socioambiental.org>
Para: <cerroazul@cresol.com.br>
Enviada em: terça-feira, 21 de fevereiro de 2006 11:19
Assunto: Agricultores de Cerro Azul fazem moção contra barragem

Fis.:	B45
Proc.:	1172/04
Rubr.:	Ag

Se não conseguir visualizar o e-mail, [clique aqui](#)

21 de Fevereiro de 2006



Agricultores de Cerro Azul fazem moção contra barragem no Vale do Ribeira

Agricultores familiares se reúnem em Cerro Azul, município paranaense do Vale do Ribeira que pode vir a ser o mais impactado pela barragem da usina hidrelétrica de Tijuco Alto, e manifestam sua disposição de resistir ao projeto pretendido pela Companhia Brasileira de Alumínio.

Nove horas da manhã da última sexta-feira, 17 de fevereiro, e uma chuva fina e persistente anunciava um dia cinza em Cerro Azul, no lado paranaense do Vale do Ribeira. No "salão do italiano", localizado na sobreloja de um posto de gasolina, Adriano Briatore, presidente da Associação Sindical dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (ASSTRAF) de Cerro Azul, arrumava os últimos detalhes para o encontro agendado com os agricultores familiares que vivem às margens do rio Ribeira e de seus afluentes. Há mais de dez anos, eles resistem às investidas da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), interessada em construir a usina hidrelétrica de Tijuco Alto.

Mas para quem está na resistência há tanto tempo, uma simples garoa não impediu que às dez horas da manhã, o salão estivesse lotado. Os agricultores chegavam em pequenos grupos, vindos de ônibus ou de carona dos bairros rurais do município. Todos queriam saber das últimas informações sobre o atual estágio do licenciamento ambiental da barragem, cujo Estudo de Impacto Ambiental (EIA) está sendo analisado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), e conversar sobre estratégias de resistência para permanecerem em suas terras.

A barragem de Tijuco Alto é como um fantasma para as famílias de agricultores de Cerro Azul. Todas ali já foram procuradas por emissários da CBA para vender suas terras, e todos os moradores da zona rural do município conhecem vizinhos ou parentes que não resistiram ao assédio da empresa e venderam suas propriedades. Na reunião da última sexta-feira, um comerciante, indignado, perguntava se também seria indenizado, já que toda sua clientela havia vendido suas terras e abandonado a comunidade onde moravam e por isso, há muitos anos, não tinha mais para quem vender. "Infelizmente esse tipo de caso não é considerado como prejudicado direto, e portanto a prática dos empreendedores do setor elétrico não o considera indenizável", explicou o advogado Raul Silva Telles do Valle, do ISA, presente ao encontro.

Entre os participantes da reunião estavam duas pessoas que já haviam sido impactadas por outras hidrelétricas e que puderam relatar suas experiências. Em ambos os casos, foram expulsos de suas terras sem qualquer tipo de indenização e tiveram de recomeçar sua vida em outro lugar, mais ou menos como ocorreu com todos os meeiros, arrendatários ou posseiros das terras compradas pela CBA no início da década de 1990. Saiba mais sobre o passivo social de Tijuco Alto.

Os lavradores foram informados que o processo de Tijuco Alto continua sob análise do Ibama, e que ainda não há qualquer decisão a respeito da viabilidade ambiental do empreendimento, a qual virá depois da realização das audiências públicas, ainda sem data prevista para ocorrer. Isso significa que eles ainda podem se mobilizar e lutar, já que, ao contrário do que os compradores das terras propagam há mais de uma década, não há qualquer sinalização de que o empreendimento será aprovado.

Fis.:	846
Proc.:	1172/04
Rubr.:	122

"Só saio na hora em que a água estiver enchendo"

Sebastião Severiano Lins, morador do bairro do Lajeado Grande há mais de 50 anos, mostrava seu inconformismo com a idéia de construção da barragem. "Agora que a gente se arrumou, que tem transporte passando na porta de casa, que troquei a casa por uma nova, que a produção tá saindo, vem essa história de barragem. Só saio de minha terra na hora em que a água estiver enchendo".

Um dos pontos fortes do encontro foi a chegada de um ônibus, vindo de Eldorado (SP), repleto de lideranças quilombolas, que há quase vinte anos lutam contra a construção de barragens que inundariam suas terras no Médio Vale do Ribeira. Estavam ali para se juntar na resistência a Tijuco Alto. Os quilombolas relataram sua experiência, recitaram poesias, cantaram músicas de louvor ao Ribeira de Iguape. A reunião, que tivera momentos de grande emoção, terminou com a alegria de que a luta não terminou.

Ao final do encontro, os presentes aprovaram um moção endereçada ao Ibama e às autoridades municipais, estaduais e federais, afirmando que o Brasil precisa de dignidade no campo e não de mais geração de energia para produção de alumínio. Leia abaixo a íntegra da moção.

NÃO QUEREMOS A CONSTRUÇÃO DA UHE TIJUCO ALTO

Nós, agricultores familiares moradores do município de Cerro Azul/PR, e que seremos direta ou indiretamente atingidos pela possível construção da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto, nos reunimos para discutir as possíveis conseqüências da construção da usina para nossas vidas, e chegamos às seguintes conclusões:

1. A UHE Tijuco Alto, mesmo antes de ser construída, já causou profundos impactos econômicos e sociais na região, pois muita gente foi obrigada a vender suas terras à Companhia Brasileira de Alumínio – CBA com medo de que a perderia de qualquer forma. Bairros desapareceram, negócios faliram, famílias foram separadas, e muitas pessoas saíram das terras onde trabalhavam sem receber qualquer tipo de indenização.

2. A forma como a CBA negociou a compra das terras nos anos 90 é reprovável, pois praticamente obrigava as pessoas a venderem suas terras, uma vez que colocava a construção da barragem como uma certeza e a venda da terra como uma necessidade. Muitos dos que venderam suas terras não conseguiram outras em quantidade ou qualidade equivalentes, e hoje se encontram na periferia de Cerro Azul, Rio Branco e Curitiba. Vários não-proprietários (meeiros, arrendatários, posseiros) perderam seu meio de subsistência sem qualquer tipo de negociação ou indenização, e igualmente passaram – ou passam – por grandes necessidades de ordem financeira.

3. A grande maioria das famílias que resistiram em suas terras o fizeram porque não querem viver em outro lugar, mesmo que sejam realocadas e/ou indenizadas. Somos todos agricultores familiares que nascemos e nos criamos por aqui, vivemos do que produzimos e não queremos mudar todas nossas vidas para que a CBA possa aumentar sua produção de alumínio.

Fis.:	847
Proc.:	1172/04
Rubr.:	fe

4. Temos um projeto distinto de desenvolvimento para a região, que passa por aprimorar a produção agrícola e dar qualidade de vida para quem mora no campo. Hoje estamos organizados em cooperativas que nos facilita acesso ao crédito agrícola (PRONAF), a casas novas (Projeto PSH), a novos mercados ("compra direta") e, além de tudo isso, vimos conseguindo acesso a políticas públicas básicas, como saúde e educação. Estamos a menos de 100 km de Curitiba e finalmente conseguimos uma estrada asfaltada, o que nos possibilitará facilidades no escoamento da produção e já vem atraindo turistas para as corredeiras naturais do rio Ribeira de Iguape.

5. O Estudo de Impacto Ambiental não diz para onde seríamos removidos, quanto ganharíamos de indenização e nem onde seria relocada a infra-estrutura viária afetada. Por tudo isso não temos nenhuma garantia de que melhoraremos de vida, e sequer de que continuaremos com a mesma qualidade de vida.

6. Não acreditamos que uma usina hidrelétrica do grupo Votorantim, que gerará energia exclusivamente para uso particular, vá beneficiar a região. Queremos projetos que gerem empregos e compartilhem seus benefícios econômicos com as pessoas da região, sem trazer problemas ambientais. E isso sabemos que a usina não vai trazer.

Por tudo isso, vimos manifestar nosso repúdio à construção da usina e dizer que não queremos sair de nossas terras, pois estamos felizes onde estamos. Não à barragem!

Cerro Azul, 17 de fevereiro de 2006.

Coordenam esta campanha:

Associação Sindical dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Asstraf) – Cerro Azul/PR Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental (Cedeia) - Paraná Central Unica dos Trabalhadores (CUT) – Vale do Ribeira Colônia de Pescadores de Iguape Equipe de Assessoria e Articulação das Comunidades Negras (Eaacone) – Vale do Ribeira Instituto Ambiental Vidágua Instituto Socioambiental (ISA) Movimento dos Ameaçados por Barragens (Moab) – Vale do Ribeira Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Vale do Ribeira (Sintravale)

Leia mais

www.socioambiental.org

Para se cadastrar, [clique aqui](#)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

Fis.:	848
Proc.:	1172/04
Rubr.:	140

Ofício nº 115 /2006 – DILIQ/IBAMA

Brasília, 22 de fevereiro de 2006.


A Sua Senhoria, o Senhor
Vinicius Marajó Dal Secchi
Procurador da República no Município de Sorocaba-SP
Rua Ribeirão Preto, 182, Jd. Leocádia
18.085-380 – Sorocaba/SP Tel: (15) 3238-6500

Assunto: Ref.: Representação N.º 1.34.012.000268/2003-20/OFÍCIO/PRM/SOROCABA/N.º 28/06

Senhor Procurador,

1. Em atenção ao Ofício em epígrafe, informo que o empreendimento UHE Tijuco Alto está sob a coordenação da Sra. Moara Menta Giasson. Fazem parte da equipe técnica os seguintes analistas ambientais: Alexandre Pollastrini, Adriano Rafael Arrepia de Queiroz, Fabíola Schupcheki Cleto, Gina Luísa Boemer Deberdt, Lílian Maria Menezes Lima, Marcelo Belisário Campos e Vera Lúcia Silva Abreu, além do consultor Marcelo Lima.
2. Esta Diretoria permanece à disposição para prestar os esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,


Luiz Felipe Kunz Júnior
Diretor Licenciamento e Qualidade Ambiental

FAX TRANSMITIDO EM: 23 / 2 / 06
ÀS _____ H
RESPONSÁVEL: EP
FAX Nº:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

Fis.:	849
Proc.:	1122/04
Rubr.:	192

OFÍCIO CIRCULAR nº 003 /2006 - DILIQ/IBAMA

Brasília, 22 de fevereiro de 2006.

A Sua Senhoria o Senhor,
LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES
Diretor-Presidente do Instituto Ambiental do Paraná - IAP
Rua Engenheiro Rebouças, 1206
CEP 80215-100 - Curitiba - PR Fone: (41) 3213-3700 - Fax: (41) 3333-6161

Assunto: UHE Tijuco Alto.

Senhor Diretor-Presidente

1. A Instrução Normativa nº 065, de 13 de abril de 2005, estabelece, no âmbito do Ibama, os procedimentos para o licenciamento de Usinas Hidrelétricas e Pequenas Centrais Hidrelétricas, consideradas de significativo impacto ambiental.
2. O EIA-RIMA da UHE Tijuco Alto está em análise nesta diretoria desde outubro do ano passado, tendo sido aprovada a verificação de abrangência do estudo no mês de dezembro.
3. Na etapa atual, conforme o § 2º do Art. 10 da referida IN, o empreendedor deverá distribuir os estudos aos órgãos envolvidos no licenciamento, no caso este IAP, o que deve ocorrer nos próximos dias.
4. Sendo assim, solicito posicionamento técnico desse órgão num prazo de noventa dias, ressaltando que oportunamente será realizada vistoria técnica, podendo solicitar-se, se necessário, complementações dos estudos ao empreendedor.

Atenciosamente,


Luiz Felipe Kunz Júnior
Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental

FAX TRANSMITIDO EM:
23 / 2 / 06
AS 10:10H
RESPONSÁVEL:

FAX Nº:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

Fis.:	850
Proc.:	1172/04
Rubr.:	de

OFÍCIO CIRCULAR nº 003 /2006 - DILIQ/IBAMA

Brasília, 22 de fevereiro de 2006.

A Sua Senhoria o Senhor,
JOSÉ GOLDEMBERG
Secretário Estadual de Meio Ambiente - SMA
Av. Professor Frederico Hermann Júnior, 345 - Alto de Pinheiros
CEP 05489-900 - São Paulo - SP Fone: (11) 3030-6178 / Fax: (11) 3030-6177

Assunto: UHE Tijuco Alto.

Senhor Secretário

1. A Instrução Normativa nº 065, de 13 de abril de 2005, estabelece, no âmbito do Ibama, os procedimentos para o licenciamento de Usinas Hidrelétricas e Pequenas Centrais Hidrelétricas, consideradas de significativo impacto ambiental.
2. O EIA-RIMA da UHE Tijuco Alto está em análise nesta diretoria desde outubro do ano passado, tendo sido aprovada a verificação de abrangência do estudo no mês de dezembro.
3. Na etapa atual, conforme o § 2º do Art. 10 da referida IN, o empreendedor deverá distribuir os estudos aos órgãos envolvidos no licenciamento, no caso esta SMA, o que deve ocorrer nos próximos dias.
4. Sendo assim, solicito posicionamento técnico desse órgão num prazo de noventa dias, ressaltando que oportunamente será realizada vistoria técnica, podendo solicitar-se, se necessário, complementações dos estudos ao empreendedor.

Atenciosamente,


Luiz Felipe Kunz Júnior
Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental

FAX TRANSMITIDO EM:
23 / 2 / 06
AS 10:10 H
RESPONSÁVEL:
em
FAX Nº:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

Fis.:	851
Proc.:	1172/04
Rubr.:	fe.

OFÍCIO CIRCULAR nº 003/2006 - DILIQ/IBAMA

Brasília, 22 de fevereiro de 2006.


A Sua Senhoria o Senhor
Cyro Illidio Correa de Oliveira Lyra
Diretor do Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização - DEPAM
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN
SBN Quadra 02, Ed. Central Brasília
70.040-904 Brasília - DF Tel: (61) 3414 6204 / Fax: (61) 3414-6205

Assunto: UHE Tijuco Alto.

Senhor Diretor

1. A Instrução Normativa nº 065, de 13 de abril de 2005, estabelece, no âmbito do Ibama, os procedimentos para o licenciamento de Usinas Hidrelétricas e Pequenas Centrais Hidrelétricas, consideradas de significativo impacto ambiental.
2. O EIA-RIMA da UHE Tijuco Alto está em análise nesta diretoria desde outubro do ano passado, tendo sido aprovada a verificação de abrangência do estudo no mês de dezembro.
3. Na etapa atual, conforme o § 2º do Art. 10 da referida IN, o empreendedor deverá distribuir os estudos aos órgãos envolvidos no licenciamento, no caso este IPHAN, o que deve ocorrer nos próximos dias.
4. Sendo assim, solicito posicionamento técnico desse órgão num prazo de noventa dias, ressaltando que oportunamente será realizada vistoria técnica, podendo solicitar-se, se necessário, complementações dos estudos ao empreendedor.

Atenciosamente,


Luiz Felipe Kunz Júnior
Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental

FAX TRANSMITIDO EM: 23 / 2 / 06
AS 10 : 00 H
RESPONSÁVEL: ell
FAX Nº:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

Fis.:	854
Proc.:	1172/04
Rubr.:	100

MEMO nº 130 /2006 – CGLIC/DILIQ/IBAMA

Em, 23 de fevereiro de 2006.

Ao Sr. Gerente Executivo do IBAMA no Estado de São Paulo.

Assunto: UHE Tijuco Alto.

Senhor Gerente,

1. A Instrução Normativa nº 065, de 13 de abril de 2005, estabelece os procedimentos para o licenciamento de Usinas Hidrelétricas e Pequenas Centrais Hidrelétricas, consideradas de significativo impacto ambiental.
2. O EIA-RIMA da UHE Tijuco Alto está em análise nesta diretoria desde outubro do ano passado, tendo sido aprovada a verificação de abrangência do estudo no mês de dezembro.
3. Na etapa atual, conforme o § 2º do Art. 10 da referida IN, o empreendedor deverá distribuir os estudos aos órgãos envolvidos no licenciamento, no caso esta GEREX, o que deve ocorrer nos próximos dias.
4. Sendo assim, solicito o encaminhamento do EIA-RIMA ao Núcleo de Licenciamento Ambiental e um posicionamento técnico num prazo de noventa dias, ressaltando que oportunamente será realizada vistoria técnica, podendo solicitar-se, se necessário, complementações dos estudos ao empreendedor.

Atenciosamente,

Paula Márcia Salvador de Melo
Coordenadora Geral de Licenciamento Ambiental

FAX TRANSMITIDO EM:
23 / 2 / 06
ÀS 11:50 H
RESPONSÁVEL:
OR
FAX Nº:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

Fis.:	BSS
Proc.:	1172/04
Rubr.:	4e

MEMO nº 131 /2006 – CGLIC/DILIQ/IBAMA

Em, 23 de fevereiro de 2006.

Ao Sr. Gerente Executivo do IBAMA no Estado do Paraná.

Assunto: UHE Tijuco Alto.

Senhor Gerente,

1. A Instrução Normativa nº 065, de 13 de abril de 2005, estabelece os procedimentos para o licenciamento de Usinas Hidrelétricas e Pequenas Centrais Hidrelétricas, consideradas de significativo impacto ambiental.
2. O EIA-RIMA da UHE Tijuco Alto está em análise nesta diretoria desde outubro do ano passado, tendo sido aprovada a verificação de abrangência do estudo no mês de dezembro.
3. Na etapa atual, conforme o § 2º do Art. 10 da referida IN, o empreendedor deverá distribuir os estudos aos órgãos envolvidos no licenciamento, no caso esta GEREX, o que deve ocorrer nos próximos dias.
4. Sendo assim, solicito o encaminhamento do EIA-RIMA ao Núcleo de Licenciamento Ambiental e um posicionamento técnico num prazo de noventa dias, ressaltando que oportunamente será realizada vistoria técnica, podendo solicitar-se, se necessário, complementações dos estudos ao empreendedor.

Atenciosamente,

Paula Márcia Salvador de Melo
Coordenadora Geral de Licenciamento Ambiental

FAX TRANSMITIDO EM:
23 / 2 / 06
ÀS 11:50 H
RESPONSÁVEL:
ERM
FAX Nº:

MA136/002/0304/2006

Fis.:	856
Proc.:	1172/04
Rubr.:	Ar

São Paulo, 15 de março de 2006

CGLIC-IBAMA
 Tel: (61) 316-1595/1596
 Av: L4, Norte, Bloco C, 1º andar
 CEP 70800-200
 Brasília/DF

PROTOCOLO
 DILIQ/IBAMA
 Nº: 3.007
 DATA: 16/03/06
 RECEBIDO: *J*

Ilmo. Senhor Valter Muchagata**Coordenador Geral do Licenciamento Ambiental****Ref.: Processo 02001.1172-2004-58, UHE Tijuco Alto****Atendimento ao Ofício nº 753/2005 CGLIC/DILIQ/IBAMA**

Senhor Coordenador,

Estamos enviando anexo documento em atendimento às solicitações constantes no Ofício nº 753/2005 CGLIC/DILIQ/IBAMA, referente ao processo de licenciamento da Usina Hidrelétrica Tijuco Alto, localizada no rio Ribeira (SP/PR), municípios de Ribeira (SP) e Adrianópolis (PR).

O documento consta de três partes: a primeira contém adendos ao EIA, com textos complementares e a segunda apresenta esclarecimentos ao parecer técnico nº 153/2005 – COLIC/CGLIC/DILIQ/IBAMA. A terceira parte (Anexos) apresenta os seguintes documentos: o Desenho MA136.00.49-DE.03 das Áreas de Preservação Permanente da Área de Influência Direta; cópia do Ofício CNEC ao Instituto Ambiental do Paraná – IAP solicitando a delimitação das reservas legais na AID da UHE Tijuco Alto, no estado do Paraná; cópia do Ofício nº 753/2005 - CGLIC/DILIC/IBAMA e cópia do Parecer nº 153/2005-COLIC/CGLIC/DILIC/IBAMA.

Enviamos ainda o Relatório Técnico nº 2 que contém os resultados do Levantamento Censitário realizado de outubro a dezembro de 2005, nos imóveis atingidos pelo reservatório de Tijuco Alto. Além do Relatório impresso, segue um CD contendo um Banco de Dados com a consolidação dos dados levantados na pesquisa, o Cadastro de não proprietários elaborado em 1994 pela Companhia Brasileira de Alumínio e arquivos de mapas com a localização das residências das famílias pesquisadas. Como Subproduto do Levantamento Censitário, foi elaborado o Relatório Técnico nº 3, realizado a partir da comparação entre o Cadastro de famílias da CBA, de 1994, e a pesquisa de 2005, o qual consubstancia a

*A CGLIC
 em 16/03/06
 J*

contabilização de famílias situadas em imóveis adquiridos pela CBA em relação ao universo das famílias constantes no levantamento censitário de 2005.

Estamos entregando, também, 3 (três) cópias do EIA / RIMA da UHE Tijuco Alto, conforme Instrução Normativa nº 65, de 13 de abril de 2005.

Atenciosamente,

Fis.:	857
Proc.:	1172/04
Rubr.:	AE

Ronaldo Luís Crusco

Ronaldo Luís Crusco

Coordenador dos Estudos Ambientais da UHE Tijuco Alto



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

OFÍCIO/CPRN/DAIA/357/06

São Paulo, 08 de março de 2006

Fis.:	858
Proc.:	172/04
Rubr.:	402


Prezado Senhor,

Em atenção ao Ofício Circular nº 003/2006-DILIQ/IBAMA datado de 02/03/2006, referente à solicitação de posicionamento técnico deste Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental – DAIA quanto ao Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA relacionado à Usina Hidrelétrica – UHE Tijuco Alto (Processo SMA nº 531/89), temos a informar que até a presente data, não foi protocolado neste Departamento os estudos ambientais acima citados, impossibilitando dessa forma a análise por este DAIA.

Sem mais para o momento, subscrevemo-n

Atenciosamente,

PROTOCOLO
DILIQ/IBAMA
Nº: 3.045
DATA: 17/03/06
RECEBIDO: [assinatura]


Engº **PEDRO JOSÉ STECH**
Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental - DAIA
Diretor

Ilustríssimo Senhor
LUIZ FELIPPE KUNZ JÚNIOR
Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
BRASÍLIA – DF

FROM : SMA GAB

FROM : IBAMA/DIRCOF/DEREL

PHONE NO. : 30306177

PHONE NO. : 61 225 0425

Feb. 23 2006 03:03PM P2

P21

Fis.:	859
Proc.:	172/04
Rubr.:	Arq



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

OFÍCIO CIRCULAR nº 003 /2006 - DILIQ/IBAMA

Brasília, 22 de fevereiro de 2006.


A Sua Senhoria o Senhor,
JOSÉ GOLDEMBERG
Secretário Estadual de Meio Ambiente - SMA
Av. Professor Frederico Hermann Júnior, 345 - Alto de Pinheiros
CEP 05489-900 - São Paulo - SP Fone: (11) 3030-6178 / Fax: (11) 3030-6177

Assunto: UHE Tijuco Alto.

Senhor Secretário

1. A Instrução Normativa nº 065, de 13 de abril de 2005, estabelece, no âmbito do IBAMA, os procedimentos para o licenciamento de Usinas Hidrelétricas e Pequenas Centrais Hidrelétricas, consideradas de significativo impacto ambiental.
2. O EIA-RIMA da UHE Tijuco Alto está em análise nesta diretoria desde outubro do ano passado, tendo sido aprovada a verificação de abrangência do estudo no mês de dezembro.
3. Na etapa atual, conforme o § 2º do Art. 10 da referida IN, o empreendedor deverá distribuir os estudos aos órgãos envolvidos no licenciamento, no caso esta SMA, o que deve ocorrer nos próximos dias.
4. Sendo assim, solicito posicionamento técnico desse órgão num prazo de noventa dias, ressaltando que oportunamente será realizada vistoria técnica, podendo solicitar-se, se necessário, complementações dos estudos ao empreendedor.

Atenciosamente,


Luiz Felipe Kupst Júnior
Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

Fis.:	860
Proc.:	172/04
Rubr.:	100

OFÍCIO CIRCULAR nº 10/2006 - DILIQ/IBAMA

Brasília, 24 março de 2006.

A Sua Senhoria o Senhor,
PEDRO JOSÉ STECH
Diretor do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental - DAIA
Av. Professor Frederico Hermann Júnior, 345 - Alto de Pinheiros
CEP 05489-900 - São Paulo - SP Fone: (11) 3030-6178 / Fax: (11) 3030-6177

Assunto: UHE Tijuco Alto.

Senhor Diretor

1. Reportando-me ao Ofício Circular nº 003/2006-DILIQ/IBAMA, informo que houve atraso por parte do empreendedor na entrega do EIA-RIMA da UHE Tijuco Alto e que o prazo de 90 dias para o posicionamento técnico solicitado se dará apenas a partir do seu recebimento.
2. Aproveito para convidar esta Diretoria para a vistoria a ser realizada no período de 10 a 13 de abril, cuja programação segue anexa. Para tanto solicito a confirmação da presença o mais breve possível pelo telefone (61) 3316-1595, com a Sra. Moara, Coordenadora de Licenciamento do empreendimento.

Atenciosamente,


Luiz Felipe Kunz Júnior
Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental

FAX TRANSMITIDO EM:	24/03/06
ÀS _____ H	17:50 H
RESPONSÁVEL:	M. Moara
FAX Nº:	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA

Fis.:	052
Proc.:	1172/04
Rubr.:	400

OFÍCIO nº 130 /2006 – DILIQ/IBAMA

Brasília, 22 de fevereiro de 2006.

A Sua Senhoria a Senhora,
MARIA BERNADETE LOPES
Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro Brasileiro
Fundação Cultural Palmares
SBN Quadra 02 Ed. Central Brasília 1º Subsolo
70.040-904 Brasília - DF Tel: (61) 3424 0100

FAX TRANSMITIDO EM: 23 / 02 / 06 ÀS 10 : 00 H RESPONSÁVEL: eff FAX Nº:

Assunto: UHE Tijuco Alto.

Senhora Diretora

1. A Instrução Normativa nº 065, de 13 de abril de 2005, estabelece, no âmbito do Ibama, os procedimentos para o licenciamento de Usinas Hidrelétricas e Pequenas Centrais Hidrelétricas, consideradas de significativo impacto ambiental.
2. O EIA-RIMA da UHE Tijuco Alto está em análise nesta diretoria desde outubro do ano passado, tendo sido aprovada a verificação de abrangência do estudo no mês de dezembro.
3. A hidrelétrica não inunda fisicamente nenhum dos inúmeros territórios reconhecidos como comunidades quilombolas na região, ao contrário dos outros barramentos inventariados no Rio Ribeira de Iguape (Itaóca, Funil e Batatal) os quais trariam prejuízos irreversíveis, uma vez que muitas delas seriam inundadas no todo ou em parte. Ressalto, no entanto, que somente a UHE Tijuco Alto está em processo de licenciamento neste momento.
4. Em relação ao eixo da barragem projetada, a comunidade quilombola mais próxima é a de Porto Velho, que fica a uma distância aproximada de 24 km em linha reta ou 42 km seguindo-se pelo curso do rio.

5. Na etapa atual, conforme o § 2º do Art. 10 da referida IN, o empreendedor deverá distribuir os estudos aos órgãos envolvidos no licenciamento, no caso esta Fundação, o que deve ocorrer nos próximos dias.

6. Sendo assim, solicito posicionamento técnico desse órgão, especificamente sobre a questão dos quilombolas, num prazo de noventa dias, ressaltando que oportunamente será realizada vistoria técnica, podendo solicitar-se, se necessário, complementações dos estudos ao empreendedor.

Atenciosamente,



Luiz Felipe Kunz Junior
Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental

Fis.: 861
Proc.: 1172/04
Rubr.: 40



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA

OFÍCIO CIRCULAR nº 10 /2006 – DILIQ/IBAMA

Brasília, 24 março de 2006.

A Sua Senhoria o Senhor,
LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES
Diretor-Presidente do Instituto Ambiental do Paraná – IAP
Rua Engenheiro Rebouças, 1206
CEP 80215-100 - Curitiba – PR Fone: (41) 3213-3700 – Fax: (41) 3333-6161

Assunto: UHE Tijuco Alto.

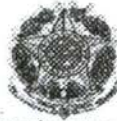
Senhor Diretor-Presidente

1. Reportando-me ao Ofício Circular nº 003/2006-DILIQ/IBAMA, informo que houve atraso por parte do empreendedor na entrega do EIA-RIMA da UHE Tijuco Alto e que o prazo de 90 dias para o posicionamento técnico solicitado se dará apenas a partir do seu recebimento.
2. Aproveito para convidar este Instituto para a vistoria a ser realizada no período de 10 a 13 de abril, cuja programação segue anexa. Para tanto solicito a confirmação da presença o mais breve possível pelo telefone (61) 3316-1595, com a Sra. Moara, Coordenadora de Licenciamento do empreendimento.

Atenciosamente,


Luiz Felipe Kunz Júnior
Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental

FAX TRANSMITIDO EM:
24/03/06
AS 18:00H
RESPONSÁVEL:
M. Felipe
FAX Nº:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA

Fis.:	862
Proc.:	1172/04
Rubr.:	fe

MEMO Circular nº 12 /2006 – CGLIC/DILIQ/IBAMA

Em, 24 de março de 2006.

Ao Sr. Gerente Executivo do IBAMA no Estado do Paraná.

Assunto: UHE Tijuco Alto.

Senhor Gerente,

1. Reportando-me ao Memorando nº 131/2006-CGLIC/DILIQ/IBAMA, de 23.2.2006, informo que houve atraso por parte do empreendedor na entrega do EIA-RIMA da UHE Tijuco Alto e que o prazo de 90 dias para o posicionamento técnico solicitado se dará apenas a partir do seu recebimento.

2. Aproveito para convidar esta Gerência para a vistoria a ser realizada no período de 10 a 13 de abril, cuja programação segue anexa. Para tanto solicito a confirmação da presença o mais breve possível pelo telefone (61) 3316-1595, com a Sra. Moara, Coordenadora de Licenciamento do empreendimento.

Atenciosamente,

Paula Márcia Salvador de Melo
Coordenadora Geral de Licenciamento Ambiental

FAX TRANSMITIDO EM:	29 / 3 / 06
ÀS	11:20 H
RESPONSÁVEL:	ER
FAX Nº:	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

Fis.:	863
Proc.:	172/04
Rubr.:	42

MEMO Circular nº 12 /2006 – CGLIC/DILIQ/IBAMA

Em, 24 de março de 2006.

Ao Sr. Gerente Executivo do IBAMA no Estado de São Paulo.

Assunto: UHE Tijuco Alto.

Senhor Gerente,

1. Reportando-me ao Memorando nº 130/2006-CGLIC/DILIQ/IBAMA, informo que houve atraso por parte do empreendedor na entrega do EIA-RIMA da UHE Tijuco Alto e que o prazo de 90 dias para o posicionamento técnico solicitado se dará apenas a partir do seu recebimento.
2. Aproveito para convidar esta Gerência para a vistoria a ser realizada no período de 10 a 13 de abril, cuja programação segue anexa. Para tanto solicito a confirmação da presença o mais breve possível pelo telefone (61) 3316-1595, com a Sra. Moara, Coordenadora de Licenciamento do empreendimento.

Atenciosamente,

Paula Márcia Salvador de Melo
Coordenadora Geral de Licenciamento Ambiental

FAX TRANSMITIDO EM:
27 / 3 / 06
ÀS 15 : 30 H
RESPONSÁVEL:
PRJ
FAX Nº:

Fis.:	064
Proc.:	1172/04
Rubr.:	Aer



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA

Programação de Vistoria Tijuco Alto

Período: 10 a 13 de abril de 2006

Dia 10 de abril - Segunda-Feira

Período da manhã

- Explanação Geral sobre o Projeto e das Atividades de Vistoria, das 7:00 hs. às 9:00 hs no escritório da CBA em Cerro Azul. (CBA/CNEC).
- Sobrevôo (2 equipes):

Roteiro 1 - Reservatório, bairros, local de deposição dos rejeitos da mina do Rocha, local do eixo da barragem, acampamento, estrada do Paqueiro, sítios urbanos de Ribeira e Adrianópolis, até a área da Plumbum.

Roteiro 2 – idem ao anterior, seguindo a jusante até a primeira nucleação de quilombos (roteiro de interesse da socioeconomia).

Enquanto uma equipe voa, outra vai reconhecer o bairro de Quarteirão dos Órfãos até a ponte sobre o rio Ribeira. Discussão de impactos da APP e reservatório na zona periurbana.

Período da tarde

- Equipe de Socioeconomia

Bairros rurais de Cerro Azul, em direção ao remanso do reservatório pela margem esquerda (até a região do Lajeado Grande). Reconhecimento do padrão de ocupação, agricultura, imóveis.

- Físico Biótico

Reconhecimento da margem direita do reservatório em direção ao remanso, até o rio Bomba: padrão de ocupação, relevo, vegetação, substrato geológico.

Fis.:	866
Proc.:	1172/04
Rubr.:	Ale

ocupação, padrão dos agricultores e da agricultura). Segue para Itapirapuã Paulista, com verificação da penetração do pinus no planalto. Almoço em Itapirapuã. Segue até Dr. Ulysses para reconhecimento da zona urbana. Retorno ao acampamento.

Equipe do Físico Biótico: Margem esquerda do rio Ribeira (eixo, vertedouro, áreas de empréstimo, pedreira, subestação, LT). Segue até rio das Criminosas para reconhecimento do padrão de uso e ocupação, relevo, ilhas do rio, corredeiras, estruturação do relevo, geologia local e solos, qualidade das águas, tempo de enchimento, tempo de residência, cotas do reservatório. Visita área da Plumbum; almoço no acampamento.

Tarde

Reunião de nivelamento de informações ambas as equipes no acampamento CBA.

Pernoite no acampamento.

Dia 13 de abril- Quinta Feira

Equipe Socioeconômico: Visita à região dos Quilombos.

Equipe do Físico Biótico: reconhecimento da região da Gruta do Rocha (aspectos de vegetação e fauna e da própria cavidade natural subterrânea, modelo de controle da ocorrência de tais cavidades).

PARECER TÉCNICO N° 31/2006 – COLIC/CGLIC/DILIQIBAMA

Brasília, 29 de março de 2006.

A: Coordenadora de Licenciamento Ambiental
Moara Menta Giasson

Do Consultor PNUD: Marcelo Gonçalves de Lima

Assunto: Análise das complementações feitas pela Procuradoria da República no Município de Sorocaba, ofício/PRM/SOROCABA/N°1355/05 ao termo de referência para a elaboração do EIA/RIMA da UHE Tijuco Alto.

Introdução

Este parecer trata da análise do Parecer Técnico MPF/PRSP n°050/2005 sobre a regularidade do procedimento de licenciamento e instalação da UHE Tijuco Alto no rio ribeira de Iguape, no município de Ribeira, SP e as complementações sugeridas para serem adicionadas ao termo de referência para elaboração do EIA/RIMA do empreendimento.

Histórico

O projeto de UHE Tijuco Alto, no Vale do Ribeira em São Paulo, foi elaborado primeiramente em 1989 pela CBA – Companhia Brasileira de Alumínio para aumentar a oferta de energia para a sua usina metalúrgica em Mairinque, SP. Foi apresentado um EIA/RIMA para as agências ambientais dos dois estados que seriam impactados pelo empreendimento, sendo estes Paraná e São Paulo.

Em junho de 1994 e fevereiro de 1995 as licenças prévias foram concedidas pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo - SEMA/SP e pelo Instituto Ambiental do Paraná – IAP, respectivamente.

Entretanto, o Ministério Público Federal determinou que o licenciamento deveria ser feito pelo IBAMA já que o empreendimento atingiria os dois estados supra citados.

Em 1997 a CBA entrou com processo de licenciamento no IBAMA.

Em setembro de 2003 o licenciamento foi negado. Porém, foi permitido que o empreendedor, caso fosse de seu interesse, desse entrada com um novo processo de licenciamento.

11.

Em julho de 2004 a CBA, junto com a CNEC Engenharia, recebeu o Termo de Referência do IBAMA com as diretrizes para a realização dos novos estudos para a elaboração do EIA/RIMA.

Em outubro de 2005 foi protocolado no IBAMA o EIA e o RIMA do empreendimento.

Em dezembro de 2005 foram elaborados os pareceres técnicos com a checagem do atendimento do TR. Ainda em dezembro foi encaminhado a CBA o ofício onde o EIA/RIMA é considerado satisfatório, porém algumas informações não foram localizadas pelos analistas. Pediu-se então que estas fossem localizadas e apresentadas, para serem incorporadas à análise de mérito. Em janeiro de 2006 houve uma reunião do IBAMA com os empreendedores para discutir as informações que não foram encontradas e para dar os encaminhamentos necessários.

Em março de 2006 foi entregue um documento com adendos ao EIA, esclarecimentos e outros documentos que foram solicitados anteriormente.

Após a entrega do EIA/RIMA para a UHE Tijuco Alto, foi protocolado na DILIQ/IBAMA no dia 7 de dezembro de 2005 correspondência datada do dia 29 de setembro de 2005 referente a encaminhamento por parte da Procuradoria da República no Município de Sorocaba, SP, do parecer técnico MPF/PRSP N^o 050/2005, onde foi feita a análise da adequação e suficiência do Termo de Referência para elaboração do EIA/RIMA daquele empreendimento.

O parecer técnico supra citado, considera adequado e suficiente o termo de referência para o diagnóstico e análise de impactos do empreendimento. Solicita, entretanto, as complementações a seguir:

- inclusão dos dispositivos legais: resolução CONAMA 013/90; resolução CONAMA 317/02, e resolução SMA 47/03;
- indicação das espécies de fauna existentes nas áreas de influência do empreendimento incluídas na Lista de Espécies Ameaçadas de Extinção no Estado de São Paulo (decreto n^o 42.838/1998) e na Lista de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção (Instrução Normativa IBAMA n^o 3/2003);
- atendimento às exigências da Portaria DG-DEPRN n^o 042, de 23 de outubro de 2000 que "estabelece os procedimentos iniciais relativos à fauna silvestre para instrução de processos de licenciamento no âmbito do DPRN";
- utilização de fotografias aéreas recentes, da área de influência direta do reservatório e de seu entorno, em escala 1:25.000 ou de maior detalhe, para subsidiar a elaboração do mapeamento da vegetação;
- revisão da área de influência direta do empreendimento para o meio biótico incluindo em seu perímetro todas as áreas contínuas ou que apresentem alguma conexão com os remanescentes que serão desmatados ou com aqueles fragmentos que permanecerão na APP do reservatório;

2.

- revisão da definição da área de influência indireta do empreendimento para o meio biótico que passará a compreender todo o limite da bacia do rio Ribeira de Iguape, desde a sua cabeceira até a sua foz, no complexo estuarino-lagunar;
- realização dos diagnósticos previstos para o meio biótico considerando a revisão das definições de AID e AII;
- realização de avaliação dos impactos da solubilização de cátions de chumbo, cobre, zinco e outros organismos aquáticos na área do reservatório, definida no Parecer Técnico nº 68/2003-COAIR/CGLIC/DILIQ/IBAMA, de 23/05/2003;
- apresentação de proposta para compensação ambiental, indicando a(s) área(s) para criação de UC(s) ou o apoio à implantação de UC(s) já existente(s), acompanhada dos principais planos, programas e atividades que se pretende realizar visando a efetiva implantação e manutenção das áreas a serem protegidas.

Análise

A Resolução CONAMA 013/90 estabelece normas para utilização do entorno de Unidade de Conservação. No seu Artigo 2º, estabelece que *“Nas áreas circundantes das Unidades de Conservação, num raio de dez quilômetros, qualquer atividade que possa afetar a biota, deverá ser obrigatoriamente licenciada pelo órgão ambiental competente”*.

- Esta resolução não se aplica ao empreendimento em questão pois não existem unidades de conservação no raio especificado.

A Resolução CONAMA 317/02 regulamenta a 278/01 *“que dispõe sobre o corte e exploração de espécies ameaçadas de extinção da flora da Mata Atlântica.”*

- O EIA, no seu Volume II, páginas 8-15 e 8-16 trata da supressão de vegetação e segue as orientações desta resolução e outras ainda.

A Resolução SMA 47/03 altera e amplia a Resolução SMA 21/01, que *“Fixa orientação para o reflorestamento heterogêneo de áreas degradadas e dá providências correlatas.”*

- Não é citada esta resolução em nenhum volume do EIA.

O Decreto Estadual nº 42.838/1998 *“Declara as espécies da fauna ameaçadas de extinção e as provavelmente ameaçadas de extinção no Estado de São Paulo e dá providências correlatas.”*

- O EIA, no seu Volume II, item 8.3.2.8, páginas 8-39 e 8-40 trata da Lista de fauna ameaçada de extinção e diz que o estudo levou em consideração este decreto.

A Portaria DEPRN nº 042/2000 *“Estabelece os procedimentos iniciais relativos à fauna silvestre para a instrução de processos de licenciamento no âmbito do DEPRN.”*

- O EIA, no seu Volume II, item 8.3.2.8, na página 8-40 trata da Lista de fauna ameaçada de extinção e diz que o estudo levou em consideração esta portaria.

A escala utilizada para caracterizar a vegetação foi de 1:10.000 de acordo com o Volume I, item 2.3, página 2-4 do EIA, contemplando assim o sugerido pelo parecer.

[assinatura]

A delimitação das Áreas de Delimitação Direta e Indireta foi considerada correta e não houve pedido de modificação por parte do IBAMA.

A solubilização de metais pesada foi contemplada no EIA de acordo com a metodologia adotada descrita no Volume I, item 3.4.4.1 *Componentes-síntese selecionados para a avaliação*, páginas 3-14, E₂ – *Contaminação por metais pesados*.

O EIA apresenta no seu Volume V, item 15.12, página 15-52 o *Programa de implantação de Unidade de Conservação (Cp)*, atendendo assim a legislação vigente, ora propondo uma nova unidade de conservação, ora destinando os recursos estipulados por lei para uma UC escolhida pelo IBAMA.

Conclusão

Como pôde ser observado na análise acima, o EIA/RIMA elaborado pela CBA e CNEC para a UHE Tijuco Alto contemplou a maioria das complementações solicitadas pelo Parecer Técnico MPF/PRSP n^o050/2005.

Uma exceção foi o pedido de atendimento à Resolução SMA 47/03 com orientações para o reflorestamento das áreas degradadas. É sugestão deste consultor que estas orientações sejam seguidas pelo Programa de revegetação da faixa de proteção do reservatório previsto no EIA no seu Volume V, item 15.11, página 15-46. A outra exceção foi o pedido de revisão das áreas de influência direta e indireta que foram consideradas satisfatórias pelos analistas da COLIC.

Cabe ressaltar que o EIA-RIMA foi entregue em outubro de 2005, portanto anteriormente a entrega do parecer do Ministério Público Federal no Município de Sorocaba, protocolado na DILIQ/IBAMA no dia 7 de dezembro de 2005. De qualquer forma, as complementações pedidas são, em sua maioria, relevantes, e podem ser aproveitadas em futuros termos de referência a serem elaborados. Sobre a questão da compensação ambiental a ser usada em Unidades de Conservação previsto no Sistema Nacional de Unidades de Conservação, vale comentar que foi criado dia 16 de março próximo passado o Fundo Nacional de Compensação Ambiental para receber estas compensações. Apesar de ser de caráter opcional, seria interessante, no caso de aprovado o empreendimento, que a compensação fosse para este fundo.

Marcelo Gonçalves de Lima
Consultor PNUD

Marcelo Gonçalves de Lima
Biólogo - Doutor em Ecologia

DE ACORDO,

P/ ANEXAR AO PROCESSO.

03.04.06

Moana Mentia Giasson
Coordenadora de Licenciamento
COLIC/CGLIC/DILIQ



Fis.:	871
Proc.:	1172/04
Rubr.:	See

Serviço Público Federal
Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

SCEN Trecho 02 Setor de Clubes Esportivos Norte, Ed. Sede – Brasília – DF CEP: 70.818-900
Tel.: (0xx) 61 316-1000 ramal (1595) – URL: <http://www.ibama.gov.br>

OFÍCIO n^o 223/2006 – DILIQ/IBAMA

Brasília, 30 de março de 2006.

A Sua Senhoria, o Senhor
Vinicius Marajó Dal Secchi
Procurador da República
Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Município de Sorocaba-SP
Rua Ribeirão Preto, 182, Jd. Leocádia
18.085-350 – Sorocaba/SP FONE: (015) 3238-6500

Ref.: OFÍCIO/PRM/SOROCABA/N.º 1355/05
Representação N.º 1.34.012.000268/2003-20

Senhor Procurador,

1. Em atenção ao Ofício em referência, relativo ao Parecer Técnico MPF/PRSP N^o 050/2005 sobre a adequação e a suficiência do Termo de Referência, informo que este Instituto emitiu em julho de 2004 o Termo de Referência definitivo e recebeu em outubro de 2005 o EIA/RIMA para a UHE Tijuco Alto.
2. Foi possível verificar que o EIA/RIMA contemplou a maioria das sugestões encaminhadas pelo Ministério Público Federal, conforme Parecer Técnico n^o 31/2006 - COLIC/CGLIC/DILIQ/IBAMA.
3. Como exceção, foi o pedido de atendimento da Resolução SMA 47/03 com orientações para o reflorestamento de áreas degradadas, sendo sugerido no parecer acima citado a inclusão desta orientação no Programa de revegetação da faixa de proteção do reservatório, previsto no EIA. A outra exceção foi o pedido de revisão das áreas de influência direta e indireta. No caso, e de acordo com o Termo de Referência, a Área de Abrangência Regional considerada no EIA foi a bacia do rio Ribeira do Iguape até a cidade de Registro, excluindo o seu contribuinte rio Jequiê, sendo esta área considerada adequada.

Atenciosamente,


Luiz Felipe Kunz Júnior
Diretor Licenciamento e Qualidade Ambiental

FAX TRANSMITIDO EM:	31 / 03 / 06
ÀS:	09:40
RESPONSÁVEL:	Luiz Felipe
FAX Nº:	

OFÍCIO N.º 220 /GAB/FCP/MinC /2006

Brasília, 30 de Março de 2006.

A Sua Senhoria o Senhor

DR. LUIZ FELIPPE KUNZ JUNIOR

Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis-IBAMA

Brasília-DF

Fax: 3225-0564/0445

PROTOCOLO

DILIQ/IBAMA

Nº: 3.810

DATA: 31 / 03 / 06

RECEBIDO: *A.*

Senhor Diretor,

Em atenção ao OFÍCIO N.º 130/2006-DILIQ/IBAMA, venho pelo presente informar a Vossa Senhoria, que até a presente data, não chegou para análise desta Fundação Cultural Palmares o EIA/RIMA da UHE de Tijuco Alto. (grifo nosso)

Urge salientar, a Vossa Senhoria, que para a comunidade remanescente de quilombo de Porto Velho, localizada na área mais próxima do empreendimento em questão, conforme informações constantes no ofício supracitado, faz-se necessário a identificação dos impactos associados à implantação e a operação do empreendimento, bem como a apresentação de propostas de medidas mitigadoras e compensatórias para estes impactos sobre as comunidades remanescentes de quilombos localizadas na área do empreendimento e a elaboração de um Programa de Educação Ambiental Específico para as comunidades quilombolas, além da inspeção in loco realizada por técnicos desta Fundação.

Na oportunidade, ensejamos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,


UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO
Presidente

*A eolic
em 31/03/06
A.*



Fis.:	873
Proc.:	1172/04
Rubr.:	102

ASSTRAF

Associação Sindical dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região do Vale do Ribeira. - CNPJ/MF 06.263.655/0001-39 -

“Porque para a gente uma semente é mais do que um grão na terra”.

Rua marechal Floriano Peixoto nº 80 sobre loja, sala 02 Cerro Azul-PR

Fone – (041)662-1827 fax: (041) 662-1827- CEP: 83.570-000 Caixa Postal nº 13

E-mail- cerroazul@cresol .com.br

Ao

Luiz Felipe Kunz Jr.

M.D. Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental

IBAMA – Brasília- DF.

PROTOCOLO
DILIQ/IBAMA

Nº: 4.244

DATA: 11/04/06

RECEBIDO:

CARTA DE REPUDIO À CONSTRUÇÃO DA UHE DE TIJUCO ALTO

A ASSTRAF-Associação Sindical dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região do Vale do Ribeira é uma entidade de representação dos Agricultores Familiares do município de Cerro Azul e da Região do Alto Vale do Ribeira, filiada a FETRAF-SUL (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar na Região Sul) e que hoje conta com mais de 400 associados entres os municípios de Cerro Azul e Doutor Ulysses, pessoas estas que serão atingidos diretamente ou indiretamente pela possível construção da Usina Hidrelétrica – UHE Tijuco Alto. Na qualidade de representante dos agricultores familiares dessa importante região de nosso país, a ASSTRAF vem através desta manifestar nosso repudio ao projeto de construção da UHE de Tijuco Alto e requerer que a licença ambiental seja indeferida, pelas razões a seguir expostas.

1. O agricultor familiar depende das margens do Ribeira para produzir

Municípios de Cerro Azul e Adrianópolis, em cujos territórios estaria a maior parte do reservatório da represa, são quase que totalmente agrícolas e têm um sistema de produção baseado na agricultura familiar. Mais de 75% da população de Cerro Azul sobrevive na área rural e pratica a agricultura de subsistência, e em sua maioria não sabe fazer outra coisa a não ser trabalhar a terra, pois são descendentes de colonos que se instalaram na região há mais de duas gerações.

As margens do rio Ribeira é onde estão localizadas a maior parte das terras de menor declive e agricultáveis. Tudo o que se planta colhe, com grande potencial para produção de holerículas, pois dificilmente tem geada na época de inverno, o que é uma **contradição** do Rima, que relata que as terras são pouco

1

Fis.:	874
Proc.:	1172/04
Rubr.:	see

produtivas. Isso não é verdade. As terras mais produtivas do município de Cerro Azul estão localizadas exatamente nas regiões que serão alagadas, tanto no Ribeira quanto em seus afluentes, e produzem de tudo, desde culturas de subsistência – como arroz, feijão, mandioca, chuchu, milho e outros – até culturas comerciais, como a laranja, a poncã, a sidra, dentre outros.

2. A agricultura familiar gera renda e dignidade, e conta com o apoio do Governo Federal.

Os agricultores familiares do município de Cerro Azul estão organizados em associações, sindicatos e cooperativas de produtores, entre elas se destacam a **ASSTRAF-Associação Sindical dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região do Vale do Ribeira** e a **Cresol-Cooperativo de Credito com Interação Solidária de Cerro Azul**. Estas duas organizações somam em torno de 2.000 famílias associadas, sendo que grande parte destas vivem e produzem seus sustentos nas margens e afluentes do Rio Ribeira, onde se encontra terras férteis e produtoras.

Estas organizações trabalham em parceria com governo Estadual e Federal na implementação da política de fixação do agricultor no campo. Essa parceria vem somando desenvolvimento sustentável no Vale do Ribeira, gerando renda e emprego no campo, combatendo a fome e a miséria, evitando o êxodo rural e incentivando a permanência do jovem no campo. Para se ter uma idéia de como a situação da agricultura familiar no Vale do Ribeira está passando por um momento de franca recuperação, a Cresol (Cooperativa de Credito com Interação Solidária de Cerro Azul), hoje conta com mais de 700 associados, e só no ano de 2005 repassou R\$ 935 mil de PRONAF custeio, R\$ 400 mil de PRONAF investimento, e mais de R\$ 400 mil de recursos próprios. Esse é um volume de dinheiro nunca visto na região, e vem para melhorar e viabilizar a agricultura familiar, contrapondo-se à crescente utilização de terras para a produção de pinus na região.

Com esses recursos, a CRESOL financiou a aquisição de mais de 300 novilhas de aptidão leiteira, o que contribuiu para a criação de uma bacia leiteira nos municípios de Cerro Azul, Doutor Ulysses, Rio Branco do Sul e Itaperuçu, chegando a uma produção de 2.000 litros dias, com potencial par ser expandida. Dentre os vários projetos financiados pelo governo Estadual e Federal, destaca-se o da despulpadora de Frutas, pois produzimos mais de 5 milhões de caixas ano de citrus, e financiamos vários pequenos projetos de agroindústria, irrigação.

Mas o importante é que essas parcerias com os governos do Estado e Federal vêm possibilitando o escoamento da produção agrícola do município de Cerro Azul e região, graças ao afastamento da PR092 que liga Cerro Azul a Capital do Paraná. A Associação de Amigos e Produtores de Cerro Azul - APP é proponente do projeto Programa de Aquisição de Alimentos - PAA do Governo federal, ou compra direta da agricultura familiar, como é conhecido no Paraná. Esse é um dos projetos incluídos dentro do conjunto de iniciativas do *Fome Zero* do Governo

Fis.:	075
Proc.:	172/04
Rubr.:	100

Federal. Em Cerro Azul são mais de 300 famílias produtoras que vendem para o Poder Público e mais 14 entidades beneficiárias (creches, escolas, entidades sociais) que recebem a doação destes produtos, atendendo mais de 30.000 pessoas entre aluno e famílias carentes.

Junto com a geração de renda, o Governo Federal e a Cresol também vêm tentando melhorar a qualidade de vida das famílias agricultoras. Dessa forma, em parceria com o Ministério das Cidades, e no âmbito do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH, construirá no ano de 2005 em torno de 130 casas rurais, a grande maioria delas dentro da área de alagamento da UHE Tijuco Alto. Nesse mesmo sentido, a ASSRAF de Cerro Azul, o SINTRAF do município de Itaperuçu e a AOPA-Associação dos Orgânicos do Paraná, estarão trabalhando em conjunto para a construção de 600 moradias rurais para os Agricultores Familiares com renda mensal de até um salário mínimo, com recursos oriundos do FGTS, através da Caixa Econômica Federal.

3. A construção de uma hidrelétrica para fins privados é uma contradição com a política social dos Governos Federal e Estadual

Depois de muitos anos, finalmente os agricultores familiares da região começaram a receber a atenção devida do Governo e a recuperar sua auto-estima. Durante a década de 90 muitos desistiram de cultivar a terra, não só porque as condições gerais não estimulavam a pequena agricultura, mas principalmente porque o fantasma da construção de uma hidrelétrica rondava a região. Muitos são os que já venderam ou perderam suas terras pelo simples fato de que foram convencidos de que teriam que deixar o lugar onde nasceram para que ali fosse formado um lago de hidrelétrica. Mas hoje sabemos que nunca houve qualquer autorização para que a CBA fizesse essa afirmação e forçasse os chefes de família a vender suas terras, e por isso podemos afirmar que muitos agricultores foram enganados pela empresa. Não são poucos os casos de ameaças, de imposições feitas pelas pessoas que andavam na região em nome da empresa, que diziam que se o morador não vendesse seria desapropriado e nunca mais veria a cor do dinheiro. Mas a situação mais triste é daqueles que não eram proprietários, e que tiveram que sair sem receberem qualquer valor de indenização. Muitos desses antigos moradores das margens do Ribeira hoje se encontram em favelas de Curitiba, Rio Branco do Sul e mesmo de Cerro Azul, que nunca antes tinha visto algo parecido.

Portanto, é certo dizer que a possível construção da barragem já vem produzindo efeitos negativos há muito tempo na região, e já causou grandes impactos sociais e econômicos para os ribeirinhos. A compra de terras pela CBA, e a expulsão de muita gente sem qualquer tipo de indenização provocou a queda de renda e o aumento do desemprego, êxodo rural, mexeu com comunidades tradicionais, cultura e modo de vida das pessoas. E tudo isso para que? Para que uma empresa possa aumentar sua produção industrial e acumular mais capital.

3


Fis.:	876
Proc.:	1172/04
Rubr.:	del

Segundo dados constantes do RIMA, a empresa vem crescendo em média 10% ao ano, e pretende aumentar sua produção de 400 mil toneladas/ano para 470 mil toneladas/ano em 2007. Para isso precisa de mais energia elétrica, e para conseguir essa energia precisa construir mais hidrelétricas, além daquelas 18 que já possui. E qual o benefício que o povo tem com isso? Diz a empresa que mais de 6500 pessoas são empregadas em suas indústrias. Mas quantas já não foram expulsas de suas terras para a construção das 18 hidrelétricas? Só para a construção de Tijuco Alto são, segundo dados do RIMA, quase 690 famílias, fora as muitas que já venderam ou perderam suas terras. Contando as famílias que saíram por outras razões ligadas à construção da hidrelétrica (fim de transporte coletivo, fechamento do posto de saúde, perda de clientela, dentre outros), mais de 3.000 pessoas tiveram ou terão suas vidas profundamente alteradas, muitas das quais não conseguirão manter o mesmo nível de vida anterior, por não se adaptarem à cidade ou por não terem outro local em iguais condições para produzir.

4. Falhas e omissões do RIMA

Tem vários fatos que não estão esclarecidos no estudo da CBA e que são de suma importância para se avaliar a viabilidade da obra. Como e onde será feito o assentamento das famílias desalojadas? Isso não está explicado e é um fator de extrema preocupação, pois não há terras disponíveis no município, muito menos com as mesmas condições de produção agrícola. Tanto Cerro Azul como Doutor Ulisses estão sendo cercadas pelas plantações de pinus, que ocupam grandes áreas e geram poucos empregos, como o próprio estudo aponta. Portanto, não há terras "livres" como supõe a empresa. Quais são as áreas indicadas para o reassentamento? Quais são as condições? Como os agricultores podem saber que poderão viver melhor do que hoje se encontram, como promete a empresa? Essas são questões que não estão colocadas no estudo, o que demonstra que a preocupação da empresa e produzir alumínio, se as pessoas vão melhorar ou piorar de vida é uma questão menor.

O mesmo se aplica às pessoas que não serão diretamente afetadas, mas que passarão a morar em bairros rurais isolados pelo lago. Como será reestruturada a rede viária? Por onde vai passar cada rua ou estrada que será inundada? Essas são questões que parecem menores para o RIMA, pois diz simplesmente que "algumas vias locais importantes" serão inundadas, e que o programa de recomposição de infra-estrutura resolverá. Mas isso é insuficiente pra se medir o impacto causado, já que mesmo que uma estrada seja refeita em outro lugar, muitas famílias que antes viviam à beira da estrada existente passarão a viver longe dela, com claros prejuízos para todas suas atividades cotidianas.

Outro ponto de preocupação são as mudanças climáticas locais com a formação do lago, e sua consequência para a agricultura familiar. Temos notícias de que em outras hidrelétricas o clima foi alterado e isso alterou as culturas que poderiam ser plantadas. Apesar disso, diz o relatório que as alterações são de pouco significado para a agricultura, sem explicar o porque e como chegou a essa conclusão. Será

Fls.:	077
Proc.:	1172/04
Rubr.:	Ass

que a região é diferente de outras onde esse problema existiu? Deve haver uma explicação.

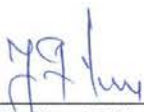
5. Não queremos a UHE Tijuco Alto

Portanto entendemos que este tipo de investimento não traz nenhum desenvolvimento para município e a região do Vale do Ribeira, até porque é um empreendimento privado e que só vai enriquecer ainda mais um dos homens mais ricos do mundo que o Antonio Emilio de Moraes, enquanto que o Brasil luta para a igualdade de classes e descentralização de renda.


Haverá uma evidente contradição no Governo Federal se for autorizada a construção dessa usina, pois ao mesmo tempo em que investe milhões de reais anuais para manter o agricultor no campo, autoriza uma obra que o expulsará de suas terras para aumentar os lucros de uma empresa privada. Temos certeza de que os benefícios sociais de manter o rio sem barragens, com o aproveitamento econômico ambientalmente adequado de suas margens e várzeas, e com o aumento progressivo do investimento na agricultura familiar, são muito maiores do que os decorrentes do aumento da produção de alumínio.

Por tudo isso, vimos apresentar aos órgãos competentes e responsáveis pela avaliação do impacto social, econômico e ambiental dessa usina hidrelétrica, nosso posicionamento contrário à sua construção, por tudo o que foi anteriormente exposto.

Atenciosamente,



João Carlos Hilman
Presidente da Cresol



Adriano Briatori
Presidente da ASSTRAF



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Fis.:	878
Proc.:	1172/04
Rubr.:	Aee

Ofício CPRN/DAIA/534/06

São Paulo, 04 de abril de 2006

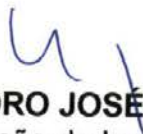
Prezado Senhor,

Em atenção ao Ofício Circular nº 10/2006-DILIQ/IBAMA, datado de 24/03/2006, informamos que até a presente data não foram protocolados neste Departamento o Estudo de Impacto Ambiental – EIA e o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA da Usina Hidrelétrica – UHE Tijuco Alto (Processo SMA 531/89). Dessa maneira, entendemos que não seria proveitosa a mobilização da equipe técnica deste Departamento para a participação de vistoria agendada no período de 10 a 13 de abril de 2006, sem uma análise preliminar dos referidos documentos.

Portanto, agradecemos o convite e informamos que estaremos realizando essa vistoria num futuro próximo, quando devidamente preparados.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,


Engº PEDRO JOSÉ STECH
Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental - DAIA
Diretor

PROTOCOLO
DILIQ/IBAMA
Nº: 4.245
DATA: 14/4/06
RECEBIDO:

Ilustríssimo Senhor
LUIZ FELIPPE KUNZ JÚNIOR
Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
BRASÍLIA – DF

77 ABR 2006

~~Rubr.:
Proc.:
Fis.:~~

PROTOCOLO
DILIQ/IBAMA
Nº: 4.302
DATA: 12/04/06
RECEBIDO: J.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
GERÊNCIA EXECUTIVA NO ESTADO DO PARANÁ

Fis.: 879
Proc.: 1172/04
Rubr.: J

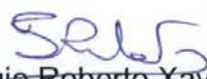
MEMO Nº 24/06 - NLA - GerEx - IBAMA/PR Curitiba, 03 de abril de 2006.

Senhora Coordenadora,

Acusamos o recebimento do Memo. Circular nº 12/2006 – CGLIC/DILIQ/IBAMA de 24/03/06, em 03/04/06, porém sem a programação de vistoria, apenas o Memo.

Diante de tal solicitação, venho informar da impossibilidade de participar da vistoria, tendo em vista já ter assumido outros compromissos de reuniões e vistorias no referido período, e mesmo porque estou só no NLA/PR, estando o outro analista ambiental em licença para tratamento de saúde, talvez até 14/04/05.

Atenciosamente


Sérgio Roberto Xavier
Coord. Licenc. Ambiental
NLA
IBAMA/PR

A Senhora
Paula M. S. de Melo
Coord. Gerai de Lic. Ambiental
IBAMA/Brasília

À CGENE
em 12/04/06
J.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CIDADANIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Fis.:	800
Proc.:	132/04
Rubr.:	100

Ofício CPRN/DAIA 531/06

São Paulo, 04 de maio de 2006

Prezado Senhor,

Em atenção ao Ofício Circular nº 10/2006-DILQ/IBAMA, datado de 24/03/2006, informamos que até a presente data não foram protocolados neste Departamento o Estudo de Impacto Ambiental - EIA e o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA da Usina Hidrelétrica - UHE Tijuco Alto (Processo SMA 531/89). Dessa maneira, entendemos que não seria proveitosa a mobilização da equipe técnica deste Departamento para a participação de vistoria agendada no período de 10 a 13 de abril de 2006, sem uma análise preliminar dos referidos documentos.

Portanto, agradecemos o convite e informamos que estaremos realizando essa vistoria num futuro próximo, quando devidamente preparados.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

Engº **PEDRO JOSÉ STECH**
Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental - DAIA
Diretor

Ilustríssimo Senhor
LUIZ FELIPPE KUNZ JÚNIOR
Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
BRASILIA - DF

Fls.: 881
 Proc.: 1172/04
 Rubr.: fe

PROTOCOLO
 DILIQ/IBAMA
 Nº: 5.031
 DATA: 02/05/06
 RECEBIDO:

[Handwritten signature]

Ilmo. Sr.
 Dr. Luiz Felipe Kaunz Júnior
 DD. Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental do IBAMA
 SAIN - Av. I4 Norte - Edifício Sede
 Cep 70800-200 - Brasília - DF

Nós, abaixo assinados, participantes da **Assembléia Popular "Luta pela Terra no Vale do Ribeira"**, realizada nos dias **21 e 22 de abril de 2006**, na cidade de **Registro - SP**, vimos por meio deste, manifestar o nosso **repúdio** ao projeto de construção da Barragem de Tijuco Alto, de propriedade da Companhia Brasileira de Alumínio - CBA.

Queremos nosso **Rio** correndo livre! **Queremos** continuar vivendo em harmonia com o Meio Ambiente, manter nossa **História e Tradição!** **Queremos** que o governo invista no setor energético buscando novas formas de geração de energia. **Não queremos** pagar o preço pela crise energética que aí está! **Não queremos** ver as famílias sendo expulsas de suas terras, perdendo as condições de sobrevivência e a liberdade, tendo que ir para as cidades, morar em favelas ou cortiços, vivendo de subempregos e esmolos...! **Queremos** preservar nosso patrimônio histórico! **Queremos** uma postura justa do **IBAMA**, no que diz respeito ao licenciamento da Barragem de Tijuco Alto, pois não aceitamos que o **IBAMA** privatize o **RIO RIBEIRA** que é um bem público, para favorecer uma empresa privada, que visa o lucro, em detrimento da população que há séculos vive em harmonia com o rio! **Não aceitamos** que o **IBAMA** dê prioridade a CBA, ignorando a população do Vale do Ribeira! É desumano deixar que as Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira, que sempre preservaram a Mata, paguem com sua vida o preço do progresso de alguns. **Queremos** que V. S. cancele todos os projetos de Barragens no Rio Ribeira de Iguape! **Queremos** terra para plantar e não para alagar. **TERRA SIM! BARRAGEM NÃO!**

NOME COMPLETO	ASSINATURA	RG OU CPF	MUNICÍPIO	UF
Jose Admar Pupo	<i>[Handwritten signature]</i>	rg: 32.980.697-X	Eldorado	SP
Vicente das Guas Roseloves Mocato	<i>[Handwritten signature]</i>	RG: 30.991.972-1	Eldorado	SP
Valter Junior C. de Jesus	<i>[Handwritten signature]</i>		Eldorado	SP
Antonio Carlos Nicomede	<i>[Handwritten signature]</i>	27781722	Eldorado	SP
Thomás Matheus Amador	<i>[Handwritten signature]</i>	8.702.740	Paraíso Grande	SP
Adilson Cabral	<i>[Handwritten signature]</i>	19.899.450-3	Registro	SP
Esperanza Sulca Clemente	<i>[Handwritten signature]</i>	DIV 10368017	5	SP
Edson Ly Pava	<i>[Handwritten signature]</i>	22.966056	Registro	SP
Maria Madalena Pereira	<i>[Handwritten signature]</i>	36.360860	Registro	S.P.
Eurides N. dos Santos	<i>[Handwritten signature]</i>	16.479.451	Registro	S.P.
Julito Euzebio	<i>[Handwritten signature]</i>	365	miracatu	SP

Ilmo. Sr.
 Dr. Luiz Felipe Kaunz Júnior
 DD. Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental do IBAMA
 SAIN - Av. 14 Norte - Edifício Sede
 Cep 70800-200 - Brasília - DF

Nós, abaixo assinados, participantes da **Assembléia Popular "Luta pela Terra no Vale do Ribeira"**, realizada nos dias **21 e 22 de abril de 2006**, na cidade de **Registro - SP**, vimos por meio deste, manifestar o nosso **repúdio** ao projeto de construção da Barragem de Tijuco Alto, de propriedade da Companhia Brasileira de Alumínio - CBA.

Queremos nosso **Rio** correndo livre! **Queremos** continuar vivendo em harmonia com o Meio Ambiente, manter nossa **História e Tradição!** **Queremos** que o governo invista no setor energético buscando novas formas de geração de energia. **Não queremos** pagar o preço pela crise energética que aí está! **Não queremos** ver as famílias sendo expulsas de suas terras, perdendo as condições de sobrevivência e a liberdade, tendo que ir para as cidades, morar em favelas ou cortiços, vivendo de subempregos e esmolas...! **Queremos** preservar nosso patrimônio histórico! **Queremos** uma postura justa do **IBAMA**, no que diz respeito ao licenciamento da Barragem de Tijuco Alto, pois não aceitamos que o **IBAMA** privatize o **RIO RIBEIRA** que é um bem público, para favorecer uma empresa privada, que visa o lucro, em detrimento da população que há séculos vive em harmonia com o rio! **Não aceitamos** que o **IBAMA** dê prioridade a CBA, ignorando a população do Vale do Ribeira! É desumano deixar que as Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira, que sempre preservaram a Mata, paguem com sua vida o preço do progresso de alguns. **Queremos** que V. S. cancele todos os projetos de Barragens no Rio Ribeira de Iguape! **Queremos** terra para plantar e não para alagar. **TERRA SIM! BARRAGEM NÃO!**

NOME COMPLETO	ASSINATURA	RG OU CPF	MUNICÍPIO	UF
Maria Aparecida Mendes Pinto		3.418.092	Eldorado	SP
Maria Juli Bulanga		10.257.661-0	Eldorado	SP
Benedita Florindo Costa		6.686.456	Eldorado	SP
Leonilde Tricil de CP		25.442-005-9	Eldorado	SP
M ^a Bernadete Franco de A.		30.512-530-8	Batalha	SP
Márcio Cavalcini	aldia	Indígena	Cavalcini	SP
Luciano da Silva			Sete Barras	SP
Fabio Loureiro		38.980.131-8	Pompeu-leite	SP
Ademir Vera Paty		38.039.480-7	Sete Barras	SP
Luiz de Souza Karai		12.897.145-4	Mongaguá	SP
Orlando Eugênio				

Fis.:	883
Proc.:	117204
Rubr.:	je

Ilmo. Sr.
 Dr. Luiz Felipe Kaunz Júnior
 DD. Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental do IBAMA
 SAIN - Av. 14 Norte - Edifício Sede
 Cep 70800-200 - Brasília - DF

Nós, abaixo assinados, participantes da **Assembléia Popular "Luta pela Terra no Vale do Ribeira"**, realizada nos dias **21 e 22 de abril de 2006**, na cidade de **Registro - SP**, vimos por meio deste, manifestar o nosso **repúdio** ao projeto de construção da Barragem de Tijuco Alto, de propriedade da Companhia Brasileira de Alumínio - CBA.

Queremos nosso **Rio** correndo livre! **Queremos** continuar vivendo em harmonia com o Meio Ambiente, manter nossa **História e Tradição!** **Queremos** que o governo invista no setor energético buscando novas formas de geração de energia. **Não queremos** pagar o preço pela crise energética que aí está! **Não queremos** ver as famílias sendo expulsas de suas terras, perdendo as condições de sobrevivência e a liberdade, tendo que ir para as cidades, morar em favelas ou cortiços, vivendo de subempregos e esmolas...! **Queremos** preservar nosso patrimônio histórico! **Queremos** uma postura justa do **IBAMA**, no que diz respeito ao licenciamento da Barragem de Tijuco Alto, pois não aceitamos que o **IBAMA** privatize o **RIO RIBEIRA** que é um bem público, para favorecer uma empresa privada, que visa o lucro, em detrimento da população que há séculos vive em harmonia com o rio! **Não aceitamos** que o **IBAMA** dê prioridade a CBA, ignorando a população do Vale do Ribeira! É desumano deixar que as Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira, que sempre preservaram a Mata, paguem com sua vida o preço do progresso de alguns. **Queremos** que V. S. cancele todos os projetos de Barragens no Rio Ribeira de Iguape! **Queremos** terra para plantar e não para alagar. **TERRA SIM! BARRAGEM NÃO!**

NOME COMPLETO	ASSINATURA	RG OU CPF	MUNICÍPIO	UF
Pedro Eugênio	Aldeia	Indígena	Sete Barras	SP
Obivata da Silva	aldeia	Indígena	Peruibe	
Leonardo Silva dos Santos	Aldeia	Indígena	Sete Barras	SP
Linio Benites	Aldeia	Indígena	Paraguera	SP
Leonardo silveira	aldeia	Indígena	Paraguera	SP
Mariza silveira	Aldeia	Indígena	Paraguera	SP
Leonardo Silveira	Aldeia	Indígena	Paraguera	SP
Vilso da Silva Eugênio	Aldeia	Indígena	Paraguera	SP
Lyana Benites	Aldeia	Indígena	Paraguera	SP
Lucia Benites	Aldeia	Indígena	Paraguera	SP
Paulo carvalho	aldeia	//	Canasvieiras	SP

Fls.: 884
 Proc.: 1172/04
 Rubr.: JEE

Ilmo. Sr.
 Dr. Luiz Felipe Kaunz Júnior
 DD. Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental do IBAMA
 SAIN - Av. I4 Norte - Edifício Sede
 Cep 70800-200 - Brasília - DF

Nós, abaixo assinados, participantes da **Assembléia Popular "Luta pela Terra no Vale do Ribeira"**, realizada nos dias **21 e 22 de abril de 2006**, na cidade de **Registro - SP**, vimos por meio deste, manifestar o nosso **repúdio** ao projeto de construção da Barragem de Tijuco Alto, de propriedade da Companhia Brasileira de Alumínio - CBA.

Queremos nosso **Rio** correndo livre! **Queremos** continuar vivendo em harmonia com o Meio Ambiente, manter nossa **História e Tradição!** **Queremos** que o governo invista no setor energético buscando novas formas de geração de energia. **Não queremos** pagar o preço pela crise energética que aí está! **Não queremos** ver as famílias sendo expulsas de suas terras, perdendo as condições de sobrevivência e a liberdade, tendo que ir para as cidades, morar em favelas ou cortiços, vivendo de subempregos e esmolos...! **Queremos** preservar nosso patrimônio histórico! **Queremos** uma postura justa do **IBAMA**, no que diz respeito ao licenciamento da Barragem de Tijuco Alto, pois não aceitamos que o **IBAMA** privatize o **RIO RIBEIRA** que é um bem público, para favorecer uma empresa privada, que visa o lucro, em detrimento da população que há séculos vive em harmonia com o rio! **Não aceitamos** que o **IBAMA** dê prioridade a CBA, ignorando a população do Vale do Ribeira! É desumano deixar que as Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira, que sempre preservaram a Mata, paguem com sua vida o preço do progresso de alguns. **Queremos** que V. S. cancele todos os projetos de Barragens no Rio Ribeira de Iguape! **Queremos** terra para plantar e não para alagar. **TERRA SIM! BARRAGEM NÃO!**





NOME COMPLETO	ASSINATURA	RG OU CPF	MUNICIPIO	UF
Fernando Roberto Pavao		V286939-4	Registro	SP
Pedro da Silva		29.318.711-1	Cananeia	SP
Fernando Gonçalves			Cananeia	SP
Alvo Aquiles		39.318.711-1	Sete Barras	SP
Ângelo Ribeiro			Pariqueira	SP
Wilson F. Eugênio		4.108.177	Miracatu	SP
Marcos Cavanha	Aldéia indígena de		Cananeia	SP
Adriana D. Pereira	Aldéia	indígena	Pariqueira	SP
Alcindo	Aldéia	Indígena	Pariqueira	SP
Demilson de Souza	Aldéia	Indígena	Sete Barras	SP
Julito Eugênio	Alder	indígena	Miracatu	SP

Fls.:	885
Proc.:	1172104
Rubr.:	see

Ilmo. Sr.
 Dr. Luiz Felipe Kaunz Júnior
 DD. Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental do IBAMA
 SAIN - Av. I4 Norte - Edifício Sede
 Cep 70800-200 - Brasília - DF

Nós, abaixo assinados, participantes da **Assembléia Popular "Luta pela Terra no Vale do Ribeira"**, realizada nos dias **21 e 22 de abril de 2006**, na cidade de **Registro - SP**, vimos por meio deste, manifestar o nosso **repúdio** ao projeto de construção da Barragem de Tijuco Alto, de propriedade da Companhia Brasileira de Alumínio - CBA.

Queremos nosso **Rio** correndo livre! **Queremos** continuar vivendo em harmonia com o Meio Ambiente, manter nossa **História e Tradição!** **Queremos** que o governo invista no setor energético buscando novas formas de geração de energia. **Não queremos** pagar o preço pela crise energética que aí está! **Não queremos** ver as famílias sendo expulsas de suas terras, perdendo as condições de sobrevivência e a liberdade, tendo que ir para as cidades, morar em favelas ou cortiços, vivendo de subempregos e esmolas...! **Queremos** preservar nosso patrimônio histórico! **Queremos** uma postura justa do **IBAMA**, no que diz respeito ao licenciamento da Barragem de Tijuco Alto, pois não aceitamos que o **IBAMA** privatize o **RIO RIBEIRA** que é um bem público, para favorecer uma empresa privada, que visa o lucro, em detrimento da população que há séculos vive em harmonia com o rio! **Não aceitamos** que o **IBAMA** dê prioridade a CBA, ignorando a população do Vale do Ribeira! É desumano deixar que as Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira, que sempre preservaram a Mata, paguem com sua vida o preço do progresso de alguns. **Queremos** que V. S. cancele todos os projetos de Barragens no Rio Ribeira de Iguape! **Queremos** terra para plantar e não para alagar. **TERRA SIM! BARRAGEM NÃO!**

NOME COMPLETO	ASSINATURA	RG OU CPF	MUNICÍPIO	UF
Meira de Ant. Jorge		16.167.062	ELDORADO	SP
Amanda Gomes de Moraes			Bairro Zabalal	SP
Elida Fátima Gomes		32.980.033-4	Eldorado	SP
Reginalda dos S. Paes		41.216.541-5		SP
Carolina Rodrigues		41.216.5418	Eldorado	SP
FABRÍCIO DIAS DA SILVA		425563868	Eldorado	SP
JOSUE GONÇALVES FURQUIM		41.216.575-2	Eldorado	SP
Cacilda de Ramos		4163209	Eldorado	SP
Edvina M.ª T. B. Silva		3.703.356-6	Eldorado	SP
Antonio Benedito Jorge		7.88.4774	Pedro Cubas	SP
Brandão Alves de Amorim		9.431.252	Sete Barras	SP

Fls.:	887
Proc.:	172/04
Rubr.:	42

Ilmo. Sr.
Dr. Luiz Felipe Kaunz Júnior
DD. Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental do IBAMA
SAIN - Av. 14 Norte - Edifício Sede
Cep 70800-200 - Brasília - DF

Nós, abaixo assinados, participantes da **Assembléia Popular "Luta pela Terra no Vale do Ribeira"**, realizada nos dias **21 e 22 de abril de 2006**, na cidade de **Registro - SP**, vimos por meio deste, manifestar o nosso **repúdio** ao projeto de construção da Barragem de Tijuco Alto, de propriedade da Companhia Brasileira de Alumínio - CBA.

Queremos nosso **Rio** correndo livre! **Queremos** continuar vivendo em harmonia com o Meio Ambiente, manter nossa **História e Tradição!** **Queremos** que o governo invista no setor energético buscando novas formas de geração de energia. **Não queremos** pagar o preço pela crise energética que aí está! **Não queremos** ver as famílias sendo expulsas de suas terras, perdendo as condições de sobrevivência e a liberdade, tendo que ir para as cidades, morar em favelas ou cortiços, vivendo de subempregos e esmolas...! **Queremos** preservar nosso patrimônio histórico! **Queremos** uma postura justa do **IBAMA**, no que diz respeito ao licenciamento da Barragem de Tijuco Alto, pois não aceitamos que o **IBAMA** privatize o **RIO RIBEIRA** que é um bem público, para favorecer uma empresa privada, que visa o lucro, em detrimento da população que há séculos vive em harmonia com o rio! **Não aceitamos** que o **IBAMA** dê prioridade a CBA, ignorando a população do Vale do Ribeira! É desumano deixar que as Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira, que sempre preservaram a Mata, paguem com sua vida o preço do progresso de alguns. **Queremos** que V. S. cancele todos os projetos de Barragens no Rio Ribeira de Iguape! **Queremos** terra para plantar e não para alagar. **TERRA SIM! BARRAGEM NÃO!**

NOME COMPLETO	ASSINATURA	RG OU CPF	MUNICIPIO	UF
Eliane Silveira		Índigena	Pauçera	SP
Vitalino Gomes		Índigena	Sete Barras	SP
Fernandes de Novais		18233977-SP	Eldorado	SP
João U.M. Fernandes		18.157.373	Registro	SP
Otávio Dias da Rosa Almeida		18503872	Registro	SP
Rosi Figueiredo		985.395	Registro	SP
ROBERTO B.M. FOUTO		90.721.209-9	Registro	SP
João ADRIANO P. Rodin		34132679-3	Registro	SP
Maria Antônia Biagioni		7.432.294-9	Eldorado	SP



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA

RELATÓRIO DE VISTORIA

Brasília, 6 de junho de 2006.

De: Equipe Técnica

À: Coordenadora de Energia Hidrelétrica e Transposições
Moara Menta Giasson

Assunto: Vistoria na área de influência da UHE Tijuco Alto, realizada no período de 9 a 13 de abril de 2006.

Processo nº: 02001.001172/04-58

Anexos: Relatório fotográfico e relação de pontos georreferenciados.

INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por objetivo apresentar as observações da vistoria técnica realizada na área da UHE Tijuco Alto, proposta para ser implantada no rio Ribeira, abrangendo os municípios de Adrianópolis, Cerro Azul e Doutor Ulisses, no Estado do Paraná e Ribeira e Itapirapuã Paulista, no Estado de São Paulo.

A vistoria contou com a participação de técnicos desta coordenação, da Superintendência do Ibama em São Paulo, do IAP, CBA e CNEC, e teve como objetivo colher subsídios para a elaboração de informação técnica a respeito do aceite para disponibilização dos estudos ao público interessado ou necessidade de complementação do EIA/RIMA.

VISTORIA

09 de abril de 2006:

Deslocamento Brasília/Curitiba

10 de abril de 2006:

No período da manhã foi realizado o deslocamento de Curitiba a Cerro Azul. Chegando ao escritório da CBA em Cerro Azul, encontramos a equipe do IAP, composta pela socióloga e Chefe do Departamento de Licenciamento Estratégico, Noeme Moreira de Oliveira, o advogado Ernesto Hamann e o biólogo Ademar Cabeças Filho. Após as apresentações, o consultor do CNEC Ronaldo Crusco fez uma explanação geral a respeito do histórico do empreendimento (foto 56).

Or - Re 750 / [assinaturas]

No período da tarde, foram realizados sobrevôos de helicóptero, dividindo as equipes do Ibama-Sede e do IAP em três grupos, os quais contaram cada um com um consultor do CNEC. Cada sobrevôo teve duração aproximada de 60 minutos e deslocamento de 160km, cobrindo toda ou grande parte da área de influência direta da UHE proposta. Os sobrevôos foram considerados de relevância, pois possibilitaram ampla visão e entendimento da região e interferências do empreendimento proposto. Foram verificadas as seguintes estruturas que serão afetadas pelo enchimento do reservatório: 3 pontes, 1 balsa de roldana, além das estradas que margeiam o rio Ribeira.

Percebe-se uma grande ocupação de pequenas propriedades agrícolas nas áreas próximas ao remanso, no município de Cerro Azul. A região está antropizada, prevalecendo as atividades agropastoris, com características de agricultura familiar, verificando-se o cultivo de maracujá, cítricas, milho e hortaliças.

Nas proximidades de Cerro Azul, pode-se observar a exploração de fluorita realizada pela Mineradora Nossa Sr^a do Carmo, onde aparentemente o programa de recuperação das áreas degradadas não está sendo cumprido. Foi constatada a presença de áreas com exploração já encerrada, as quais permanecem com o solo exposto sem qualquer vegetação.

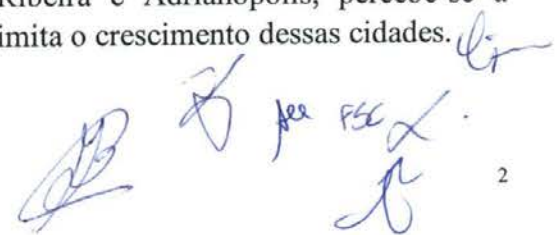
Mais a jusante o rio corre num vale bastante encaixado. Parte das terras que, de acordo com o projeto, estão abaixo da cota de inundação, já foram adquiridas pela CBA, ao longo do processo de licenciamento anterior. Essas áreas foram abandonadas desde então e se encontram em processo de regeneração. Constatou-se uma baixa diversidade de espécies em algumas dessas áreas, ao se observar manchas homogêneas em alguns dos fragmentos. No sobrevôo, notou-se uma grande quantidade de árvores emergentes de embaúba (*Cecropia* spp) e de guapuruvu (*Schizolobium parahyba*). Também se observou a ocupação de topos de morro e de lugares com aclive acentuado, freqüentemente com pasto.

Ao longo do sobrevôo, na seqüência de montante para jusante, foram vistos vários tributários do rio Ribeira, como o córrego Ponta Grossa, que recebe esgoto *in natura* de Cerro Azul, córrego Lageado Grande, rio Bombas, rio Turvo, córrego Bom Sucesso, rio Canga, rio Mato Preto, rio Sete Quedas, rio Itapirapuã, rio Corda Grande, rio das Criminosas, rio do Rocha e rio Catas Altas. Os rios, com algumas exceções, encontravam-se com águas de aspecto barrento, principalmente o Rio Ribeira, provavelmente em virtude de chuvas a montante. No entanto, não foi identificada a causa, origem, características e composição dos sedimentos carregados.

Em alguns trechos ao longo do rio Ribeira visualizou-se alguns fragmentos maiores de vegetação. De acordo com um dos consultores que acompanhava a equipe do Ibama durante o sobrevôo, em algumas dessas áreas o acesso só é possível a pé e demora cerca de um dia para fazer o percurso. Diante disso, não foi possível verificar *in loco* o estágio de regeneração em que se encontra a vegetação desses fragmentos.

Em geral, as áreas de preservação permanente (margem de curso de água, topo de morros, encostas) não são respeitadas pelos proprietários rurais. A partir do rio do Rocha, a área de influência do empreendimento apresenta uma vegetação mais preservada devido à aquisição de algumas propriedades pelo empreendedor, conforme dito anteriormente.

Foi constatada atividade de extração de areia em pequena escala em pelo menos dois pontos do rio Ribeira. Por outro lado, não foi observado nenhum tipo de navegação nesse trecho. Sobrevoando as sedes dos municípios de Ribeira e Adrianópolis, percebe-se a ausência de áreas planas para expansão urbana, o que limita o crescimento dessas cidades.



O sobrevôo ainda possibilitou a identificação do aterro onde foi disposto o rejeito da extração de chumbo da mina do Rocha. Esse aterro foi executado pela CBA, que comprou a área onde eram executadas as atividades minerárias, herdando seu passivo ambiental caracterizado por um volume de 60.000 m³ de rejeitos de chumbo que estavam dispostos no pátio da mineradora localizado às margens do rio do Rocha, área essa que ficará submersa com enchimento do reservatório.

A equipe do meio socioeconômico estendeu o sobrevôo até a área ocupada pelo quilombo de Porto Velho, situado no município de Iporanga, próximo ao limite com Itaóca, ambos no estado de São Paulo.

Enquanto um grupo realizava o sobrevôo, o outro grupo percorreu por via terrestre os arredores da cidade de Cerro Azul, inclusive o bairro do Quarteirão dos Órfãos. Esse bairro rural possui uma população bem esparsa e será afetado principalmente devido a perda de uma escola, uma igreja e a ponte sobre o rio Ribeira, a qual liga Cerro Azul a Doutor Ulysses.

A cidade de Cerro Azul apresenta ocupações avançando sobre as margens dos rios em área de preservação permanente (APP) e não possui qualquer tipo de coleta ou tratamento de esgotos. Este aspecto necessita de cuidadoso estudo, monitoramento e programas de intervenção, pois o reservatório do empreendimento proposto terá remanso no rio Ponta Grossa, dentro da área urbana.

No final da tarde todos os participantes seguiram por via terrestre em estradas vicinais pela margem direita do Rio Ribeira, a montante, passando pelo ribeirão Bonito do Chapéu e região do Lajeado Grande até as proximidades do Rio Bomba e da área do futuro remanso no rio Ribeira.

A área do remanso do reservatório pode ser considerada zona periurbana ou de expansão, fato que deve ser considerado para definição da APP. Neste ponto também está prevista a relocação de trecho de estrada (PR) e a ponte para o município de Dr. Ulysses, na confluência do ribeirão Ponta Grossa com o rio Ribeira. A área proposta para alteração do traçado, a uma distância aproximada de 240,0m, deve ser avaliada com cautela, pois o terreno apresenta declividade acentuada.

À noite, o presidente da Associação Sindical dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região do Vale do Ribeira – ASSTRAF, Adriano Briatore, entrou em contato com a equipe do Ibama, pedindo para conversar com os técnicos. Foi combinado que a manhã seguinte estaria reservada para que nos levasse para conversar com alguns proprietários de terras a serem atingidas.

11 de abril de 2006:

Em Cerro Azul, pela manhã, as equipes foram divididas em duas. A equipe de sócioeconomia passou a visitar uma série de proprietários indicados pelo Sr. Adriano, todos eles contrários ao empreendimento, temerosos com o que vai acontecer se tiverem que deixar suas terras. Alguns deles são proprietários bem estabelecidos, possuindo inclusive maquinário agrícola. A produção é variada, incluindo citrus, maracujá e chuchu, além de pequenas criações.

As visitas foram acompanhadas por membros do CNEC e para contrapor o que foi mostrado, fomos visitar algumas pessoas que, segundo opinião dos consultores, não demonstravam contrariedade em relação à obra. No geral essas pessoas não se disseram favoráveis, mas mostravam uma certa resignação quanto à usina. Destacam-se nesse caso os

ju
pe
esc
3

não-proprietários, que já tiveram informações a respeito de reassentamento, do qual seriam beneficiários.

As equipes dos meios biótico e físico seguiram em direção a Adrianópolis por estrada vicinal em terra pela margem direita do rio Ribeira. Foi observada uma área à beira do rio onde são guardados os botes utilizados na descida de *rafting*. Segundo informações dos consultores, essa é uma atividade bastante recente, que não existia a época da elaboração do EIA/RIMA.

O deslocamento se deu margeando o rio Ribeira até sua confluência com o rio Mato Preto. A partir deste ponto não existe vicinal margeando o rio, seguimos então para áreas de maior altitude, em cotas fora da área de inundação. No percurso até o rio Mato Preto verificou-se a ocupação intensa (pastagens, agricultura, criação de porcos) das margens do rio Ribeira e de seus afluentes. [No percurso até o rio Mato Preto verificou-se a ocupação intensa (pastagens, agricultura, criação de porcos) das margens do rio Ribeira e de seus afluentes.]

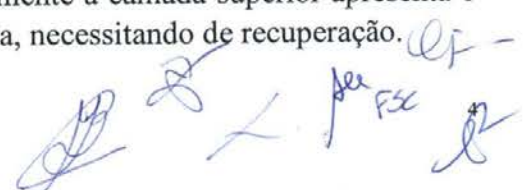
Nessa região é notória a presença da atividade silvicultural com plantio de *Pinus*, principalmente na região no rio Ribeira a jusante da foz do rio do Rocha, ocorrendo tanto no Estado do Paraná como em São Paulo. Essa atividade, segundo relatos dos moradores e dos consultores da CNEC, tem crescido muito nos últimos anos, apresentando um grande impacto ambiental. Os plantios ocupam grandes áreas, boa parte localizadas em APP, já que quase a totalidade dessa região é marcada por elevações com declividade superior a 45°.

Parte da equipe visitou a gruta Bonsucesso, situada bem próximo a área do reservatório proposto. Tendo sua boca localizada na cota 340 m, seu desenvolvimento se dá até a cota 320 m, onde é encontrado o afloramento do lençol freático, podendo sofrer a influência da elevação no nível do lençol freático caso o empreendimento seja implantado. A gruta Bonsucesso apresenta a formação de espeleotemas de pequeno vulto, no entanto sua visitação é freqüente pela facilidade de acesso. Foram identificadas duas corujas Suindara (*Tyto alba*) dentro da gruta.

Outra parte da equipe seguiu para a Mineração Nossa Senhora do Carmo, atividade potencialmente causadora de impacto ambiental, a qual está localizada a montante da UHE Tijucu Alto a aproximadamente 1000m do futuro reservatório, sendo que suas microbacias e efluentes seguem diretamente para a área que será alagada (pontos 87 e 96). Não foi encontrada no estudo a caracterização deste efluente, bem como análise de risco quanto às atividades desenvolvidas e suas inter-relações com o futuro reservatório. Segundo informações colhidas no local o empreendimento tem licenciamento ambiental e PRAD aprovados e fiscalizados pelo IAP.

Seguimos em direção a área proposta para criação da Unidade de Conservação, onde foi constatada grande ocorrência de dolinas (pontos 99 e "dolina"). A equipe chegou até a abertura de uma dolina com aproximadamente 60 m de profundidade.

No período da tarde, foi realizada uma vistoria ao aterro de rejeito de extração chumbo da mina do Rocha (ponto 100). O aterro foi construído com o aval do Instituto Ambiental Paranaense (IAP). Trata-se de uma área de aproximadamente 1 hectare que, segundo a equipe da CNEC, é impermeabilizado no fundo por uma camada de 50 cm de argila compactada e é dotado de drenos na camada inferior para avaliar possíveis vazamentos. É impermeabilizado (capeado) na camada superior por outra camada de 50cm de argila compactada. O capeamento do aterro foi executado em dezembro de 2004, no entanto não foi plantada qualquer vegetação sobre a argila, acarretando que atualmente a camada superior apresenta o início de um processo erosivo de significativa importância, necessitando de recuperação.



Seguimos pelo vale do Rocha, desta vez perdendo altitude até chegar a uma mina desativada: a Mina do Rocha (ponto 102 – foto 16). Dentro da mina, localiza-se a gruta da mina do Rocha, que não possuía acesso natural e somente foi descoberta pelas atividades de exploração de chumbo na mina do Rocha, o que possibilitou o acesso a seu salão. Localizada na área diretamente afetada pelo empreendimento, a gruta contém espeleotemas como flores de aragonita com razoável beleza e poucas estalactites com menor importância.

A região da mina do Rocha é uma área com problemas relacionados a presença de chumbo na forma de rejeitos. Ainda que grande parte (60.000 m³) tenha sido removida e disposta no aterro, os rejeitos são encontrados no solo e principalmente nos sedimentos do rio do Rocha. Também existe a presença natural de chumbo mineral, sendo uma área potencialmente poluidora das águas, visto que tanto o pátio onde se encontravam os rejeitos, como a mina onde era feita a exploração de chumbo, serão afetados pelo enchimento do reservatório. A proposta é a de fechar a entrada da mina com concreto, para que a água da represa não entre em contato com a antiga mina. A vegetação dessa região se encontra em estágio inicial a médio de regeneração, de acordo com o mapa de vegetação apresentado no EIA, e segundo o modelamento matemático de qualidade da água apresentado no EIA/RIMA, necessitará de um desmatamento da ordem de 90%, no intuito de reduzir os efeitos causados pela decomposição da matéria orgânica.

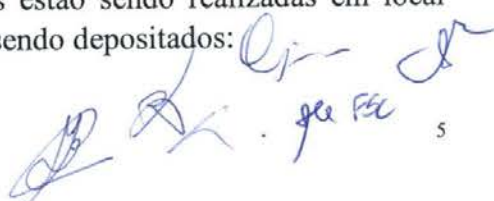
Em relação à qualidade das águas, além do problema gerado pela presença de metais e sua possível solubilização em situações anóxicas ou anaeróbias, existe a questão do transporte de sedimentos. O rio de Ribeira apresenta uma característica natural de transportador de nutrientes verificada na elevada turbidez. Com a construção do barramento praticamente todo sedimento (97%) ficará retido no reservatório, pois a barragem não conta com o dispositivo de descarga de fundo, que foi retirado do projeto devido à presença de metais no sedimento. Caso houvesse descarga de fundo poderia ocorrer a contaminação do rio a jusante do barramento. No caso do município de Cerro Azul foi constatada a importância de ser feito um estudo detalhado das implicações do reservatório na qualidade da água, uma vez que o município apresenta uma situação precária em termos de saneamento básico: não possui tratamento de esgotos e nem de resíduos sólidos. Cerro Azul é talvez a cidade com maior potencial turístico do reservatório, pelo seu fácil acesso à Curitiba e a proximidade ao reservatório, devendo ser assegurada a qualidade de sua água para o seu uso ao nível de contato primário.

O percurso continuou margeando o rio Rocha até sua confluência com o Rio Ribeira, onde segue ainda pela margem direita até o futuro eixo da barragem, onde se observou uma galeria de pesquisa geotécnica (ponto 103).

12 de abril de 2006:

Todos os participantes partiram pela manhã parando na área do futuro eixo da barragem, casa de máquinas (ponto 104) local este com melhor visualização da futura barragem, vertedouro e dique (foto 54, ponto 105).

Passamos pela área da mineração e metalúrgica Plumbum, no município de Adrianópolis, em área que não será afetada pelo reservatório. Ela encontra-se com atividades paralisadas, com exceção da recuperação da área de depósito de rejeitos da mina e da metalurgia. Por informação de terceiros existe uma Ação Civil Pública que provocou esta ação da empresa, contudo cabe colocar que as atividades estão sendo realizadas em local física e tecnicamente não adequados, pois os rejeitos estão sendo depositados:



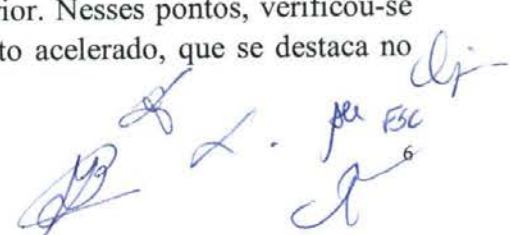
- Sobre solo aluvionar com baixíssima elevação com relação ao Rio Ribeira;
- Área sujeita a inundação, pressão neutra, influencia e interações constantes com o lençol freático;
- Apenas capeamento com argila; não foi realizada qualquer impermeabilização de fundo;
- As águas pluviais bem como a própria umidade característica do rejeito drenam para o fundo do aterro em direção ao Rio Ribeira onde foi aberta uma vala de drenagem para facilitar, ainda mais, o carreamento do efluente para o corpo d'água que abastece diversas comunidades a jusante.
- Pontos (108, 109, 110 e 111) (fotos).

Em seguida, nos dirigimos para cidade de Ribeira/SP, passamos pelos dois primeiros afluentes situados a jusante do AHE, rios Tijuco Alto e Catas Altas. A equipe dos meios físico e biótico seguiu até o ribeirão das Criminosas pela margem esquerda do rio Ribeira. Nesse percurso, a vegetação encontra-se em estágio inicial a médio de regeneração, sendo o primeiro predominante. Algumas áreas apresentavam regeneração com a maioria dos indivíduos da espécie *Psidium guajava* (goiabeira). Ao observar os fragmentos florestais presentes na borda da estrada, notou-se a baixa diversidade de espécies e o pequeno diâmetro dos indivíduos.

Uma parte da equipe se dedicou a verificação das instalações de saneamento básico nos municípios de Adrianópolis e Ribeira. A situação do esgotamento sanitário nos municípios situados na AID é precária, não existe sistema de coleta de esgotos, a não ser em Itapirapuã Paulista e os resíduos sólidos são dispostos em lixões a céu aberto. No caso de Adrianópolis, o lixão está localizado no topo de um morro distante 10 km do núcleo urbano de Adrianópolis, não afetando a qualidade d'água nos locais de captação. No caso dos municípios de Cerro Azul e Ribeira as localizações georreferenciadas dos lixões, registro fotográfico e demais características deverão ser informadas pelo empreendedor.

Foram vistoriadas também algumas captações de água para abastecimento nos municípios de Adrianópolis e Ribeira. A captação de Adrianópolis verificada é feita por uma mina de água localizada à margem do rio Ribeira, no entanto existem outras captações para atender bairros mais distantes as quais não foram vistoriadas pela dificuldade logística da vistoria e por falta de informação do empreendedor. No caso da cidade de Ribeira, foi vistoriada a captação principal, a qual é feita diretamente no rio Ribeira (manancial superficial) e recalçada a uma ETA completa composta por: floculação, decantação, filtração, fluoretação e cloração. Foi verificada a necessidade de um maior detalhamento por parte do empreendedor da situação de saneamento básico nos municípios localizados na AID. Deve ser apresentado um estudo das implicações do barramento sobre o abastecimento público dos municípios afetados (AID), não só na fase de operação quando a água defluente será tomada próximo à superfície da coluna d'água, mas também durante o período de enchimento (290 dias), quando a água aduzida a jusante do barramento será tomada em cotas profundas no leito do rio (reservatório) através dos túneis de desvio, que além de aduzirem uma água de pior qualidade, apresentarão uma vazão reduzida, diminuindo a capacidade de diluição dos esgotos lançados pelos municípios de Adrianópolis e Ribeira.

Em percurso pela margem esquerda, no sentido de montante do rio, foram observados dois locais utilizados no levantamento de fauna do EIA anterior. Nesses pontos, verificou-se grande presença de embaúbas (árvore pioneira de crescimento acelerado, que se destaca no



dossel). Foi possível chegar a dois locais utilizados como linha de *pit fall*; neles, a vegetação ao redor se compunha como capoeira, com pequenas clareiras, alguns cipós e quantidade regular de folhiço. Para chegar a uma das linhas (a que se localizava adjacente ao ribeirão Das Onças), encontramos animais domésticos (porco) andando livremente na área; também foi observado estrume de gado pelo caminho, indicando que aquela é uma área com presença regular de animais não silvestres. O consultor que nos acompanhava informou que esses animais deveriam ser colocados em recinto fechado para que não atrapalhassem a próxima campanha de levantamento de fauna silvestre, que ocorreria dali a poucos dias.

No fragmento florestal próximo ao ribeirão Das Onças também foi alocado um dos pontos amostrais da vegetação. Nesse fragmento, de acordo com o consultor do empreendimento, a vegetação encontra-se em estágio médio a avançado de regeneração. Na trilha percorrida, os indivíduos apresentavam diâmetro um pouco maior que em outros fragmentos visitados durante a vistoria, mas o número de espécies também é pequeno. Portanto, caso ocorra o empreendimento, será necessário fazer um enriquecimento da vegetação remanescente presente na futura APP.

Nas bordas das estradas, tanto na margem esquerda do rio Ribeira quanto na trilha do fragmento próximo ao ribeirão das Onças, observou-se a presença de espécies exóticas tais como limão, tangerina, laranja, manga.

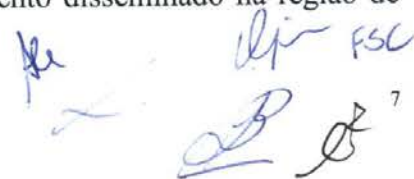
Nas áreas adquiridas pela CBA, observou-se que, em alguns pontos, há predominância de certas espécies, como goiaba selvagem, embaúba. Em outros, nota-se certa diferença no estágio sucessional entre a porção superior dos morros e aquelas onde anteriormente existiam pastos.

A equipe do meio socioeconômico visitou a sede do município paulista de Ribeira e seguiu pela margem direita visitando algumas famílias que serão atingidas até chegar à sede do município de Itapirapuã Paulista, que fica distante do futuro reservatório. À tarde chegamos na sede do município paranaense de Doutor Ulysses. Nesse caminho é marcante a presença de plantios de pinus em larga escala. Na volta para o acampamento passamos no Sindicato Rural de Doutor Ulysses, onde o presidente se mostrou favorável ao empreendimento. Em conversa com moradores da região foi possível perceber a expectativa de geração de emprego trazida pela usina.

13 de abril de 2006:

As equipes passaram novamente pelas instalações da Plumbum, a caminho da área dos quilombos, na margem paulista. O primeiro visitado foi o do Cangume, no município de Itaóca, onde fomos recebidos pelo Sr. Jaime. Ele informou que na área moram 37 famílias e que a área já está reconhecida, mas não regularizada. O maior receio deles é de ficarem isolados com a construção da UHE Itaóca, já que a área se encontra em cota bastante superior ao rio Ribeira. Outro receio é que caso ela se efetive, os quilombolas afetados subam para a área onde eles vivem, gerando conflitos por terra.

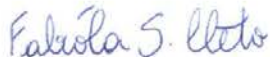
O outro quilombo visitado foi o de Porto Velho, onde fomos recebidos pelo Sr. Osvaldo, que se mostrou radicalmente contrário às usinas, mesmo a de Tijuco Alto, apesar de ter sido alertado que essa usina estaria muito distante daquela área. Os maiores receios em relação ao projeto de Tijuco são (i) o já conhecido entendimento disseminado na região de



que a construção desta usina abriria caminho para a implantação dos demais projetos inventariados; e (ii) o (des)controle das cheias e os efeitos de uma possível ruptura da barragem a jusante.


Alexandre Pollastrini
Analista Ambiental
Mat. 1.365.469

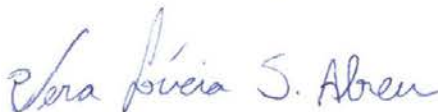

Adriano Rafael Arrepiá de Queiroz
Analista Ambiental
Mat. 1.512.542


Fabíola Schupcheki Cleto
Analista Ambiental
Mat. 1.399.075


Gina Luísa Boemer Deberdt
Contrato Temporário
Mat. 1.349.318


Lilian Maria Menezes Lima
Analista Ambiental
Mat. 2448513


Marcelo Belisário Campos
Analista Ambiental
Mat.


Vera Lúcia Silva Abreu
Analista Ambiental
Mat. 1.110.376

ciencia,

19.06.06


Moara Menta Giasson
Coordenadora de Energia Hidrelétrica
e Transposições
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Fls.: 900
 Proc.: 1172/04
 Rubr.: 100

Ponto	Coord. Geográficas (DATUM SAD_69)		Comentários	Fotos
	Latitude	Longitude		
50	-24 49' 30,84287"	-49 15' 36,47832"	10-abr-06 11:02:54am Escritório CBA (explicação geral a respeito do histórico do empreendimento)	
51	-24 49' 19,50107"	-49 15' 33,38576"	10-abr-06 1:25:50pm	01
52	-24 49' 04,27496"	-49 15' 59,74458"	10-abr-06 1:44:30pm Remanso ponto aproximado em Cerro Azul	
53	-24 48' 21,97200"	-49 15' 49,35863"	10-abr-06 1:51:43pm Inundação estrada (ponto aproximado)	
54	-24 47' 42,47239"	-49 16' 14,81502"	10-abr-06 2:01:45pm Ponte sobre o rio Ribeira / foz Rio Ponta Grossa	02 e 04
55	-24 48' 08,36885"	-49 15' 31,50282"	10-abr-06 2:22:36pm Quarteirão dos orfãos Igreja/Escola/Bodega	
56	-24 48' 01,71293"	-49 15' 39,71277"	10-abr-06 2:32:11pm Matadouro (desativado)	
57	-24 48' 47,19697"	-49 16' 09,13379"	10-abr-06 2:57:42pm	
58	-24 47' 19,58554"	-49 16' 50,35692"	10-abr-06 3:00:37pm Extração de areia	06
59	-24 47' 58,29892"	-49 18' 45,17285"	10-abr-06 3:02:41pm Volta Grande	
60	-24 48' 42,05389"	-49 20' 31,37541"	10-abr-06 3:03:59pm Corredeira	09
61	-24 48' 54,79591"	-49 21' 10,40175"	10-abr-06 3:04:32pm Lajeado Grande	
62	-24 50' 08,82948"	-49 23' 06,71874"	10-abr-06 3:06:17pm Vista Rio Bomba (fotos)	30
63	-24 50' 16,69820"	-49 23' 20,13557"	10-abr-06 3:06:35pm vista Rio Pinhal Grande (foto)	
64	-24 50' 53,51951"	-49 22' 58,07233"	10-abr-06 3:07:29pm remanso	
65	-24 50' 13,25954"	-49 23' 39,76269"	10-abr-06 3:08:18pm rio Bomba	
66	-24 50' 06,78583"	-49 23' 33,04704"	10-abr-06 3:08:31pm foz do rio Bomba	12
67	-24 48' 53,89919"	-49 21' 33,30251"	10-abr-06 3:10:09pm Balsa	
68	-24 48' 44,28963"	-49 21' 02,74558"	10-abr-06 3:10:31pm	
69	-24 48' 43,76036"	-49 20' 59,61103"	10-abr-06 3:10:34pm Vista Balsa	12
70	-24 47' 11,74532"	-49 12' 27,66093"	10-abr-06 3:16:58pm Escorregamento (foto)	
71	-24 45' 46,29883"	-49 12' 38,01900"	10-abr-06 3:18:20pm Vista Rio Mato Preto	
72	-24 43' 53,03674"	-49 13' 21,77025"	10-abr-06 3:19:49pm Rio Sete Quedas	
73	-24 43' 34,22035"	-49 13' 20,33069"	10-abr-06 3:20:03pm Vista Rio Sete Quedas	34
74	-24 39' 39,32585"	-49 04' 13,81575"	10-abr-06 3:31:05pm Vista LT	
75	-24 38' 44,12829"	-49 02' 21,04331"	10-abr-06 3:33:45pm area do vertedouro	
76	-24 38' 08,35822"	-49 02' 23,30714"	10-abr-06 3:34:20pm vista vertedouro/casa de força	
77	-24 38' 11,69887"	-49 00' 47,16917"	10-abr-06 3:35:47pm Escorregamento	
78	-24 38' 10,43140"	-49 00' 04,52213"	10-abr-06 3:36:28pm Vila Ito_Porto	
79	-24 40' 33,48839"	-48 57' 49,82768"	10-abr-06 3:39:48pm	
80	-24 40' 34,81999"	-48 57' 47,01690"	10-abr-06 3:39:49pm Capelinha	
81	-24 40' 26,62717"	-48 55' 45,27156"	10-abr-06 3:41:10pm Vista rejeito Plumbum	22 e 23
82	-24 40' 33,14325"	-48 54' 53,27336"	10-abr-06 3:41:47pm Vista aérea Plumbum	21

[Handwritten signatures and initials]

83	-24 38' 07,17750"	-49 02' 31,27536"	10-abr-06 3:48:20pm área UHE	
84	-24 42' 48,03451"	-49 08' 17,65614"	10-abr-06 3:53:35pm Vale do Rocha	
85	-24 43' 04,32019"	-49 08' 33,26060"	10-abr-06 3:53:50pm Mina do Rocha (vista)	
86	-24 44' 48,25633"	-49 10' 21,04589"	10-abr-06 3:55:28pm área depósito CBA rejeito oriundo Mina do Rocha	17
87	-24 45' 02,50139"	-49 11' 10,53167"	10-abr-06 3:56:02pm Vista Mineração de Fluorita	19 e 20
88	-24 48' 45,38661"	-49 16' 51,87529"	10-abr-06 4:41:47pm Bairro Ribeirão Bonito do Chapeu (foto Fabiola prop. típica)	
89	-24 48' 53,03649"	-49 18' 17,51546"	10-abr-06 4:54:27pm Ribeirão Bonito do Chapeu	
90	-24 48' 37,62090"	-49 20' 27,43069"	10-abr-06 5:11:45pm	
91	-24 48' 52,12995"	-49 21' 03,91874"	10-abr-06 5:22:13pm Vista Balsa	
92	-24 50' 08,58371"	-49 22' 17,52952"	10-abr-06 5:53:10pm Escola (Fim estrada e propriedades atingidas diretamente)	05
93	-24 46' 56,88681"	-49 14' 53,78507"	11-abr-06 9:25:10am Saída Rafting /Extração Areia (fotos Fabiola)	15
94	-24 47' 21,44320"	-49 12' 31,75439"	11-abr-06 9:39:07am Rio Bonsucesso	
95	-24 45' 43,15214"	-49 12' 15,22085"	11-abr-06 10:01:15am Margem Rio Mato Preto	
96	-24 44' 54,34144"	-49 10' 42,44875"	11-abr-06 10:19:41am Mina Fluorita (bancadas)	
97	-24 46' 00,27643"	-49 11' 11,05710"	11-abr-06 10:50:50am Rio Mato Preto	
98	-24 45' 20,57957"	-49 08' 49,58609"	11-abr-06 11:08:30am Vista Madeireira (foto)	
99	-24 46' 03,28651"	-49 07' 06,70273"	11-abr-06 11:42:22am Vista área maior ocorrência dolinas (foto)	
100	-24 43' 32,46690"	-49 08' 27,68120"	11-abr-06 1:17:29pm Depósito de Rejeito Mineração Rocha	
101	-24 42' 41,38335"	-49 08' 05,08449"	11-abr-06 1:42:02pm Vista Vale do Rocha (foto)	18
102	-24 42' 46,45026"	-49 07' 52,32452"	11-abr-06 1:46:24pm Mina Rocha	
103	-24 39' 02,65796"	-49 02' 02,62976"	12-abr-06 8:23:16am Eixo-Barragem Galeria pesquisa geotécnica (foto)	
104	-24 38' 50,47277"	-49 01' 56,99318"	12-abr-06 8:28:23am Area da Casa de Força (foto marco)	
105	-24 38' 26,13015"	-49 01' 50,45412"	12-abr-06 8:35:56am Vista Barragem e Vertedouro	54
106	-24 39' 35,60252"	-49 00' 36,55040"	12-abr-06 8:53:25am Antiga casa de força cemitério a frente	
107	-24 40' 00,81329"	-48 59' 15,31018"	12-abr-06 9:31:19am captação água Adrianópolis	50
108	-24 40' 31,93936"	-48 55' 20,56423"	12-abr-06 9:58:58am Rio Ribeira ponto descarga drenagem rejeito da Plumbum	
109	-24 40' 33,72873"	-48 55' 22,11128"	12-abr-06 10:01:44am Final talude rejeito Plumbum	
110	-24 40' 39,83310"	-48 55' 25,78291"	12-abr-06 10:08:24am entrada de caminhões rejeito Plumbum e argila de cobertura	24
111	-24 40' 39,87414"	-48 55' 25,49172"	12-abr-06 10:09:59am Placa Area de rejeito Plumbum	
112	-24 40' 55,63550"	-48 54' 42,04831"	12-abr-06 10:16:26am Fabrica Plumbum (desativada)	
113	-24 39' 21,71570"	-49 00' 09,17269"	12-abr-06 10:44:40am Ponte (Adrianópolis_PR/Ribeira_SP)	
114	-24 39' 19,90831"	-49 00' 34,58337"	12-abr-06 10:47:52am Captação água Ribeira (Motor)	40
115	-24 39' 20,93969"	-49 00' 35,62470"	12-abr-06 10:50:17am Captação Ribeira direto do Rio	51
116	-24 38' 10,10638"	-48 59' 51,44896"	12-abr-06 11:00:08am Trevo p/ Apiari	
117	-24 38' 03,89762"	-48 59' 50,98248"	12-abr-06 11:00:31am Ponte sobre o Rio Tijuco	

G

Re
 PSC

118	-24 37' 45,26842"	-49 02' 02,51749"	12-abr-06 11:12:05am Escola	
119	-24 37' 45,76029"	-49 02' 12,20687"	12-abr-06 11:14:15am Ponte sobre o Rio Catas Altas	
120	-24 38' 38,13106"	-49 02' 21,99202"	12-abr-06 11:29:22am Saída do Vertedouro (área de escavação da bacia de dissipação)	
121	-24 38' 45,47917"	-49 02' 03,69076"	12-abr-06 11:36:46am Saída do tunel de desvio	
122	-24 38' 58,54968"	-49 02' 06,74861"	12-abr-06 11:41:43am eixo da barragem	
123	-24 40' 12,35371"	-49 09' 28,91959"	12-abr-06 12:54:34pm Rio das Criminosas	
124	-24 40' 12,49525"	-49 09' 34,99375"	12-abr-06 1:07:09pm Lagoa	41 e 42
125	-24 40' 14,74537"	-49 09' 32,47928"	12-abr-06 1:23:07pm Casa Antiga	16
Adrianopol	-24 39' 36,47618"	-48 59' 30,13357"	Adrianopolis	
Br 476	-25 08' 04,63107"	-49 06' 15,94373"	Br-476	
C. Fabiola	-25 24' 37,20048"	-49 12' 28,36369"	10-abr-06 8:59:27am	
Catasaltas	-24 37' 59,54050"	-49 02' 08,62750"	R Ribeira C/ R Catas Altas	
Cerro Azul	-24 49' 17,95303"	-49 15' 11,38874"	Cerro Azul Alt 318m	
Dolina	-24 45' 55,10696"	-49 06' 40,15148"	foto Abismo	
Drulysses	-24 33' 57,86201"	-49 25' 17,28595"	Doutor Ulysses	
H. IBIS	-25 32' 19,13964"	-49 11' 28,43897"	WAYPOINT 200	
Heliponto	-24 49' 19,35974"	-49 15' 33,39844"	WAYPOINT 197	
Itapirapoa	-24 34' 17,61280"	-49 09' 56,48453"	Itapirapua Paulista	
Mina	-24 44' 11,37956"	-49 07' 48,63113"	Mina	
Pr 092	-24 50' 51,93166"	-49 16' 13,56206"	Pr-092	
Pr 340	-24 51' 29,73333"	-49 12' 32,32286"	Pr-340	
R Arcado	-24 38' 02,60831"	-49 00' 11,34314"	R Ribeira C/ R Arcado	
R Bomba	-24 48' 51,40401"	-49 21' 26,52107"	R Ribeira C/ R Bomba	
R Criminos	-24 40' 20,59351"	-49 09' 21,84662"	R Ribeira C/ R Das Criminosas	
R Itapirap	-24 41' 57,59090"	-49 12' 26,96415"	R Ribeira C/ R Itapirapua	
R Matopret	-24 45' 41,83238"	-49 12' 42,93175"	R Mato Preto	
R Pontagro	-24 47' 49,50130"	-49 16' 14,67226"	R Ribeira C/rio Ponta Grossa	
R Rocha	-24 40' 57,60016"	-49 07' 43,19920"	R Ribeira C/ R Rocha	
R Sete Que	-24 43' 53,46011"	-49 13' 26,47146"	R Sete Quedas	
R Turvo	-24 47' 02,67091"	-49 17' 36,69349"	R. Ribeira C/rio Turvo	
Rib Corrid	-24 40' 37,53853"	-49 11' 22,69002"	R Ribeira C/ Rib Corrida Grand	
Ribeira	-24 39' 04,44760"	-49 00' 14,21644"	Ribeira	
Usina	-24 36' 38,02904"	-49 08' 28,73612"	Usina	

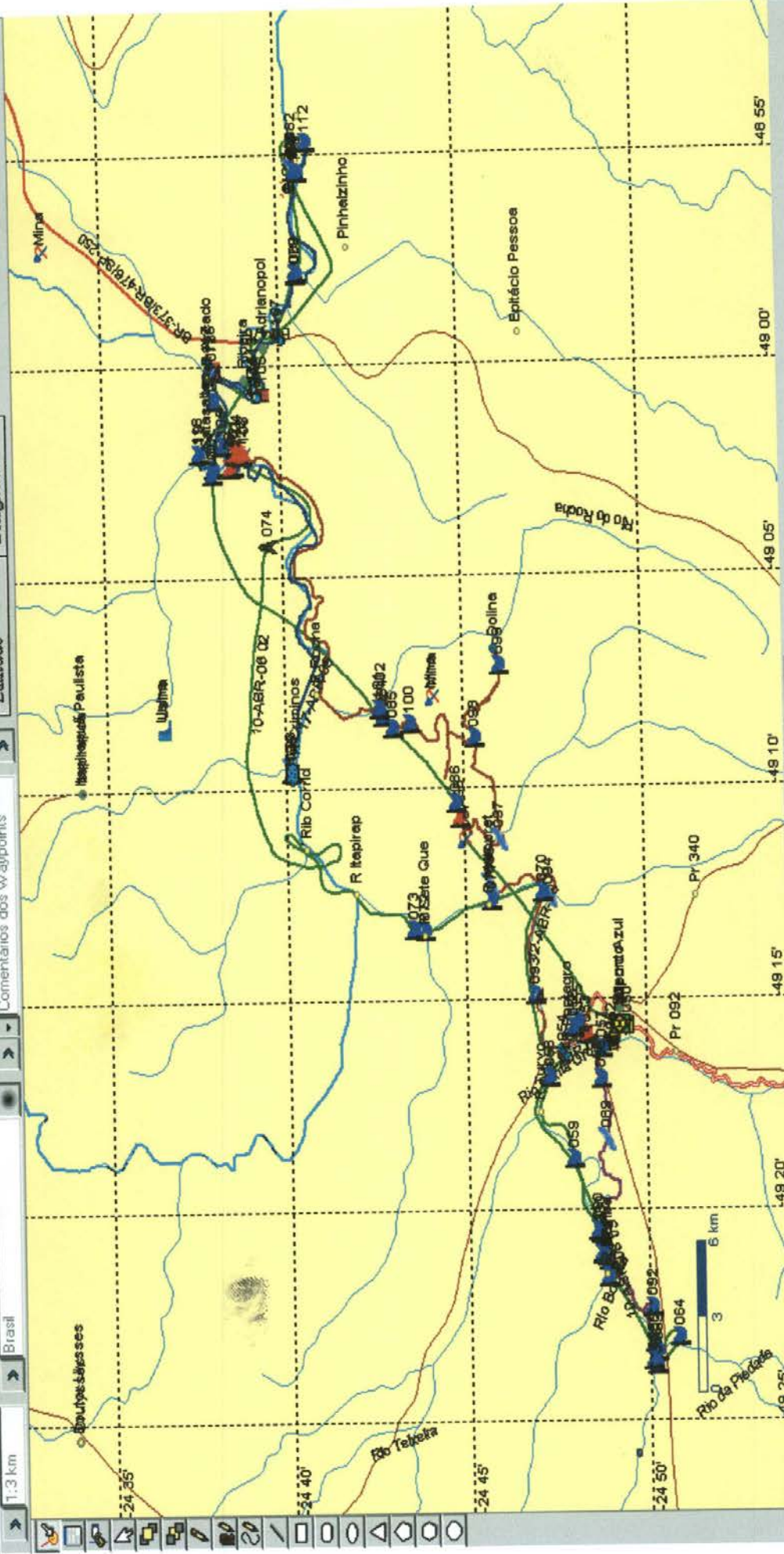
[Handwritten mark]

[Handwritten signature]
 te
 PSC

Arquivo Exibir Ferramentas Mapas Interface Ajuda

Comentários dos Waypoints

Latitude Longitude



Fis.: 903
Proc.: 1172/04
Rubr.: *pe*

di

dd mm'ss" SAD69 <Brazil/IBGE> 176 Wpts 12 Trilhas 5998 Pontos 0 Rotas Bairro

Microsoft Excel

GPS TrackMaker - F:\...

pe
RSC
R

Anexo Fotográfico – Vistoria 10 a 13 de Março de 2006
AHE Tijuco Alto

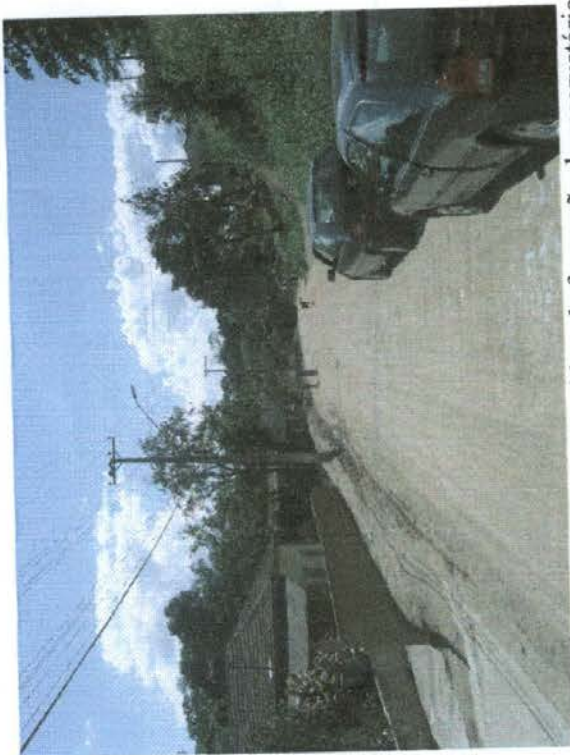


Foto 1 – Área urbana a ser atingida pela formação do reservatório nos arredores de Cerro Azul.



Foto 2 – Ponte sobre o rio Ribeira, em Cerro Azul, a ser relocada.



Foto 3 – Rio Ribeira, com grande quantidade de sedimentos.



Foto 4 – À esquerda, foz do rio Ponta Gossa, em Cerro Azul.

Handwritten signatures and initials:
fle
FSC
R

Fis.:	904
Proc.:	1172/04
Rubr.:	fle

Handwritten mark: 011

Anexo Fotográfico – Vistoria 10 a 13 de Março de 2006
AHE Tijuco Alto



Foto 5 – Escola rural a ser relocada em Cerro Azul.

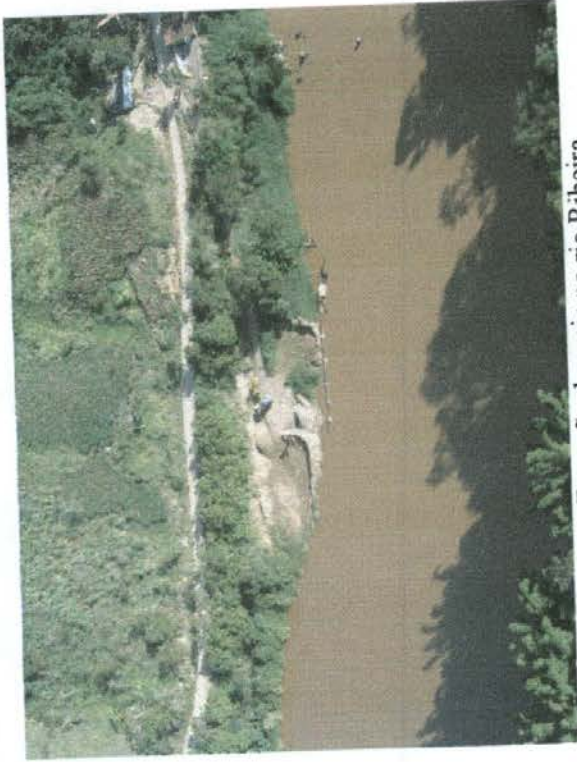


Foto 6 – Extração de areia no rio Ribeira.

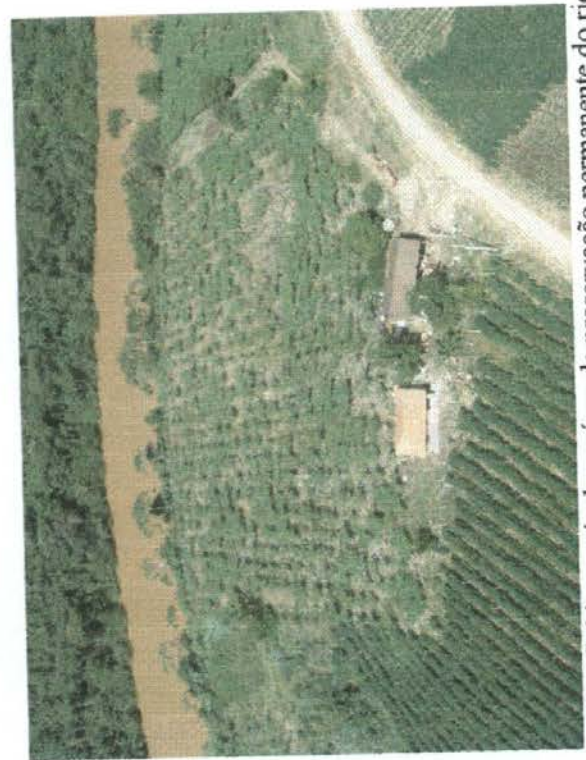


Foto 7 – Cultivo agrícola na área de preservação permanente do rio Ribeira, em Cerro Azul.

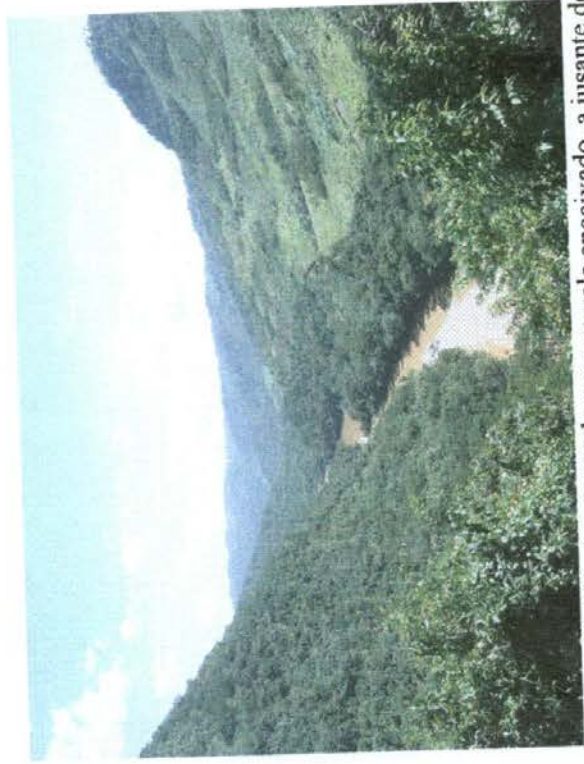


Foto 8 – Rio Ribeira correndo em um vale encaixado, a jusante de Cerro Azul.

Fis.:	905
Proc.:	1172/04
Rubr.:	AEE

pe
L
Lir
K
J

Anexo Fotográfico – Vistoria 10 a 13 de Março de 2006
 AHE Tijuco Alto



Foto 9 – Corredeira no rio Ribeira.



Foto 10 – Encosta íngreme vegetada e estrada margeando o rio Ribeira.



Foto 11 – Cidades de Ribeira-SP, à frente e Adrianópolis-PR, ao fundo.



Foto 12 – Balsa rústica a ser atingida pela formação do reservatório.

Fls.:	006
Proc.:	1132/04
Rubr.:	fee

fe
 fe
 fe
 fe

Anexo Fotográfico – Vistoria 10 a 13 de Março de 2006
 AHE Tijuco Alto



Foto 13 – Sr. Darci Ricci, pequeno proprietário em Cerro Azul, declarou-se contrário ao empreendimento.



Foto 15 – Barcos utilizados para rafting no rio Ribeira.



Foto 14 – Casa financiada pelo Programa Habitacional Rural a ser atingida pelo reservatório.



Foto 16 – Construção histórica em propriedade rural a ser atingida pela formação do reservatório.

Fis.:	907
Proc.:	1172/04
Rubr.:	pel

de
 RSC
 [Handwritten signatures]

Anexo Fotográfico – Vistoria 10 a 13 de Março de 2006
AHE Tijuco Alto



Foto 17 – Depósito dos rejeitos de chumbo da Mina do Rocha, executado pela CBA.

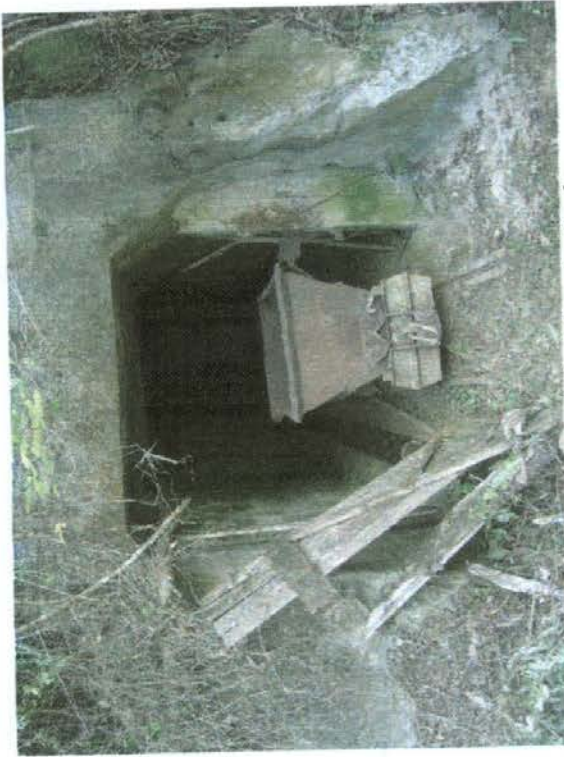


Foto 18 – Entrada da Mina do Rocha.

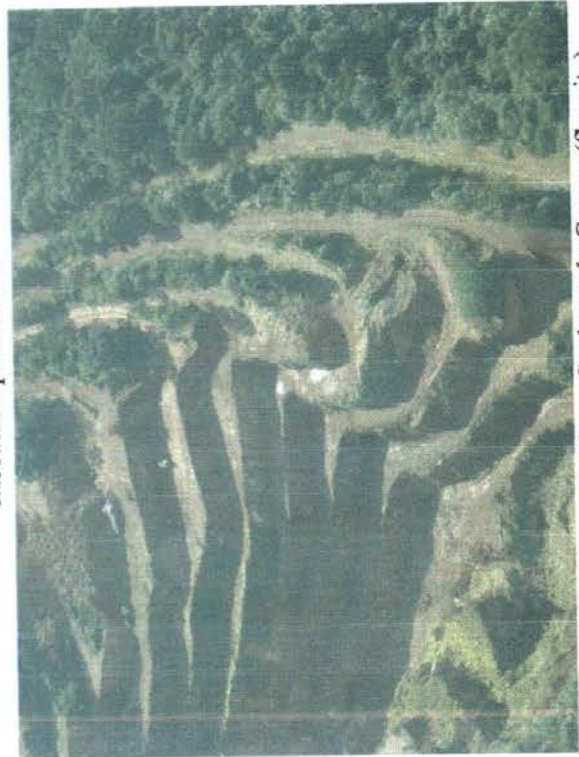


Foto 19 – Mineração Nossa Senhora do Carmo (fluorita)



Foto 20 – Bacia de rejeito mineração fluorita

Fis.:	508
Proc.:	172/04
Rubr.:	pe

pe di-
RSC f

Anexo Fotográfico – Vistoria 10 a 13 de Março de 2006
AHE Tijuco Alto



Foto 21 – Antigas instalações industriais da Plumbum, em Adrianópolis.



Fotos 22 – Resíduos de minério de chumbo da Plumbum recebendo uma camada de argila, a margem do rio Ribeira.

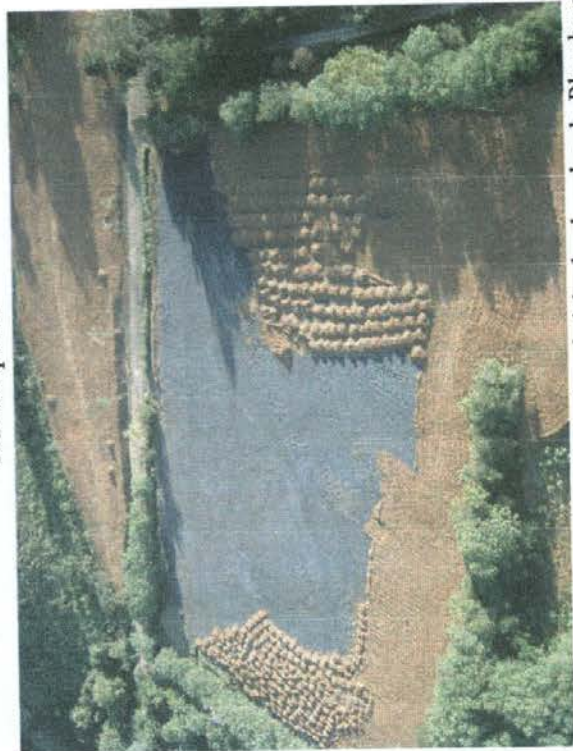


Foto 23 – Detalhe dos resíduos de minério de chumbo da Plumbum.



Foto 24 – Placa da obra de recuperação ambiental.

Fls.: 909
Proc.: 1172/04
Rubr.: AEE

Handwritten signatures and initials.

Anexo Fotográfico – Vistoria 10 a 13 de Março de 2006
AHE Tijuco Alto



Foto 25 – Placa identificando uma das propriedades já adquiridas pela CBA.



Foto 27 – Membros da comunidade quilombola do Cangume.



Foto 26 – Extração de *pinus*, atividade em expansão na região.



Foto 28 – Placa indicando o quilombo Porto Velho, visitado pela equipe, onde se encontra forte oposição à obra.

Fis.:	910
Proc.:	1172/04
Rubr.:	fee

de li -
PSC
A

Anexo Fotográfico – Vistoria 10 a 13 de Março de 2006
AHE Tijuco Alto



Foto 29 – Rio Ponta Grossa.



Foto 30 – Rio Bombas.

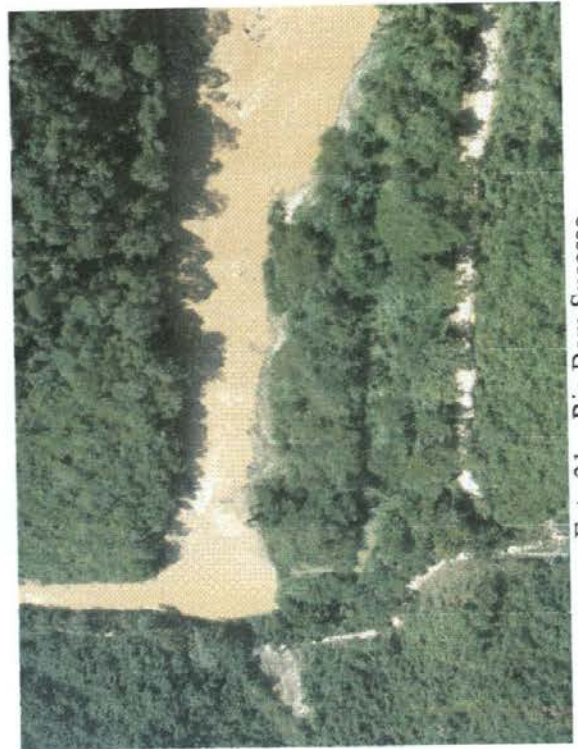


Foto 31 – Rio Bom Sucesso.



Foto 32 – Rio Canga.

Fls.: 911
Proc.: 1172/04
Rubr.: JEU

JEU
JEU
JEU

Anexo Fotográfico – Vistoria 10 a 13 de Março de 2006
AHE Tijuco Alto



Foto 33 – Vale do Rio Mato Preto.



Foto 34 – Rio Sete Quedas.



Foto 35 – Rio Itapirapuã.



Foto 36 – Rio Corda Grande

Fls.: 912
Proc.: 1172/04
Rubr.: AHE

[Handwritten signatures and initials]

Anexo Fotográfico – Vistoria 10 a 13 de Março de 2006
AHE Tijuco Alto



Foto 37 – Rio das Criminosas.



Foto 38 – Rio do Rocha.



Foto 39 – Rio Catas Altas.



Foto 40 – Bomba de captação de água no Rio Ribeira.

Fls.:	913
Proc.:	17264
Rubr.:	per

per
per
per

Anexo Fotográfico – Vistoria 10 a 13 de Março de 2006
AHE Tijuco Alto



Foto 41 – Lagoa com macrófitas.

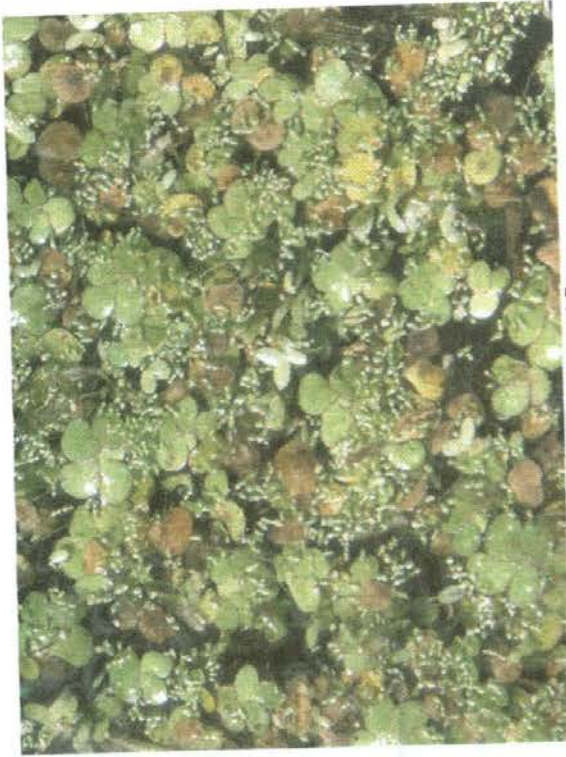


Foto 42 – Macrófitas.



Foto 43 – Espeleotemas e coruja na Gruta Bom Sucesso.



Foto 44 – Espeleotemas da Gruta da Mina do Rocha.

Fls.: 914
Proc.: M-2/04
Rubr.: fe

fe
FSC
Dr.
Dr.

Anexo Fotográfico – Vistoria 10 a 13 de Março de 2006
AHE Tijuco Alto



Foto 49 – 10-abr-06 11:02:54am Escritório CBA (explicação geral a respeito do histórico do empreendimento)



Foto 50 – Captação de água Cidade de Adrianópolis (poço próximo ao rio Ribeira).



Foto 51 – Captação de água na cidade de Ribeira (captação direta no rio Ribeira).

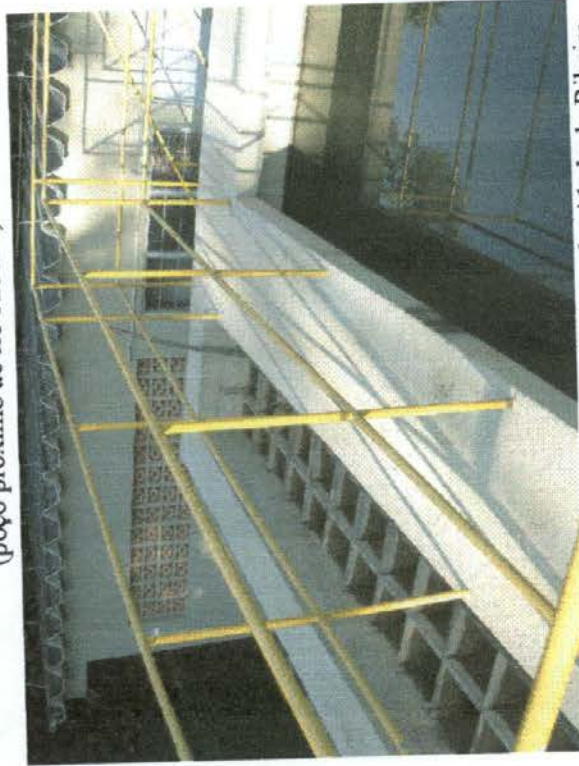


Foto 52 – Estação de tratamento de água da cidade de Ribeira.

Fls.: 916
Proc.: 1172/04
Rubr.: *mu*

pe
dir
RSC

Anexo Fotográfico – Vistoria 10 a 13 de Março de 2006
AHE Tijuco Alto



Foto 53 – Lixão da cidade de Adrianópolis.



Foto 54 – Vista do local da futura barragem, vertedouro e dique.

Fis.:	917
Proc.:	1172/07
Rubr.:	100

[Handwritten signatures and initials]
PSC
Dir

MA136/009/0552/2006

São Paulo, 02 de maio de 2006.

DILIQ-IBAMA
Tel: (61) 316-1595/1596
Av: L4, Norte, Bloco C, 1º. andar
70800-200
Brasília/DFPROTOCOLO
DILIC/IBAMA
Nº: 6.042
DATA: 09/06 /06
RECEBIDO:Att.: Ilmo. Valter Muchagata.
Coordenador Geral de Licenciamento AmbientalRef.: Processo 02001.1172-2004-58, UHE Tijuco Alto
Entrega de Protocolos do EIA e RIMA: Fundação Palmares, IAP/PR, IPHAN,
IBAMA/SP e SMA/DAIA.

Senhor Coordenador,

Por este ofício enviamos cópias dos protocolizados junto aos órgãos supra citados, dando conta da entrega de cópias do EIA-RIMA do referido projeto em licenciamento. Solicitamos anexar tal documentação aos autos do processo.

Atenciosamente,

**Ronaldo Luís Crusco**
Coordenador dos Estudos Ambientais da UHE Tijuco Alto

PROTOCOLÔ

-----/-----/-----

(Nome Legível)

CNEC

Fls.: 913
Proc.: 1172/04
Rubr.: 422

MA136/004/0309/2006

São Paulo, 24 de março de 2006

Fundação Cultural Palmares
Tel: (61) 3424-0100
SBN Quadra 02, Ed. Central Brasília 1º Subsolo
CEP 70.040-904
Brasília/DF

Ilma. Sra Maria Bernadete Lopes

Diretora de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro

Ref.: UHE Tijuco Alto

Senhora Diretora,

Estamos encaminhando uma cópia do EIA-RIMA da UHE Tijuco Alto, conforme Instrução Normativa nº 65, de 13 de abril de 2005, a qual estabelece, no âmbito do IBAMA, os procedimentos para o licenciamento de Usinas Hidrelétricas.

Em anexo segue cópia do Ofício nº 130/2006 – DILIQ/IBAMA, solicitando posicionamento técnico deste órgão quanto ao referido EIA-RIMA, no que concerne à questão dos quilombolas.

Atenciosamente,

Ronaldo Luís Crusco

Coordenador dos Estudos Ambientais da UHE Tijuco Alto

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
Recebemos em, 04/04/2006
As 10:15 hrs.
Assinatura: NASSIR SILVA



Departamento de Geologia e Meio Ambiente

Fis.: 922
Proc.: 1172/04
Rubr.: 10

Companhia Brasileira de Alumínio
Pça. Ramos de Azevedo 1º 254 - 3º Andar
01037-912 - São Paulo - S.P.
Tel 11 3224-7165
Fax 11 3224-7040

São Paulo, 18 de abril de 2006.

DGMA 118/06

PROTOCOLO

À

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS
DEPARTAMENTO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS - DAIA

At.: Eng. *Pedro José Stech*
Diretor de Avaliação de Impacto Ambiental

Ref.: UHE Tijuco Alto




Prezado Senhor,

Conforme combinado em reunião do dia 03/04/06, estamos encaminhando 02 cópias do Estudo de Impacto Ambiental – EIA da UHE Tijuco Alto.

Permanecemos à disposição para os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,


Sérgio Fernando Larizzatti
Depto. Geologia e Meio Ambiente



Departamento de Geologia e Meio Ambiente

Fis.: 921

Proc.: 1172/04

Rubr.: ALR

Companhia Brasileira de Alumínio
Pça. Ramos de Azevedo Nº 254 - 3º Andar
01037-912 - São Paulo - S.P.
Tel 11 3224-7166
Fax 11 3224-7040

DGMA 108/06

PROTOCOLO

São Paulo, 05 de abril de 2006.

Ao

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS
RENOVÁVEIS - IBAMA


At.: Sra. Analice de Novais Pereira

Ref.: UHE Tijuco Alto

Prezado Senhor,

Estamos encaminhado uma cópia do EIA-RIMA da UHE Tijuco Alto, conforme Instrução Normativa nº 65, de 13 de abril de 2005, a qual estabelece, no âmbito do IBAMA, os procedimentos para o licenciamento de Usinas Hidrelétricas.

Atenciosamente,


Sérgio Fernando Larizzatti
Gerente de Geologia e Meio Ambiente

D O C U M E N T O

02027.005495/06-03

IBAMA/MMA - SUP. ESTADUAL/SP

DATA: 05 ABR 2006



CÓPIA

MA136/006/0393/2006

São Paulo, 30 de março de 2006

Instituto Ambiental do Paraná – IAP
Diretoria de Licenciamento Ambiental Estratégico
Tel: (41) 3213-3700
Rua Engenheiro Rebouças, nº 1.206
CEP 80.215-100
Curitiba - PR

Ilma. Sra Noeme Moreira de Oliveira
Diretora de Licenciamento Ambiental Estratégico

Ref.: UHE Tijuco Alto

SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTOS
IAP NUM. 8.968.330-0
30 MAR. 2006
DATA- HORA-

Senhora Diretora,

Estamos encaminhando uma cópia do EIA-RIMA da UHE Tijuco Alto, conforme Instrução Normativa nº 65, de 13 de abril de 2005, a qual estabelece, no âmbito do IBAMA, os procedimentos para o licenciamento de Usinas Hidrelétricas.

Em anexo segue cópia do Ofício Circular nº 003/2006 – DILIQ/IBAMA, solicitando posicionamento técnico deste órgão quanto ao referido EIA-RIMA.

Atenciosamente,

Ronaldo Luís Crusco
Ronaldo Luís Crusco

Coordenador dos Estudos Ambientais da UHE Tijuco Alto

Noeme Moreira de Oliveira
Chefe Depto Licenciamento Estrat
R.G. 1.913.826-7
160/IPP/MDLE
30-03-06

Obs. As cópias em papel do EIA serão entregues ao FISP/DLE até a data de 04/abril de 2006

Ronaldo Luís Crusco

PROTOCOLO

9/14/06

Adriano Moraes

(Nome Legível)

3.414.02-28

CNEC

MA136/003/0308/2006

São Paulo, 24 de março de 2006

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN
Tel: (61) 3414-6204
SBN Quadra 02, Ed. Central Brasília
CEP 70.040-904
Brasília/DF

Ilmo. Senhor Cyro Illidio Correa de Oliveira Lyra

Diretor do Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização - DEPAM

Ref.: UHE Tijuco Alto

Senhor Diretor,

Estamos encaminhando uma cópia do EIA-RIMA da UHE Tijuco Alto, conforme Instrução Normativa nº 65, de 13 de abril de 2005, a qual estabelece, no âmbito do IBAMA, os procedimentos para o licenciamento de Usinas Hidrelétricas.

Em anexo segue cópia do Ofício Circular nº 003/2006 – DILIQ/IBAMA, solicitando posicionamento técnico deste órgão quanto ao referido EIA-RIMA.

Atenciosamente,



Ronaldo Luís Crusco

Coordenador dos Estudos Ambientais da UHE Tijuco Alto

MA136/008/0395/2006

São Paulo, 03 de abril de 2006

Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo
Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental - DAIA
Tel: (11) 3030-6748
Avenida Professor Frederico Hermann Jr., nº 345
São Paulo - SP
CEP 05489-900

Ilmo. Sr. Pedro José Stech

Diretor de Avaliação de Impacto Ambiental

RECEBIDO
GPRN/DAIA
03 ABR 2006
Boquadio

Ref.: UHE Tijuco Alto

Senhor Diretor,

Estamos encaminhando uma cópia do EIA/RIMA da UHE Tijuco Alto, conforme Instrução Normativa nº 65, de 13 de abril de 2005, a qual estabelece, no âmbito do IBAMA, os procedimentos para o licenciamento de Usinas Hidrelétricas.

Em anexo segue cópia do Ofício Circular nº 003/2006 - DILIQ/IBAMA, solicitando posicionamento técnico deste órgão quanto ao referido EIA-RIMA.

Atenciosamente,

Ronaldo Luís Crusco

Coordenador dos Estudos Ambientais da UHE Tijuco Alto

01450.005466/2006-60
02/05/2006
16:40
* 0 0 6 2 0 1 0 *

Ofício nº 045/06/GEPAN/DEPAM/IPHAN

Brasília, 05 de abril de 2006.

Assunto: UHE Tijuco Alto

Referência: Estudos Ambientais - Usina Hidrelétrica Tijuco Alto Estudo de Impacto Ambiental - EIA

Senhor Diretor

Fis.: 925
Proc.: 17264
Rubr.: fls

Em atendimento ao Ofício Circular nº 003/2006-DILIQ/IBAMA, encaminho a análise técnica dos Estudos Ambientais - Usina Hidrelétrica Tijuco Alto Estudo de Impacto Ambiental - EIA. Os trabalhos técnicos referentes à área de arqueologia foram executados sob a coordenação e responsabilidade técnica do arqueólogo Igor Chmyz, que obteve permissão por meio da Portaria IPHAN nº 216/04.

Para o patrimônio arqueológico foram realizadas investigações sistemáticas e oportunistas ao longo da área. Em retrospectiva já 1991 foram levantados 24 sítios em trabalhos desenvolvidos pelo MAE/USP, em 1994/95 foram levantados e resgatados 11 sítios pelo CEPA/UFPR e em 2004 foram encontrados 33 locais com vestígios de ocupação num total de 57 indícios arqueológicos.

Neste sentido, no que toca às questões referentes à proteção e preservação do patrimônio cultural-arqueológico, esta Gerência opina que este empreendimento está apto a receber a Licença Prévia. Ressalto que nenhuma obra de engenharia com revolvimento de solo e subsolo pode ser executada nas áreas que devem ser objeto de prospecção complementar e salvamento arqueológico como indica o diagnóstico.

Cordialmente,

Rogério José Dias
Rogério José Dias
Gerente do Patrimônio Arqueológico e Natural
GEPAN/DEPAM/IPHAN

PROTOCOLO
DILIC/IBAMA
Nº: 5.840
DATA: 08/06/06
RECEBIDO:

Ilmo Senhor
LUIZ FELIPE KUNZ JÚNIOR
Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
SCEN TRECHO 02 - Edifício do IBAMA s/n Bloco "C", 1º andar
CEP 70.818-900 - Brasília/DF

MA136/0861/014/2006

São Paulo, 13 de junho de 2006

CGLIC-IBAMA
Avenida L4, Norte, Bloco C, 1º andar
Brasília, DF
70800-200PROTOCOLO
DILIC/IBAMA

Nº: 6.390

DATA: 19/06/06

RECEBIDO:

Ilmo. Senhor Valter Muchagata
Coordenador Geral do Licenciamento AmbientalRef.: Processo 02001.1172-2004-58, UHE Tijuco Alto
Atendimento ao Ofício nº 753/2005 CGLIC/DILIQ/IBAMA – Campanha Complementar
de Fauna

Senhor Coordenador,

Estamos enviando documento em atendimento às solicitações constantes no Ofício nº 753/2005 CGLIC/DILIQ/IBAMA e conforme acordado em reunião realizada na sede do IBAMA Brasília no dia 24 de janeiro de 2006, referente ao processo de licenciamento da Usina Hidrelétrica Tijuco Alto, localizada no rio Ribeira (SP/PR), municípios de Ribeira (SP) e Adrianópolis (PR).

O documento que está sendo encaminhado no presente momento consta de duas partes: a primeira contém o relatório consolidado da Campanha Complementar de Fauna – período seco - e a segunda parte apresenta esclarecimentos relativos aos Ecossistemas Aquáticos, ou seja, sobre a produção e prática pesqueira, sítios de alimentação, de desova e de reprodução da ictiofauna na Área de Influência Direta da UHE Tijuco Alto.

Estão sendo encaminhadas três vias impressas e uma cópia em meio magnético, em CD-ROM. Aproveitando o ensejo, estamos enviando exemplares do Boletim Informativo nº 5, de maio de 2006.

Atenciosamente,

**Ronaldo Luís Crusco****Coordenador dos Estudos Ambientais da UHE Tijuco Alto**

*J. WENE
10m 19/06*




Fis.:	927
Proc.:	1172/04
Rubr.:	see

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SOROCABA

Rua Ribeirão Preto, 182, Jd. Leocádia – (015) 3238-6500 - CEP 18085-350 – Sorocaba/SP

OFÍCIO/PRM/SOROCABA/ Nº 370/06

Sorocaba, 02 de maio de 2006

Ilustríssimo Senhor
DR. LUIZ FELIPPE KUNZ JÚNIOR
DD. Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental

SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do IBAMA
Brasília / DF
CEP -70.812-900

PROTOCOLO
DILIC/IBAMA
Nº: 5.909
DATA: 09/06/06
RECEBIDO:

Ref.: Representação nº 1.34.012.000268/2003-20

Senhor Diretor,

Para fins de instrução da Representação em epígrafe, e com fundamento no artigo 8º, II, da Lei Complementar nº 75/93, solicito de Vossa Senhoria o seguinte:

a) em complementação às informações fornecidas através do Ofício nº 115/2006-DILIQ/IBAMA, de 22/02/06 (cópia anexa), especificar a área de formação e especialidade dos analistas ambientais que fazem parte da equipe técnica envolvida no licenciamento da UHE Tijuco Alto;

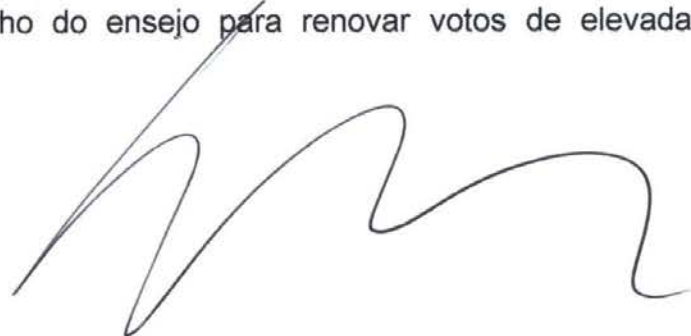
b) a apresentação de todos os pareceres ou análises eventualmente emitidos, referentes ao sobredito empreendimento; e

Fis.: 928
Proc.: 1172/04
Rubr.: De

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

c) que, relativamente ao mesmo empreendimento, o Ministério Público Federal/Sorocaba seja cientificado de todos os atos do processo de licenciamento.

Colho do ensejo para renovar votos de elevada estima e distinta consideração.



VINICIUS MARAJÓ DAL SECCHI
Procurador da República

Fis.: 979
Proc.: 1172/04
Rubr.: fee



MPF
PRM/Sorocaba 134016
2006.000186

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

Ofício nº 115 /2006 - DILIQ/IBAMA

451

Brasília, 22 de fevereiro de 2006.

A Sua Senhoria, o Senhor
Vinicius Marajó Dal Secchi
Procurador da República no Município de Sorocaba-SP
Rua Ribeirão Preto, 182, Jd. Leocádia
18.085-380 - Sorocaba/SP Tel: (15) 3238-6500

Assunto: Ref.: Representação N.º 1.34.012.000268/2003-20/OFÍCIO/PRM/SOROCABA/N.º 28/06

Senhor Procurador,

1. Em atenção ao Ofício em epígrafe, informo que o empreendimento UHE Tijuco Alto está sob a coordenação da Sra. Moara Menta Giasson. Fazem parte da equipe técnica os seguintes analistas ambientais: Alexandre Pollastrini, Adriano Rafael Arrepia de Queiroz, Fabíola Schupcheki Cleto, Gina Luísa Boemer Deberdt, Lílian Maria Menezes Lima, Marcelo Belisário Campos e Vera Lúcia Silva Abreu, além do consultor Marcelo Lima.
2. Esta Diretoria permanece à disposição para prestar os esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,


Luiz Felipe Kunz Júnior
Diretor Licenciamento e Qualidade Ambiental

Recebido em
03/03/06


Fls.: 930
Proc.: 1172/04
Rubr.: fe



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SOROCABA

Rua Ribeirão Preto, 182, Jd. Leocádia – (015) 3238-6500 - CEP 18085-350 – Sorocaba/SP

OFÍCIO/PRM/SOROCABA/ Nº 559 /06

Sorocaba, 30 de maio de 2006

Ilustríssimo Senhor
DR. LUIZ FELIPPE KUNZ JÚNIOR
DD. Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental

SCEN, Trecho 2, Ed. Sede do IBAMA
Brasília / DF
CEP –70.812-900

PROTOCOLO
DILIC/IBAMA
Nº: 5.912
DATA: 09/06 /06
RECEBIDO:

Ref.: Representação nº 1.34.012.000268/2003-20

Senhor Diretor,

Para fins de instrução da Representação em epígrafe, que trata do licenciamento ambiental e de outros aspectos jurídicos relacionados ao projeto de construção da Usina Hidrelétrica Tijuco Alto, pela Companhia Brasileira de Alumínio – CBA, em trecho do Rio Ribeira do Iguape, no Município de Ribeira, SP, dirijo-me a Vossa Senhoria, com fulcro artigo 129, VI, da Constituição Federal, c/c. o artigo 8º, II, da Lei Complementar nº 75/95, a fim de:

a) solicitar cópia do Parecer nº 59/2003, emitido em
✓ → 23/04/2003, que analisa o Inventário de Partição de Quedas da Bacia do Rio Ribeira de Iguape; e

✓ + PT 153/2005 DE 23 DEZ 2005

+ PT 142/2005 DE 7 DEZ 2005

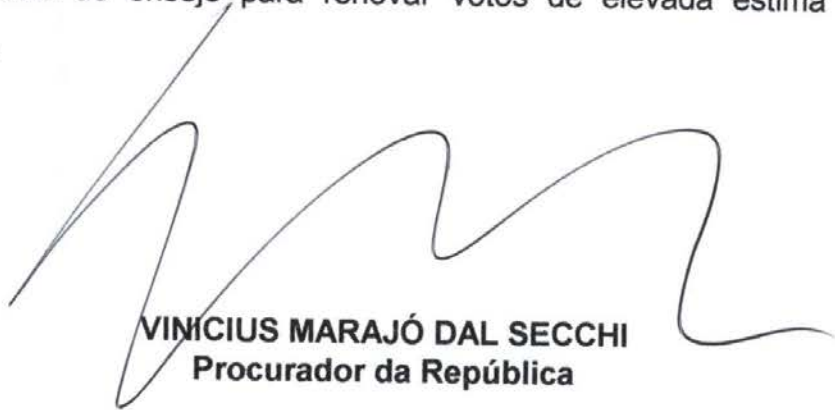
✓ + Relatório vistoria 6 JUN 2006

Fls.: 031
Proc.: 1172/04
Rubr.: 4el

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

b) indagar se o IBAMA recebeu pedido formal para realização de audiência pública visando a participação pública na discussão da elaboração do Termo de Referência dos estudos ambientais da UHE Tijuco Alto. Se disponível, encaminhar cópia do pedido.

Colho do ensejo para renovar votos de elevada estima e distinta consideração.



VINICIUS MARAJÓ DAL SECCHI
Procurador da República

Fls.: 932
Proc.: 1172/04
Rubr.: 100



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

Ofício nº 43 /2006 – CGENE/DILIC/IBAMA

Brasília, 21 de junho de 2006.

A Sua Senhoria, o Senhor
Vinicius Marajó Dal Secchi
Procurador da República no Município de Sorocaba-SP
Rua Ribeirão Preto, 182, Jd. Leocádia
18.085-380 – Sorocaba/SP Tel: (15) 3238-6500

Assunto: Licenciamento ambiental da UHE Tijuco Alto.
Ref.: Representação N.º 1.34.012.000268/2003-20.
Ofícios/PRM/SOROCABA/N.º 370 e 559/06.

Senhor Procurador,

1. Em atenção aos Ofícios em epígrafe, informo que o empreendimento UHE Tijuco Alto está sendo analisado por equipe técnica composta por consultor e analistas ambientais, com atribuições definidas na criação de carreira específica, com formação e pós-graduação nas áreas de conhecimento relacionadas à Geografia, Biologia, Limnologia, Ecologia, Engenharia Florestal, Engenharia Civil, História e Engenharia Sanitarista e Ambiental.
2. O Termo de Referência para elaboração do EIA/RIMA foi emitido em 30 de julho de 2004, após serem ouvidos os órgãos estaduais de meio ambiente de São Paulo e Paraná, além das Gerências Executivas do IBAMA nos dois estados, e após a realização de vistoria técnica ao local do empreendimento no período de 12 a 16 de abril de 2004 visando obter subsídios para a elaboração do mesmo.
3. Audiências para a formulação do TR só são determinadas em casos específicos por iniciativa deste Instituto, sem obrigatoriedade legal de fazê-lo, conforme se depreende da Resolução CONAMA nº 01/1986, Art. 11, § 2º “Ao determinar a execução do estudo de impacto ambiental e apresentação do RIMA, o órgão estadual competente ou o IBAMA (...) promoverá a realização de **audiência pública para informação sobre o projeto e seus impactos ambientais e discussão do RIMA**”.
4. Anexo, seguem cópias de pareceres emitidos no âmbito do processo administrativo nº 02001.001172/2004-58, sendo que o mesmo permanece à disposição para consulta nesta Diretoria.

5. Informo que não há disponibilidade técnica e logística para atender à solicitação de dar ciência à esta Procuradoria sobre todos os atos do processo de licenciamento, o qual pode ser acompanhado pela *Internet*, na página do Ibama/SISLIC, www.ibama.gov.br/licenciamento .

6. Esta Diretoria permanece à disposição para prestar os esclarecimentos necessários.

Fis.:	933
Proc.:	1172/04
Rubr.:	pel

Atenciosamente,



Paula Márcia Salvador de Melo
Coordenadora Geral Infra-Estrutura de Energia Elétrica

FAX TRANSMITIDO EM:
21 / 06 / 06
ÀS 15:52H
RESPONSÁVEL:
Paula Márcia
FAX Nº:



PROTOCOLO
DILIC/IBAMA
Nº: 6.759
DATA: 26/06/06
RECEBIDO:

Fis.:	934
Proc.:	172/04
Rubr.:	see

Ofício N° 060/06-RMA/CG

Brasília-DF, 12 de junho de 2006.

A Sua Excelência a Senhora
MARINA SILVA
MD Ministra de Estado do Meio Ambiente
Brasília - DF

Senhora,

A Rede de ONGs da Mata Atlântica encaminha a moção, em anexo, aprovada em sua última Assembléia Geral, durante a Semana Nacional da Mata Atlântica, em Ilhéus – BA, de 26 a 28 de maio, e para a qual pedimos sua atenção.


Miriam Prochnow
Coordenadora Geral da RMA

CC:

MARCOS BARROS – Presidente do Ibama
LUIZ FELIPE KUNZ - Diretor da Área de Licenciamento Ambiental do IBAMA
ANTONIO FERNANDO BARROS E SILVA DE SOUZA - Procurador Geral da República
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA - Presidente da República
DILMA ROUSSEF – Ministra Chefe da Casa Civil

MOÇÃO

MOÇÃO DE REPÚDIO À CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM TIJUCO ALTO NO RIO RIBEIRA DE IGUAPE (PR e SP)

As Organizações filiadas à Rede de ONGs da Mata Atlântica, em seu X Encontro Nacional, ocorrido de 28 de Maio de 2006, em Ilhéus(BA), tendo em vista o pedido de licenciamento ambiental da Companhia Brasileira de Alumínio – CBA para a referida barragem e hidrelétrica e, considerando que:

- A referida barragem alagará 51,8 QUILOMETROS QUADRADOS, sendo que 53% são de Mata Atlântica, muitas delas em Unidades de Conservação de Proteção Integral;
- A referida barragem alagará terras da agricultura familiar, de quilombos e de pescadores ribeirinhos e, portanto haverá deslocamento forçado de centenas e milhares de famílias;
- A barragem vai alagar algumas cavernas e alterar o regime hídrico de muitas outras;
- A empresa já admitiu publicamente que não mais usará a energia gerada para a produção própria de alumínio, mas que a intenção é de lançar esta energia no mercado para sua própria acumulação de capital;
- O processo de licenciamento desta e de outras três barragens se arrasta a quase 20 anos. O EIA/RIMA apresentado anos atrás pela empresa interessada foi indeferido pelo IBAMA, sendo que o novo EIA/RIMA não apresenta alterações significativas que justifiquem nova apreciação;
- Ao contrário do que a empresa afirma, o nível de empregos fixos será insignificante, pois a contratação de mão-de-obra local é pequena, preferindo a empresa trazer os peões da construção de fora.

Solicitamos que o IBAMA leve em conta os imensos prejuízos sociais e ambientais da região afetada pela barragem e indefira o EIA/RIMA apresentado pela empresa interessada em definitivo, pondo fim as tentativas de barrar o último rio do Estado de São Paulo que ainda pode correr livremente no seu leito natural.

Rede de ONGs da Mata Atlântica – RMA

MA136/0892/017/2006

São Paulo, 23 de junho de 2006

DILIQ-IBAMA
Tel: (61) 316-1595/1596
Av: L4, Norte, Bloco C, 1º. andar
70800-200
Brasília/DFPROTOCOLO
DILIC/IBAMA
Nº: 6.749
DATA: 26/06/06
RECEBIDO:Ilmo. Senhor Luiz Felipe Kunz Jr.
Diretor da DILIQRef.: Processo 02001.1172-2004-58, UHE Tijuco Alto
Entrega de relatórios de atividades

Senhor Diretor,

Dando continuidade aos estudos ambientais da UHE Tijuco Alto, a CNEC vem realizando diversas atividades técnicas no âmbito do projeto, visando aprofundar os estudos elaborados durante a etapa de preparação do EIA, principalmente no que concerne ao detalhamento do Programa de Compensação e Reposição de Perdas dos Proprietários e da População Rural. Este detalhamento foi feito consoante solicitação da comunidade envolvida e, em breve, enviaremos ao IBAMA dois relatórios específicos sobre os temas.

Desta forma, no início do mês de junho foram realizadas dez reuniões nos principais bairros rurais da AID para apresentar e discutir os critérios de reassentamento rural, bem como os valores de mercado de terras e benfeitorias reprodutivas. Também foi realizada uma excursão com pessoas representativas da população afetada a hidrelétricas e a um reassentamento rural decorrente de implantação de uma hidrelétrica (UHE Itá), a fim de que as pessoas pudessem conhecer o que é uma hidrelétrica, como se constrói, como é sua operação, quais são os impactos e as formas de compensação, como é o caso do reassentamento. Neste momento, estamos entregando os dois relatórios que sumarizam as atividades citadas.

Atenciosamente,

**Ronaldo Luís Crusco**
Coordenador dos Estudos Ambientais da UHE Tijuco Alto



Fis.:	937
Proc.:	1172/04
Rubr.:	Deu

DOCUMENTO

Nº Documento : 10100.002281/06

Nº Original : 060/06

Interessado : REDE DE ONGS DA MATA ATLÂNTICA

Data : 27/6/2006

Assunto : ENC. MOÇÃO DE REPÚDIO À CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM TIJUCO ALTO NO RIO RIBEIRA DE IGUAPE (PR E SP).

ANDAMENTO

De : GABIN

Para : DILICX

Data de Andamento: 27/6/2006 08:37:00

Observação: DE ORDEM PARA CONHECIMENTO E PROVIDÊNCIAS.

PROTOCOLO
 DILIC/IBAMA
 Nº: 6.919
 DATA: 28/06/06
 RECEBIDO:

Assinatura da Chefia do(a) GABIN

Inah Sanches Guastaru
 Chefe do Gabinete
 IBAMA

Confirmo o recebimento do documento acima descrito,

Assinatura e Carimbo

À COHIG
 em 29/06/06
 Rosa Terra
 Analista Administrativa
 Matrícula 0340001
 0110



Fls.:	938
Proc.:	1172/04
Rubr.:	de

Ofício N° 060/06-RMA/CG

Brasília-DF, 12 de junho de 2006.

A Sua Excelência a Senhora
MARINA SILVA
MD Ministra de Estado do Meio Ambiente
Brasília - DF

Senhora,

A Rede de ONGs da Mata Atlântica encaminha a moção, em anexo, aprovada em sua última Assembléia Geral, durante a Semana Nacional da Mata Atlântica, em Ilhéus – BA, de 26 a 28 de maio, e para a qual pedimos sua atenção.

Miriam Prochnow
Coordenadora Geral da RMA

CC:

MARCOS BARROS – Presidente do Ibama
LUIZ FELIPE KUNZ - Diretor da Área de Licenciamento Ambiental do IBAMA
ANTONIO FERNANDO BARROS E SILVA DE SOUZA - Procurador Geral da República
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA - Presidente da República
DILMA ROUSSEF – Ministra Chefe da Casa Civil

MMA - IBAMA
Documento
10100.002281/06-20
GABIN
Data: 27/6/06 Praz:

Secretaria Executiva - RMA
SCLN 210 - Bloco C - salas 207/208, Brasília - DF, CEP 70.862-530
Fones: 61. 32 01 7017 / Fax: 61. 33 49 9162
www.rma.org.br

MOÇÃO

MOÇÃO DE REPÚDIO À CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM TIJUCO ALTO NO RIO RIBEIRA DE IGUAPE (PR e SP)

As Organizações filiadas à Rede de ONGs da Mata Atlântica, em seu X Encontro Nacional, ocorrido de 28 de Maio de 2006, em Ilhéus(BA), tendo em vista o pedido de licenciamento ambiental da Companhia Brasileira de Alumínio – CBA para a referida barragem e hidrelétrica e, considerando que:

- A referida barragem alagará 51,8 QUILOMETROS QUADRADOS, sendo que 53% são de Mata Atlântica, muitas delas em Unidades de Conservação de Proteção Integral;
- A referida barragem alagará terras da agricultura familiar, de quilombos e de pescadores ribeirinhos e, portanto haverá deslocamento forçado de centenas e milhares de famílias;
- A barragem vai alagar algumas cavernas e alterar o regime hídrico de muitas outras;
- A empresa já admitiu publicamente que não mais usará a energia gerada para a produção própria de alumínio, mas que a intenção é de lançar esta energia no mercado para sua própria acumulação de capital;
- O processo de licenciamento desta e de outras três barragens se arrasta a quase 20 anos. O EIA/RIMA apresentado anos atrás pela empresa interessada foi indeferido pelo IBAMA, sendo que o novo EIA/RIMA não apresenta alterações significativas que justifiquem nova apreciação;
- Ao contrário do que a empresa afirma, o nível de empregos fixos será insignificante, pois a contratação de mão-de-obra local é pequena, preferindo a empresa trazer os peões da construção de fora.

Solicitamos que o IBAMA leve em conta os imensos prejuízos sociais e ambientais da região afetada pela barragem e indefira o EIA/RIMA apresentado pela empresa interessada em definitivo, pondo fim as tentativas de barrar o último rio do Estado de São Paulo que ainda pode correr livremente no seu leito natural.

Rede de ONGs da Mata Atlântica – RMA



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Fls.:	940
Proc.:	1172/04
Rubr.:	Aex

Ofício CPRN/DAIA/972/06

São Paulo, 22 de junho de 2006

Prezado Senhor,

Reportamo-nos ao Ofício Circular nº 003/2006 – DILIQ/IBAMA datado de 22/02/2006, referente à solicitação de posicionamento técnico deste Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental – DAIA quanto ao Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental - RIMA da Usina Hidrelétrica – UHE Tijuco Alto (Processo SMA 13.608/06), **no prazo de 90 dias** do recebimento dos referidos documentos.

Tais documentos foram protocolizados neste DAIA em 03/04/2006, tendo sido encaminhadas cópias para outros departamentos e instituições desta Secretaria, com a finalidade de subsidiar este Departamento sobre suas respectivas áreas de competência. Também foi encaminhada uma cópia para manifestação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira do Iguape e Litoral Sul.

Ocorre que até o momento não recebemos as referidas manifestações, impossibilitando a elaboração de Parecer Técnico final deste órgão ambiental. Nesse sentido, considerando a relevância do empreendimento que exige a participação dos diversos órgãos consultados, solicitamos a prorrogação do prazo de análise anteriormente concedido.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

PROTOCOLO
DILIC/IBAMA
Nº: 6.997
DATA: 30/06/06
RECEBIDO:

Atenciosamente,

Engº **PEDRO JOSÉ STECH**
Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental - DAIA
Diretor

Ilustríssimo Senhor
LUIZ FELIPPE KUNZ JÚNIOR
Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
BRASÍLIA – DF



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

Fls.:	941
Proc.:	1172/04
Rubr.:	de

OFÍCIO nº 413/2006 - DILIC/IBAMA

Brasília, 11 julho de 2006.

A Sua Senhoria o Senhor,
LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES
Diretor-Presidente do Instituto Ambiental do Paraná - IAP
Rua Engenheiro Rebouças, 1206
CEP 80215-100 - Curitiba - PR Fone: (41) 3213-3700 - Fax: (41) 3333-6161

Assunto: UHE Tijuco Alto.

Senhor Diretor-Presidente

1. O Ibama deve concluir até o início do mês de agosto a análise de mérito do EIA-RIMA da UHE Tijuco Alto, conforme o Art. 6º da Instrução Normativa nº 65, do Ibama, de 13 de abril de 2005.
2. Esta avaliação visa concluir pelo pedido ou não de estudos complementares ao EIA-RIMA do empreendimento. Sendo assim, se for a intenção deste Instituto contribuir com alguma solicitação, será necessário o envio de uma análise preliminar com esse objetivo até o final deste mês.
3. Saliento que a avaliação final quanto à viabilidade ambiental do empreendimento só se dará após o envio pela empresa das eventuais complementações e das audiências públicas, que só serão marcadas quando concluirmos pela suficiência dos estudos apresentados.

Atenciosamente,


Luiz Felipe Kunz Júnior
Diretor de Licenciamento Ambiental

FAX TRANSMITIDO EM:
12 / 07 / 06
AS 08 : 53 H
RESPONSÁVEL:
Patricia
FAX Nº:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

Fls.:	942
Proc.:	1172/04
Rubr.:	lee

OFÍCIO nº 414/2006 - DILIC/IBAMA

Brasília, 11 julho de 2006.

A Sua Senhoria o Senhor,

PEDRO JOSÉ STECH

Diretor do Departamento de avaliação de Impacto Ambiental - DAIA

Av. Professor Frederico Hermann Júnior, 345 - Alto de Pinheiros


CEP 05489-900 - São Paulo - SP Fone: (11) 3030-6178 / Fax: (11) 3030-6177

Assunto: UHE Tijuco Alto.

Senhor Diretor

1. Reportando-me ao Ofício CPRN/DAIA/972/06, protocolado no dia 30 de junho, informo que o Ibama deve concluir até o início do mês de agosto a análise de mérito do EIA-RIMA da UHE Tijuco Alto, conforme o Art. 6º da Instrução Normativa nº 65, do Ibama, de 13 de abril de 2005.
2. Esta avaliação visa concluir pelo pedido ou não de estudos complementares ao EIA-RIMA do empreendimento. Sendo assim, se for a intenção desta Diretoria contribuir com alguma solicitação, será necessário o envio de uma análise preliminar com esse objetivo até o final deste mês.
3. Saliento que a avaliação final quanto à viabilidade ambiental do empreendimento só se dará após o envio pela empresa das eventuais complementações e das audiências públicas, que só serão marcadas quando concluirmos pela suficiência dos estudos apresentados.

Atenciosamente,


Luiz Felipe Kunz Júnior
Diretor de Licenciamento Ambiental

FAX TRANSMITIDO EM:
12 / 07 / 06
ÀS 08 : 54 H
RESPONSÁVEL:
Patricia
FAX Nº:



DOCUMENTO

Fis.:	943
Proc.:	1172/04
Rubr.:	fec

Nº Documento : 10100.002550/06

Nº Original : 60/06

Interessado : REDE DE ONGS DA MATA ATLÂNTICA

Data : 12/7/2006

Assunto : ENC. MOÇÃO DE REPÚDIO À CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM TIJUCO ALTO NO RIO RIBEIRA DE IGUAPE. PROT. 14967/06.

ANDAMENTO

De : GABIN

Para : DILIQ

Data de Andamento: 12/7/2006 11:17:00

Observação: DE ORDME PARA MENIFESTAÇÃO.

Assinatura da Chefia do(a) GABIN

Inah S. S. Gomes
Chefe do Gabinete
IBAMA

Confirmo o recebimento do documento acima descrito,

Assinatura e Carimbo

PROTOCOLO
DILIC/IBAMA
Nº: 7.531
DATA: 12 J/ 2006/06
RECEBIDO:

Souza



Ministério do Meio Ambiente
Gabinete da Ministra
Coordenação-Geral de Apoio Administrativo
Protocolo Geral Nº 00000.014967/2006-00

Fls.: 944
 Proc.: 1172/04
 Rubr.: Aes

Data do Protocolo: 16/06/2006 **Hora do Protocolo:** 10:43:07
Nº do Documento: 060 **Data do Documento:** 12/06/2006
Tipo do Documento: OFICIO

Procedência: [REDE DE ONGS DA MATA ATLÂNTICA] [BRASIL] [DF] [Brasília]
Endereço: BLOCO CLN 210 BLOCO C SALAS 207/208, ASA NORTE, BRASÍLIA, DF, BRASIL, CEP: 70862-530

Signatário/Cargo: MIRIAM PROCHNOW - Coordenadora Geral da RMA

Resumo: Encaminha a Moção de repúdio à construção da barragem Tijuco Alto no Rio Ribeira de Iguape (PR e SP), em que solicita que o IBAMA indefira o EIA/RIMA, considerando os prejuízos sociais e ambientais da região afetada pela barragem..

Cadastramento: [Ministério do Meio Ambiente] [Coordenação-Geral de Apoio Administrativo] [Gláucia Cabral Carneiro]

REGISTRE A TRAMITAÇÃO. - TRAMITE O DOCUMENTO ORIGINAL - RACIONALIZE: EVITE TIRAR CÓPIAS.

Data da Tramitação: 16/06/2006 **Hora da Tramitação:** 10:51:10

Destino: [Chefia de Gabinete da Ministra]

Despacho:
Cadastramento: [Ministério do Meio Ambiente] [Coordenação-Geral de Apoio Administrativo] [Gláucia Cabral Carneiro]

REGISTRAR OS DOCUMENTOS ANEXADOS NAS TRAMITAÇÕES

DOCUMENTOS APENSADOS

<p>1º</p> <p>Ao IBAMA</p> <p>Para análise e manifestação.</p> <p align="right"> Bárbara Margarida Neto Chefe de Gabinete </p>	<p>2º</p>
--	-----------

<p>3º</p>	<p>4º</p>
-----------	-----------

<p>5º</p>	<p>6º</p> <p align="right"> MMA - IBAMA Documento 10100.002550/06-30 GABIN Data: 12/07/06 Prazo: </p>
-----------	---



Ofício N° 060/06-RMA/CG

MMA: Protocolo GABIN
 N° 014967/2006
 Data: 16/06/2006
 Rubrica


Fis.:	945
Proc.:	1172/04
Rubr.:	Ace

Brasília-DF, 12 de junho de 2006.

A Sua Excelência a Senhora
MARINA SILVA
 MD Ministra de Estado do Meio Ambiente
 Brasília - DF

Senhora,

A Rede de ONGs da Mata Atlântica encaminha a moção, em anexo, aprovada em sua última Assembléia Geral, durante a Semana Nacional da Mata Atlântica, em Ilhéus - BA, de 26 a 28 de maio, e para a qual pedimos sua atenção.


Miriam Prochnow
 Coordenadora Geral da RMA

CC:

MARCOS BARROS - Presidente do Ibama
LUIZ FELIPE KUNZ - Diretor da Área de Licenciamento Ambiental do IBAMA
ANTONIO FERNANDO BARROS E SILVA DE SOUZA - Procurador Geral da República
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA - Presidente da República
DILMA ROUSSEF - Ministra Chefe da Casa Civil

MOÇÃO

MOÇÃO DE REPÚDIO À CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM TIJUCO ALTO NO RIO RIBEIRA DE IGUAPE (PR e SP)

As Organizações filiadas à Rede de ONGs da Mata Atlântica, em seu X Encontro Nacional, ocorrido de 28 de Maio de 2006, em Ilhéus(BA), tendo em vista o pedido de licenciamento ambiental da Companhia Brasileira de Alumínio – CBA para a referida barragem e hidrelétrica e, considerando que:

- A referida barragem alagará 51,8 QUILOMETROS QUADRADOS, sendo que 53% são de Mata Atlântica, muitas delas em Unidades de Conservação de Proteção Integral;
- A referida barragem alagará terras da agricultura familiar, de quilombos e de pescadores ribeirinhos e, portanto haverá deslocamento forçado de centenas e milhares de famílias;
- A barragem vai alagar algumas cavernas e alterar o regime hídrico de muitas outras;
- A empresa já admitiu publicamente que não mais usará a energia gerada para a produção própria de alumínio, mas que a intenção é de lançar esta energia no mercado para sua própria acumulação de capital;
- O processo de licenciamento desta e de outras três barragens se arrasta a quase 20 anos. O EIA/RIMA apresentado anos atrás pela empresa interessada foi indeferido pelo IBAMA, sendo que o novo EIA/RIMA não apresenta alterações significativas que justifiquem nova apreciação;
- Ao contrário do que a empresa afirma, o nível de empregos fixos será insignificante, pois a contratação de mão-de-obra local é pequena, preferindo a empresa trazer os peões da construção de fora.

Solicitamos que o IBAMA leve em conta os imensos prejuízos sociais e ambientais da região afetada pela barragem e indefira o EIA/RIMA apresentado pela empresa interessada em definitivo, pondo fim as tentativas de barrar o último rio do Estado de São Paulo que ainda pode correr livremente no seu leito natural.

Rede de ONGs da Mata Atlântica – RMA



Fls.:	947
Proc.:	1172/04
Rubr.:	no

DOCUMENTO

Nº Documento : 10100.002595/06

Nº Original : S/N

Interessado : DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA

Data : 13/7/2006

Assunto : ENC. OF Nº 060/06 - RMA/CG, QUE ENCAMINHA MOÇÃO DE REPÚDIO À CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM TIJUCO ALTO NO RIO RIBEIRA DE IGUAPE.

ANDAMENTO

De : GABIN

Para : DILIC1

Data de Andamento: 13/7/2006 15:03:00

Observação: DE ORDEM PARA AS PROVIDÊNCIAS PERTINENTES.

PROTOCOLO

DILIC/IBAMA

Nº: 7.683

DATA: 14/07/06

RECEBIDO:

Assinatura da Chefe do(a) GABIN

Inah Simonetti Guatara

Chefe do(a) GABIN
IBAMA

Confirmo o recebimento do documento acima descrito,

Assinatura e Carimbo

À cõttid
Para manifestar
em 17/07/06
Rok Terra
Rosemary Terra
Analista Administrativo
Matricula 0398623
DILIC/IBAMA



Fls.: 948	INFOAP
Proc.: 1172/07	
Rubr.: 489	

DADOS GERAIS DO REGISTRO

Código do Registro: 06.LL.041671.C/01-8
Data de Emissão: 12/06/2006
Espécie: OFÍCIO
Quantidade de E-mail's: 0
Quantidade de Correspondências: 7

Protocolo: 27/06/2006 - cida
Leitura: 27/06/2006 - Marceloc
DIG

DADOS BÁSICOS DO AGENTE

Agente: MIRIAM PROCHNOW
Cargo/ Função: Coordenador Geral
Instituição: Mata Atlantica Terceiro Milênio - Desmatamento Zero
Endereço: SCLN 210 - Bloco C - Sala 207/208
CEP: 70.862-630
Cidade: BRASÍLIA
Tel.: (0XX61) 349-9162
E-mail: rma.bsb@uol.com.br

UF: DF

País: BRASIL

Sexo: SEM CARACTERIZAÇÃO
Categoria: ENTIDADE REPRESENTATIVA

Faixa Etária: SEM CARACTERIZAÇÃO
Status: VÁLIDO

DADOS GERAIS DO DOCUMENTO

Tabulação Estatística:
1 CRITICA / MEIO AMBIENTE / RECURSO HIDRICO

Resumo/Descrição:
Encaminha moção de repúdio à construção da Barragem Tijuco Alto no rio Ribeira de Iguape, na divisa dos estados de Paraná e São Paulo.

PROVIDÊNCIAS
RESPOSTA

Tipo de Formulário: CARTA
Data: 27/06/2006
Texto da Resposta N° 1: Prezado(a) Senhor(a),*O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva encarregou-nos de confirmar o recebimento do Ofício nº 60/06 - RMA/CG, de 12/06/2006 e de informar sobre o encaminhamento aos setores competentes para análise e eventuais providências.*Atenciosamente,

ENCAMINHAMENTO

Órgão de Destino: Ministério de Minas e Energia
Órgão de Destino: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Fls.:	949
Proc.:	1172/04
Rubr.:	42


Ofício N° 060/06-RMA/CG

Brasília-DF, 12 de junho de 2006.

A Sua Excelência a Senhora
MARINA SILVA
MD Ministra de Estado do Meio Ambiente
Brasília - DF

Senhora,

A Rede de ONGs da Mata Atlântica encaminha a moção, em anexo, aprovada em sua última Assembléia Geral, durante a Semana Nacional da Mata Atlântica, em Ilhéus – BA, de 26 a 28 de maio, e para a qual pedimos sua atenção.



Miriam Prochnow
Coordenadora Geral da RMA

CC:

MARCOS BARROS – Presidente do Ibama

LUIZ FELIPE KUNZ - Diretor da Área de Licenciamento Ambiental do IBAMA

ANTONIO FERNANDO BARROS E SILVA DE SOUZA - Procurador Geral da República

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA - Presidente da República

DILMA ROUSSEF – Ministra Chefe da Casa Civil

MOÇÃO

MOÇÃO DE REPÚDIO À CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM TIJUCO ALTO NO RIO RIBEIRA DE IGUAPE (PR e SP)

As Organizações filiadas à Rede de ONGs da Mata Atlântica, em seu X Encontro Nacional, ocorrido de 28 de Maio de 2006, em Ilhéus(BA), tendo em vista o pedido de licenciamento ambiental da Companhia Brasileira de Alumínio – CBA para a referida barragem e hidrelétrica e, considerando que:

- A referida barragem alagará 51,8 QUILOMETROS QUADRADOS, sendo que 53% são de Mata Atlântica, muitas delas em Unidades de Conservação de Proteção Integral;
- A referida barragem alagará terras da agricultura familiar, de quilombos e de pescadores ribeirinhos e, portanto haverá deslocamento forçado de centenas e milhares de famílias;
- A barragem vai alagar algumas cavernas e alterar o regime hídrico de muitas outras;
- A empresa já admitiu publicamente que não mais usará a energia gerada para a produção própria de alumínio, mas que a intenção é de lançar esta energia no mercado para sua própria acumulação de capital;
- O processo de licenciamento desta e de outras três barragens se arrasta a quase 20 anos. O EIA/RIMA apresentado anos atrás pela empresa interessada foi indeferido pelo IBAMA, sendo que o novo EIA/RIMA não apresenta alterações significativas que justifiquem nova apreciação;
- Ao contrário do que a empresa afirma, o nível de empregos fixos será insignificante, pois a contratação de mão-de-obra local é pequena, preferindo a empresa trazer os peões da construção de fora.

Solicitamos que o IBAMA leve em conta os imensos prejuízos sociais e ambientais da região afetada pela barragem e indefira o EIA/RIMA apresentado pela empresa interessada em definitivo, pondo fim as tentativas de barrar o último rio do Estado de São Paulo que ainda pode correr livremente no seu leito natural.

Rede de ONGs da Mata Atlântica – RMA



Fls.:	951
Proc.:	1132104
Rubr.:	40

DADOS GERAIS DO REGISTRO

Código do Registro: 05.LL.040812.C/01-1
Data de Emissão: 22/06/2005
Espécie: CARTA
Quantidade de E-mail's: 0
Quantidade de Correspondências: 8

Protocolo: 27/06/2005 - cida
Leitura: 28/06/2005 - Marceloc

DADOS BÁSICOS DO AGENTE

Agente: MIRIAM PROCHNOW
Cargo/ Função: Coordenador Geral
Instituição: Mata Atlântica Terceiro Milênio - Desmatamento Zero
Endereço: SCLN 210 - Bloco C - Sala 207/208
CEP: 70.862-630
Cidade: BRASÍLIA
Tel.: (0XX61) 349-9162

UF: DF

País: BRASIL

E-mail: rma.bsb@uol.com.br

Sexo: SEM CARACTERIZAÇÃO

Faixa Etária: SEM CARACTERIZAÇÃO

Categoria: ENTIDADE REPRESENTATIVA

Status: VÁLIDO

DADOS GERAIS DO DOCUMENTO

Tabulação Estatística:

- 1 CRITICA / DEFESA / ARMAMENTO
- 2 CRITICA / MEIO AMBIENTE / DEGRADACAO AMBIENTAL
- 3 CRITICA / MEIO AMBIENTE / RECURSO HIDRICO
- 4 CRITICA / MINAS E ENERGIA / HIDRELETRICA

Resumo/Descrição:

Encaminha moção de repúdio à construção da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto, no rio Ribeira; moção de repúdio ao desmatamento da Amazônia; moção de repúdio à transposição do Rio São Francisco e moção de repúdio à prática bélica no arquipélago de Alcatrazes, aprovados em Assembléia Geral realizada durante a Semana Nacional da Mata Atlântica, em Campos do Jordão/SP.

PROVIDÊNCIAS

RESPOSTA

Tipo de Formulário: CARTA

Data: 04/07/2005

Texto da Resposta Nº 1: O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva encarregou-nos de confirmar o recebimento de suas cartas de informar sobre o encaminhamento ao setor competente para análise e eventuais providências .

O Presidente pede-lhe ainda para acompanhar as realizações do Governo pelo boletim eletrônico 'Em questão', no endereço <http://www.brasil.gov.br/emquestao/> .

ENCAMINHAMENTO

Órgão de Destino: Ministério do Meio Ambiente

Data: 04/07/2005

Expediente de Encaminhamento: Ofício COR/GP/PR: 1082/2005

Observação: 05.LL.040816.C/01-3



DADOS GERAIS DO REGISTRO

Código do Registro: 05.LL.036665.C/01-8
Data de Emissão: 08/06/2005
Espécie: CARTA
Quantidade de E-mail's: 0
Quantidade de Correspondências: 8

Protocolo: 08/06/2005 - cida
Leitura: 09/06/2005 - josenilton

DADOS BÁSICOS DO AGENTE

Agente: MIRIAM PROCHNOW
Cargo/ Função: Coordenador Geral
Instituição: Mata Atlântica Terceiro Milênio - Desmatamento Zero
Endereço: SCLN 210 - Bloco C - Sala 207/208
CEP: 70.862-630
Cidade: BRASÍLIA
Tel.: (0XX61) 349-9162

UF: DF

País: BRASIL

E-mail: rma.bsb@uol.com.br

Sexo: SEM CARACTERIZAÇÃO

Faixa Etária: SEM CARACTERIZAÇÃO

Categoria: ENTIDADE REPRESENTATIVA

Status: VÁLIDO

DADOS GERAIS DO DOCUMENTO

Tabulação Estatística:

- 1 CRITICA / MINAS E ENERGIA / USINA
- 2 SUGERE / MEIO AMBIENTE / ECOLOGIA

Resumo/Descrição:

Encaminha Moção de Repúdio contra a construção da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto no rio Ribeira, situado entre os estados do Paraná e São Paulo. Encaminha reivindicações e propostas relacionadas a questões ambientais para análise e providências do Governo.

PROVIDÊNCIAS

RESPOSTA

Tipo de Formulário: CARTA

Data: 15/06/2005

Texto da Resposta Nº 1: O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva encarregou-nos de confirmar o recebimento de sua carta de 08/06/2005 e do Ofício nº 045/05-RMA/CG e de informar sobre o encaminhamento ao Ministério do Meio Ambiente para análise e eventuais providências.

O Presidente pede-lhe ainda para acompanhar as realizações do Governo pelo boletim eletrônico 'Em questão', no endereço <http://www.brasil.gov.br/emquestao/>.

ENCAMINHAMENTO

Órgão de Destino: Ministério do Meio Ambiente

Data: 15/06/2005

Expediente de Encaminhamento: Ofício COR/GP/PR: 923/2005

Observação: NUP: 00001.006304/2005-93.



Fis.:	953
Proc.:	1172/04
Rubr.:	4e

DADOS GERAIS DO REGISTRO

Código do Registro: 05.LL.017162.C/01-2
Data de Emissão: 14/03/2005
Espécie: OFÍCIO
Quantidade de E-mail's: 0
Quantidade de Correspondências: 8

Protocolo: 15/03/2005 - cida
Leitura: 16/03/2005 - Delma

DADOS BÁSICOS DO AGENTE

Agente: MIRIAM PROCHNOW
Cargo/ Função: Coordenador Geral
Instituição: Mata Atlântica Terceiro Milênio - Desmatamento Zero
Endereço: SCLN 210 - Bloco C - Sala 207/208
CEP: 70.862-630
Cidade: BRASÍLIA
UF: DF
Tel.: (0XX61) 349-9162

País: BRASIL

E-mail: rma.bsb@uol.com.br

Sexo: SEM CARACTERIZAÇÃO

Faixa Etária: SEM CARACTERIZAÇÃO

Categoria: ENTIDADE REPRESENTATIVA

Status: VÁLIDO

DADOS GERAIS DO DOCUMENTO

Tabulação Estatística:

- 1 SUGERE / MEIO AMBIENTE / BARRAGEM
- 2 SUGERE / MEIO AMBIENTE / ORGAO PUBLICO

Resumo/Descrição:

Sugere revisão do Termo de Compromisso assinado entre os Ministérios do Meio Ambiente, Minas e Energia, Ministério Público Federal, AGU e BAESA, referente à construção da Hidrelétrica de Barra Grande, na divisa de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul. Sugere a participação de ONG's nos seminários organizados pelo governo e empresas, para tratar do tema.

PROVIDÊNCIAS

RESPOSTA

Tipo de Formulário: CARTA

Data: 06/04/2005

Texto da Resposta Nº 1: O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva encarregou-nos de confirmar o recebimento do Ofício nº 011/05-RMA/CG de 14/03/2005 e de informar sobre o encaminhamento de suas sugestões ao Ministério do Meio Ambiente para análise e eventuais providências. O Presidente pede-lhe ainda para acompanhar as realizações do Governo pelo boletim eletrônico 'Em questão', no endereço <http://www.brasil.gov.br/emquestao/>.

ENCAMINHAMENTO

Órgão de Destino: Ministério do Meio Ambiente

Data: 06/04/2005

Expediente de Encaminhamento: Ofício COR/GP/PR: 514/2005



Fls.:	954
Proc.:	1172/04
Rubr.:	Ale

DADOS GERAIS DO REGISTRO

Código do Registro: 03.LL.060149.C/01-3
Data de Emissão: 04/10/2003
Espécie: CARTA
Quantidade de E-mail's: 0
Quantidade de Correspondências: 8

Protocolo: 07/10/2003 - cida
Leitura: 07/10/2003 - cida

DADOS BÁSICOS DO AGENTE

Agente: MIRIAM PROCHNOW
Cargo/ Função: Coordenador Geral
Instituição: Mata Atlantica Terceiro Milênio - Desmatamento Zero
Endereço: SCLN 210 - Bloco C - Sala 207/208
CEP: 70.862-630
Cidade: BRASÍLIA
Tel.: (0XX61) 349-9162
E-mail: rma.bsb@uol.com.br

UF: DF

País: BRASIL

Sexo: SEM CARACTERIZAÇÃO
Categoria: ENTIDADE REPRESENTATIVA

Faixa Etária: SEM CARACTERIZAÇÃO

Status: VÁLIDO

DADOS GERAIS DO DOCUMENTO

Tabulação Estatística:

1 SUGERE / MEIO AMBIENTE / RESERVA ECOLOGICA

Resumo/Descrição:

Solicita adoção de medidas urgentes para retirar invasores do Parque Nacional do Iguaçu (empenhados na reabertura da Estrada do Colono), de forma a restaurar a integridade daquele espaço que é declarado Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO.

PROVIDÊNCIAS

RESPOSTA

Tipo de Formulário: CARTA

Data: 15/10/2003

Texto da Resposta Nº 1: Prezada Senhora, Incumbiu-me o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de confirmar o recebimento de sua carta de 04/10/2003 e de informar do encaminhamento ao setor competente para análise e providências cabíveis. Atenciosamente,

ENCAMINHAMENTO

Órgão de Destino: Ministério do Meio Ambiente

Data: 15/10/2003

Expediente de Encaminhamento: Ofício COR/GP/PR: 1321/2003

Observação: ATENDIDO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

PARECER TÉCNICO Nº 20/2006 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Brasília, 24 de julho de 2006.

A: Coordenadora de Energia Hidrelétrica e Transposições
Moara Menta Giasson

Do Consultor PNUD: Marcelo Gonçalves de Lima

Assunto: Análise do mérito do EIA do AHE Tijuco Alto, relativo ao componente de fauna terrestre.

Processo nº: 02001.001172/2004-58

1 – INTRODUÇÃO

Este parecer técnico tem como objetivo analisar o mérito do EIA do AHE de Tijuco Alto, assim como da adequação dos estudos de fauna conforme solicitados pelo Ofício nº 753/2005-CGLIC/DILIQ/IBAMA e pelo parecer nº 153/2005-COLIC/CGLIC/DILIQ/IBAMA.

Neste sentido, foi solicitado a CBA/CNEC uma segunda campanha de campo para completar os estudos de fauna de forma cobrir um ciclo hidrológico completo. Sendo assim a primeira campanha foi realizada em novembro de 2004, na época chuvosa, e a segunda em abril de 2006, na época seca.

2 – DESCRIÇÃO DAS CAMPANHAS DE LEVANTAMENTO DA FAUNA NA REGIÃO DO EMPREENDIMENTO DE TIJUCO ALTO

MAMÍFEROS

Para fazer o censo de mamíferos foram usadas armadilhas do tipo "live trap" Sherman e Tomahawk, redes de neblina, armadilhas de queda e censos visuais onde se procurou encontrar registros de animais através de pegadas e fezes. Foram realizadas, na primeira fase, entrevistas com os funcionários.

A primeira fase foi realizada entre os dias 26 de novembro e 4 de dezembro de 2004. Foram utilizadas 216 armadilhas de queda (*pit fall*); 6 armadilhas Tomahawk e 181 armadilhas Sherman, sendo estas iscadas com de forma variada com banana, laranja, mortadela, bacon, sardinha, fubá e pasta de amendoim. O esforço de captura com armadilhas foi de 1611 armadilhas noite, variando, entretanto, a amostragem nos pontos.

O esforço de captura de morcegos com rede de neblina foi aproximadamente de 1500 m².h, com variação no número de redes abertas a cada noite.

A segunda fase de campo para o levantamento de mamíferos foi realizado entre 14 e 22 de abril, de 2006. Para os pequenos mamíferos terrestres foram usadas armadilhas de queda com o esforço de 168 armadilhas.noite. Foram usadas armadilhas Tomahawk (n=70) e armadilhas Sherman (n=140) que foram iscadas com mortadela e fubá e totalizaram um esforço amostral de 1380 armadilhas noite. Foram utilizadas cinco redes de neblina que ficaram abertas entre quatro e seis horas após o crepúsculo, com um esforço de captura aproximado de 3150 m².h.

Resultados

Houve um maior número de capturas e uma maior riqueza de espécies na primeira campanha na época chuvosa: 126 indivíduos e 14 espécies na primeira campanha e 41 indivíduos e 8 espécies na segunda. No total, incluindo todos os tipos de informações (visualização, captura, pegadas, entrevista, bibliografia, registro no Museu de História Natural Capão de Imbuia) foram registradas 47 espécies na primeira campanha e 14 na segunda, totalizando 48 espécies. Na segunda campanha foi registrado pela primeira vez, inclusive para a área, o pequeno mamífero *Gracilianus agilis*, uma cuíca, e para a Área de Influência Direta, o morcego *Pygoderma bilabiatum*.

Segundo o Livro Vermelho da Fauna Ameaçada do Estado do Paraná, 15 espécies registradas para a AII e AID estão em alguma categoria de ameaça, e 6 não possuem informações suficientes para ser afirma-se algo a respeito. Isto representa 36% da lista de espécies presentes no livro citado, ou 37,4% das espécies registradas no estudo.

AVES

A primeira campanha de campo, de doze dias, foi realizada entre os dias 23 de novembro e 4 de dezembro de 2004, somando aproximadamente 144 horas de esforço amostral, que consistiu de observações diretas, identificação através de gravações.

A segunda campanha de campo para o levantamento de aves foi realizada entre os dias 14 e 22 de abril de 2006 totalizando 96 horas de observações diretas sendo usado gravações dos cantos para auxiliar na identificação. Foram usados os mesmos pontos de coleta da primeira campanha.

Resultados

Na primeira campanha foram registradas 162 espécies e na segunda 171. Entretanto, existe uma discrepância entre o número de registros de aves relacionadas para a primeira campanha e o que foi apresentado no Volume III do EIA que indica o registro de 176 espécies. No total, para a área da AID, foram observadas 229 espécies o que representa cerca de 67% das aves registradas para o Vale do Ribeira; 35% de toda avifauna paranaense; 29% das aves do Estado de São Paulo e cerca de 13% das aves do Brasil. A segunda campanha aumentou em 51% o número de espécies observadas em relação à campanha de 1991 (n=129), e, em 17%, em relação à primeira campanha (n=162). A curva do coletor com os registros das três campanhas não estabilizou e existem ainda mais 112 registros obtidos através de dados secundários, o que aumentaria para 341 espécies a lista de aves para a região. O aumento do número de espécies, de acordo com o estudo, não é devido à presença de animais migradores (apenas *Tringa solitaria*, o maçarico-solitário, foi registrado como espécie migradora do hemisfério norte), mas ao aumento do esforço amostral.

2

O estudo observou 99 espécies de interesse conservacionista, presentes em uma ou mais listas de animais ameaçados (do Paraná, São Paulo, IBAMA, IUCN e Birdlife) e no CITES também. Entre os mais ameaçados estão: *Aburria jacutinga*, *Amazona vinacea*, *Biatas nigropectus*, *Crypturellus noctivagus*, *Nyctiphynus ocellatus*, *Phylloscartes sylviolus*, *Sporophila angolensis*, *Sporophila frontalis*, *Tangara peruviana*, *Tinamus solitarius*, *Triclaria malachitacea*.

ANFÍBIOS

Apesar de não constar no EIA, acredita-se que a primeira campanha de levantamento de anfíbios foi realizada junto com a de répteis, entre os dias 24 de novembro e 3 de dezembro, de 2004. Como métodos de captura, foram utilizados armadilhas de queda e a busca ativa. Foram amostrados dez pontos com uma armadilha de queda por ponto, composta de 4 baldes de 20 litros distribuídos equidistantemente em linhas de 20 metros. Para a busca ativa foi utilizada uma lanterna além da gravação da vocalização. A segunda campanha de campo foi realizada entre os dias 14 e 22 de abril de 2006 e contou com duas pessoas. Foram utilizadas armadilhas de queda nos mesmo dez pontos utilizados na primeira campanha, sendo que em cada ponto foram usados quatro baldes distribuídos de forma equidistante, totalizando quarenta baldes. Além das armadilhas foi feito a busca ativa.

Resultados

Na primeira campanha foram identificados um total de 23 espécies, sendo oito registradas em armadilhas de queda e 21 através da busca ativa. Não são informados quantos indivíduos de cada espécie foram coletados nas armadilhas de queda. Seis espécies foram consideradas como novos registros para a região: *Hyla wernerii*, *Phyllomedusa distincta*, *Phrynohyas mesophaea*, *Sphaeorrhynchus surdus*, *Scinax hayi* e *Crossodactylus caramaschi*.

Na segunda campanha foram capturados 10 indivíduos de 7 espécies, sendo nenhum registro novo para a área. Duas espécies foram capturadas em armadilhas de queda, e mais seis foram registradas durante a busca ativa. Também não é informado quantos indivíduos foram coletados em cada armadilha. Quatro espécies foram consideradas relevantes para a conservação por serem bioindicadoras: *Proceratophrys boiei*, *Eleutherodactylus binotatus*, *Crossodactylus caramaschi* e *Hyalinobatrachium uranoscopum*. É chamada a atenção da presença de *C. caramaschi* por ser indicadora de ambientes com excelente qualidade de cobertura vegetal, umidade, e água limpa e oxigenada. Outras espécies que apresentam distribuição restrita a ambientes florestais são: *Hyalinobatrachium uranoscopum*, *Bufo ornatus*, *Proceratophrys boiei* e *Physalaemus olfersi*.

RÉPTEIS

A primeira campanha foi realizada entre os dias 24 de novembro e 3 de dezembro de 2004, sendo utilizados busca ativa a pé, armadilhas de queda, procura visual por estradas usando um veículo, colaboração de terceiros, evidências indiretas e acompanhamentos das atividades dos trabalhadores rurais, além de encontros casuais. Foram colocadas armadilhas de queda em dez pontos, sendo que cada ponto de coleta era composto de 4 baldes de 42 litros separados de forma equidistante. A lista de espécies também foi complementada por levantamentos nas coleções herpetológicas do Instituto Butantan, Museu de História Natural Capão da Imbuia, e do Museu de Zoologia da USP.

O segundo trabalho de campo foi realizado no mesmo período que os demais, entre os dias 14 e 22 de abril de 2006 usando os mesmos métodos que na campanha na época chuvosa. A procura limitada por tempo foi feita através de deslocamentos a pé à noite ao longo do rio das Onças - PR, do córrego Calixto - PR e em porções reflorestadas de Ribeira - SP. As armadilhas de queda foram dispostas de forma equidistantes, em número de quatro por linha de 45 metros, e com cercas para interceptação dos indivíduos (*drift fences*). Foi feito também a procura visual com o uso de um veículo por estradas. Além disto, foram usados: registros de terceiros, funcionários da CBA; evidências indiretas; acompanhamento das atividades de trabalhadores rurais; e encontros ocasionais.

Resultados

Na primeira campanha foram encontrados 83 indivíduos de 22 espécies, 20 gêneros e 9 famílias. Já na segunda campanha o sucesso foi menor sendo encontrados 16 indivíduos de 9 espécies, 9 gêneros e 4 famílias. No geral, foi notada a presença de algumas espécies estonoicas, ou seja, que são indicadoras da boa qualidade da área: as serpentes *Chironius laevicolis*, *Clelia plumbea*, *Imantodes cenchoa*, *Sordellina punctata* e *Uromacelina ricardinii* e o lagarto *Colobodactylus taunayi*. Por outro lado foram registradas algumas espécies com grande plasticidade ambiental, espécies sinantrópicas que podem indicar a alteração do ambiente: as serpentes *Crotalus durissus*, *Liophis miliaris* e *Philodryas olfersii* e os lagartos *Hemidactylus mabouia* e *Tupinambis merianae*. Foram ainda encontradas espécies endêmicas à Mata Atlântica: *Corallus cropanii*, *Colobodactylus taunayi*, *Placosma glabellum* e *P. cordylinum*.

No total então foram encontrados 99 indivíduos (o texto cita 100, diferente da tabela) de 22 espécies, 20 gêneros e 9 famílias. Foram encontradas nas coleções do Instituto Butantan, do Museu de História Natural Capão da Imbuia e do Museu de Zoologia da USP mais dez espécies com registro na AID do AHE, ficando a lista final com 32 espécies, 25 serpentes, 5 lagartos, 1 anfisbenídeo e 1 crocodiliano.

3 – CONCLUSÃO

Com a entrega das complementações solicitadas no que diz respeito à segunda campanha de campo e revisão da bibliografia citada, o EIA para o AHE Tijuco Alto está de acordo com o Termo de Referência para o mesmo, no que diz respeito à parte de fauna terrestre. O segundo levantamento de fauna fechou, desta forma, o período relativo ao ciclo hidrológico da região, aumentando, inclusive, o número de espécies presentes na Área de Influência Direta. No geral, foram encontradas várias espécies de interesse para a conservação nas áreas mais preservadas ou em regeneração.

A única crítica aos estudos está na parte de formatação das tabelas e na exposição das informações no texto, que às vezes não está clara. Em especial no aspecto relacionado ao número de espécies onde foi necessário recorrer às tabelas para conferir dados do texto. Considero, entretanto, que o estudo possui as informações requeridas para a análise da viabilidade do empreendimento.

Dr. Marcelo Gonçalves de Lima
Dr. Marcelo Gonçalves de Lima
Consultor PNUD

DE ACORDO,

2A.06.06

Moara Menta Giasson
Moara Menta Giasson
Coordenadora de Energia Hidrelétrica
e Transposições



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
GERÊNCIA EXECUTIVA NO ESTADO DO PARANÁ

Fis.:	959
Proc.:	1172/04
Rubr.:	pe

Memo nº 56/06 – NLA/SUPES/IBAMA/PR
Curitiba, 11 de agosto de 2006

PROTOCOLO
DILIC/IBAMA

Nº: 9.156

DATA: 16/08/06

RECEBIDO:

Senhor Coordenador,

Anexo a este, segue o ofício nº 5915/2006 – 4º CA?PR de 03/08/06, protocolado no IBAMA/Curitiba sob documento nº 02017.003603/06-44 em 09/08/06, onde o Procurador da República solicita informações da futura Barragem de Tijuco Alto, visto a Moção da Rede de ONGS da Mata ATLÂNTICA.

Recomendamos que a resposta seja enviada diretamente aquela Procuradoria da República, com cópia da resposta ao NLA/PR.

Atenciosamente

Sergio Roberto Xavier
Coordenador de Lic. Ambiental
IBAMA/PR

A Senhora
Moara Menta Giasson
Coord. de Energia Elétrica e Transposições
CGLIC/DILIC

CA COENE
08/16/06



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

Fis.: 960
Proc.: 1172/04
Rubr.: Dee

AO NLA
- por pertinencia
Casca
10/08/2006
CABIN/PR

Ofício nº 5915/2006 4ª CA/PR

Curitiba, 03 de agosto de 2006

D O C U M E N T O

02017.003603/06-04
IBAMA/MMA - SUP. ESTADUAL/PR

DATA: 09/08/06 *Elite-soc*

Senhora Superintendente,

Cumprimentando-a, visando à instrução do procedimento administrativo de nº 1.25.000.001991/2006-17, em trâmite nesta Procuradoria da República, solicito-lhe, com fundamento no prescrito no artigo 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, que esclareça se, em razão da localização do Rio Ribeira de Iguape, o licenciamento ambiental para a construção da barragem Tijuco Alto estaria vinculado à Superintendência do IBAMA no Estado do Paraná ou em São Paulo. Caso esteja vinculado à Superintendência no Paraná, informar a fase de implementação do projeto, bem como se a Companhia Brasileira de Alumínio já apresentou o EIA/RIMA definitivo.

Atenciosamente,


Luis Sérgio Langowski
Procurador da República

Ilustríssima Senhora
Andréa Vulcanis
MD. Superintendente do IBAMA no Estado do Paraná
Rua General Carneiro, nº 481
Curitiba/PR
80 060-150
sga



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Fis.:	962
Proc.:	112264
Rubr.:	fee

Ofício CPRN/DAIA/1261/06

São Paulo, 08 de agosto de 2006

Prezado Senhor,

Em atenção ao Ofício Circular nº 003/2006 DILIQ/IBAMA referente à solicitação de posicionamento técnico deste Departamento sobre o Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório Impacto Ambiental - EIA/RIMA da Usina Hidrelétrica - UHE Tijuco Alto (Processo SMA 13.608/2006), informamos que após uma análise preliminar do estudo constatamos a ausência de algumas informações. Desse modo, sugerimos a solicitação ao empreendedor das informações complementares descritas na Informação Técnica CPRN/DAIA/047/2006 anexa, para a continuidade da análise.

Ressaltamos que as questões relativas à flora, fauna, e qualidade das águas e ecossistemas aquáticos foram enviadas para análise do Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais – DEPRN, e da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – CETESB, respectivamente. Também foi solicitada manifestação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul – CBH RB, quanto à implantação do empreendimento. Nesse sentido, futuramente, quando recebermos as manifestações desses órgãos, as mesmas serão encaminhadas a esse Instituto.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

PROTOCOLO
DILIC/IBAMA
Nº: 9.289
DATA: 18/8/06
RECEBIDO:

Atenciosamente,

Engº PEDRO JOSÉ STECH
Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental - DAIA
Diretor

Ilustríssimo Senhor
LUIZ FELIPPE KUNZ JÚNIOR
Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
BRASÍLIA – DF



INFORMAÇÃO TÉCNICA CPRN/DAIA/047 /06

Processo: SMA 13.608/2006

Empreendimento: Usina Hidrelétrica – UHE Tijuco Alto

Empreendedor: Companhia Brasileira de Alumínio - CBA

Municípios: Ribeira, Itapirapuã Paulista (SP)

Justificativa

Trata-se do atendimento à consulta do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – IBAMA, encaminhada ao Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental – DAIA por meio do Ofício Circular nº 003/2006 DILIQ/IBAMA, solicitando análise e manifestação deste Departamento sobre o Estudo de Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA da Usina Hidrelétrica – UHE Tijuco Alto.

O referido empreendimento está previsto para ser implantado no rio Ribeira, na divisa dos Estados de São Paulo e Paraná e visa o aproveitamento de potencial hidrelétrico para geração de 128,7 MW.

Após uma análise preliminar do EIA/RIMA verificou-se a necessidade da apresentação de informações complementares para continuidade da análise, conforme segue:

1. DESCRIÇÃO DA LINHA DE TRANSMISSÃO ASSOCIADA

- Caracterizar a linha de transmissão associada indicando: configuração e número de circuitos; distância mínima do cabo ao solo e do cabo ao topo de árvores; alturas mínima, média e máxima (m); número, tipo e perfil das torres; vão médio entre torres; largura da faixa de servidão (m); etc. Apresentar perfil topográfico da LT (escala 1:5.000);
- Apresentar a descrição das etapas de implantação da linha de transmissão associada, contemplando no mínimo: cortes e aterros, execução das fundações, implantação de torres e praça de lançamento de cabos, lançamento de cabos condutores.

2. AVALIAÇÃO DE IMPACTOS E PROGRAMAS AMBIENTAIS

2.1. Durante a obra

- a) Exploração de áreas de empréstimo:

[Handwritten signature]

[Handwritten initials]



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Fls.:	964
Proc.:	1172/04
Rubr.:	Aee

IT/CPRN/DAIA/047/06

- Apresentar em mapa/foto aérea as áreas de empréstimo potenciais e os volumes de cada uma delas, considerando o grande volume previsto para o enrocamento.
- b) Contratação da mão de obra
- Indicar o número de empregos diretos do empreendimento e a capacitação exigida, e estimar o número de empregos indiretos gerados pela obra e o tipo de atividade econômica associada.
 - Apresentar o detalhamento do Programa de Apoio aos Municípios informando, com base nas estimativas realizadas, sobre as infra-estruturas a serem implantadas para atender a demanda por energia, serviços de saúde, educação, saneamento e segurança.
 - Apresentar o detalhamento do canteiro de obras e alojamento informando sobre as infra-estruturas necessárias para atender as demandas da obra, tais como abastecimento de água, esgoto, energia, segurança, saúde entre outros, considerando o contingente de mão-de-obra.
- c) Perda das infra-estruturas e equipamentos sociais
- Apresentar o detalhamento do Programa de Recomposição de Infra-estrutura considerando que deverão ocorrer impactos associados a relocação dos equipamentos sociais e infra-estruturas, tais como supressão de vegetação, movimentação de terra, erosão, interferências em Áreas de Preservação Permanente, desapropriação, incômodos à população, interferências na circulação da população local etc. Tal Programa deverá atender primordialmente as necessidades da população local.
 - Identificar sobre foto aérea os equipamentos sociais e as infra-estruturas a serem afetadas pelo empreendimento, e as propostas de relocação de cada uma delas.
- d) Interferências na fauna
- Apresentar estudo dos fragmentos florestais a serem utilizados na relocação da fauna afetada pelo empreendimento. Indicar os fragmentos escolhidos em mapas ou fotos aéreas.
- e) Desapropriações e relocações da população
- Apresentar cadastro (atualizado) de todas as propriedades (indicando a área e as benfeitorias), e das famílias afetadas pelo empreendimento.
 - Apresentar estudo e indicar, em mapas ou fotos aéreas, os locais propostos para o reassentamento da população afetada. Apresentar a caracterização



Fis.:	965
Proc.:	1172/04
Rubr.:	fee

IT/CPRN/DAIA/047/06

desses locais, área (m²), acessos, disponibilidade de recursos e infraestrutura, e a justificativa da escolha dos mesmos.

2.2. Durante a operação

a) Impactos a ictiofauna

Considerando o grau de endemismo da ictiofauna no rio Ribeira, os impactos significativos esperados com a implantação do empreendimento, e os hábitos alimentares da população ribeirinha deverão ser apresentados:

- Caracterização detalhada da ictiofauna na área de estudo identificando as espécies migratórias, de interesse comercial, e consumidas pela população ribeirinha. Apresentar informações sobre os impactos do empreendimento nos hábitos alimentares da população ribeirinha a montante e a jusante da barragem.
- Levantamento dos locais de reprodução, alimentação utilizados pela ictiofauna (especialmente espécies endêmicas e migratórias) nos contribuintes do rio Ribeira, no trecho do futuro reservatório;
- Apresentação de medidas mitigadoras para ictiofauna afetada, especialmente para espécies endêmicas, migratórias, de interesse comercial, e utilizada pela população ribeirinha.

b) Impactos a jusante da barragem

Considerando que os estudos apresentados não contemplaram os impactos a jusante da barragem, deixando portanto de abordar uma multiplicidade de impactos que passarão a ocorrer no Estado de São Paulo, solicitamos informar:

- Descrição do regime operacional do empreendimento informando sobre a geração de ponta, e as flutuações no nível do futuro reservatório e no trecho a jusante da barragem (indicar cotas, periodicidade, etc).
- Indicação dos sistemas de registro e controle das vazões na descrição do regime operacional do reservatório. Deverão ser apresentadas simulações operacionais, ao longo de um ano típico, considerando: vazão afluente (m³/s), vazão de engolimento (m³/s), vazão de vertimento (m³/s), vazão remanescente (m³/s), geração, tempo de operação (h).
- Esclarecer como serão mantidas as vazões no trecho imediatamente à jusante da barragem (estrutura de descarga das vazões, formas de controle).

3



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Fls.:	966
Proc.:	1172/04
Rubr.:	per

IT/CPRN/DAIA/ 047/06

- Identificação de impactos associados às alterações na morfologia do rio decorrentes das flutuações abruptas das vazões (erosão, depósito de sedimentos e reflexos nas infra-estruturas e benfeitorias nas margens).
 - Identificação dos impactos associados às flutuações de vazões (uso do rio/travessias pela população ribeirinha, e alterações dos recursos pesqueiros).
 - Identificação dos impactos relativos à alteração do regime natural do rio nos ambientes aquático e de transição (entre meio aquático e terrestre) e a jusante da barragem.
- c) Controle de cheias
- Apresentar avaliação regional da distribuição anual das chuvas na Bacia do Ribeira de Iguape visando esclarecer a proposta de controle de cheias pela implantação do empreendimento.
- d) Proliferação de vetores de endemias
- Apresentar um estudo sobre o potencial de disseminação da esquistossomose na Área de Influência do empreendimento, considerando os registros da doença na região do Vale do Ribeira realizados pela SUCEN, e a atratividade de trabalhadores da região para a execução das obras. Indicar as medidas mitigadoras.

São Paulo, 08 de agosto de 2006.

Mayla Matsuzaki
Biól. **MAYLA MATSUZAKI**
CRBio 31165/01-D

Maria Silvia Romitelli
Eng^a Civ./Amb. **MARIA SILVIA ROMITELLI**
Diretora Técnica de Serviço - CREA 62.252/D

De acordo:

Juliano Ribeiro Formigoni
Geól. **JULIANO RIBEIRO FORMIGONI**
Diretor Técnico de Divisão - CREA n° 5060858643/D



LISTA DE PRESEÇA EM REUNIÃO - Assunto: AHE TIJUCO ALTO

Data: 21 / 08 / 06

	NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
1.	Ronaldo L. Crusio	CNEC	11-50968884	ronaldo.crusio@crec.com.br
2.	Marcelo Beltrão Campos	IBAMA	3316 1317	marcelo.campos@ibama.gov.br
3.	MARIELE MUGHAGATA	IBAMA	3316 - 1292	MARIELE.MUGHAGATA@IBAMA.GOV.BR
4.	Ernando Antonio T. Pereira	CNEC	3322-2117	ernando.pereira@crec.com.br
5.				
6.				
7.				
8.				
9.				
10.				
11.				
12.				
13.				
14.				
15.				
16.				
17.				
18.				
19.				
20.				



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

NOTA INFORMATIVA Nº 04/2006 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Brasília, 22 de agosto de 2006.

Ao: Coordenador de Energia Hidrelétrica e Transposições

Processo: 02001.001172/2004-58

Assunto: UHE Tijuco Alto

Introdução

Esta informação trata da situação do processo de licenciamento ambiental da Usina Hidroelétrica Tijuco Alto, proposta para ser instalada no alto curso do rio Ribeira do Iguape, na divisa dos Estados de São Paulo e Paraná, a 10km a montante da cidade de Ribeira, no Estado de São Paulo e Adrianópolis, no Estado do Paraná.

O Empreendimento

A UHE Tijuco Alto, pertencente à Companhia Brasileira de Alumínio – CBA, tem como objetivo principal aumentar a oferta de energia elétrica para o complexo metalúrgico da CBA em Mairinque/SP.

A área do reservatório será de aproximadamente 43,2km², com potência gerada de aproximadamente 150MW. O eixo da barragem será em forma de “U” invertido. O vertedouro será composto de duas estruturas de cristas incorporadas nas ombreiras e o descarregamento da água será realizado por calhas de concreto. O sistema de geração será composto de tomada d’água, túnel de adução, chaminé de equilíbrio, conduto forçado, casa de força e canal de fuga.

Recentemente, a empresa comunicou que o projeto foi modificado no sentido de excluir o sistema de descarga de fundo, que poderia trazer problemas para a qualidade da água, e de eliminar o trecho de vazão reduzida.

Histórico

O processo de licenciamento foi iniciado nos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente: Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo – SEMA/SP e Instituto Ambiental do Paraná – IAP/PR, tendo recebido licença prévia (LP) da SEMA/SP em 14/06/1994 e do IAP em 11/02/1995.

O Ministério Público Federal dos Estados de SP e PR impetrou ações judiciais suspendendo os efeitos das Licenças Prévias, tendo em vista que o rio Ribeira do Iguape é um bem da União, determinando que: “o licenciamento ambiental deveria emanar do IBAMA e do CONAMA e não dos órgãos estaduais”.

fls

Após o encaminhamento do processo para este Instituto, em 17/01/1997, foram iniciados os procedimentos de licenciamento, com a realização de vistoria técnica em 16/03/1997.

Em março 1997, a partir da análise do EIA/RIMA, foi elaborado o Parecer Técnico nº 01 de 16/03/1997, que foi encaminhado ao empreendedor.

Em 18/04/1997, a CBA encaminhou ao IBAMA documento apresentando comentários sobre o referido Parecer Técnico.

Em julho de 1997, o Ministério Público Federal encaminhou, por meio do Ofício Nº 8.908/97/SOTC, recomendações sobre a necessidade de complementação de estudos, visando à ampliação do diagnóstico e da análise dos impactos relativos ao meio sócio-econômico, ressaltando as comunidades remanescentes de quilombos existentes na área de influência do empreendimento.

Devido à Ação Civil Pública, não foi dada continuidade ao processo de licenciamento.

O Ministério Público solicitou ao IBAMA que se manifestasse quanto à citada Recomendação. Para tanto, o IBAMA instituiu um grupo de trabalho, a fim de retomar a análise em questão, tendo como produto parecer técnico sem número em julho de 1998.

Em março de 1999, o empreendedor apresentou a este Instituto documentação referente ao atendimento das exigências do Parecer Técnico nº 01/97, as quais foram analisadas, com vistas à continuidade do processo de licenciamento.

Em 11/08/1999, o IBAMA elaborou Parecer Técnico nº 165/99 sobre a análise da documentação referente à Recomendação do Ministério Público exarada no ofício no 8.908/97/SOTC/ 1º Ofício, para fins de licenciamento ambiental do referido empreendimento concluindo que, as recomendações do grupo de trabalho deveriam ser integralmente atendidas e incorporadas às complementações solicitadas, no que concerne à ampliação do diagnóstico e da análise dos impactos relativos ao meio socioeconômico proposta pelo Ministério Público, como condição *sine qua non* à continuidade do processo de licenciamento ambiental da UHE Tijuco Alto.

Em dezembro de 1999, o empreendedor apresentou ao IBAMA o “Diagnóstico Sócio-Econômico da Bacia Hidrográfica do Ribeira do Iguape”.

Em 16/02/2000, o Ministério Público Federal encaminhou ao IBAMA/SEDE, parecer original NMA/Embrapa, de outubro de 1999, a respeito aos possíveis impactos e recomendações sobre o empreendimento da UHE Tijuco Alto.

No período de 21 a 24 de maio de 2001, o IBAMA/DLQA realizou vistoria técnica no referido empreendimento em conjunto com as Gerências Executivas dos Estados de São Paulo e Paraná e Ministério Público Federal.

Em 30 de novembro de 2001, foi realizada reunião técnica entre Ibama e MPF, na ocasião o MPF apresentou pesquisa no tocante aos efeitos da descarga de fundo, projetada para a UHE Tijuco Alto, no que se refere à contaminação por chumbo e suas conseqüências sobre a população à jusante do barramento.

Com base nas vistorias realizadas e nas reuniões técnicas e entendimentos acordados com o MPF, foi elaborado o Parecer Técnico nº 165/2002-IBAMA/DLQA/COGEL, de 08/04/2002, que apresentou diversas considerações sobre o empreendimento, vinculando a

FS

manifestação sobre a viabilidade ambiental do projeto ao atendimento de inúmeras informações e complementações técnicas.

O MPF, em 24/01/2002, encaminha Ofício nº 393/2002/MPF/P/SP/1ºOFÍCIO/SOTC ao IBAMA, onde solicita desta Diretoria que não seja tornado público o EIA/RIMA deste empreendimento até que o IBAMA se manifeste sobre os pareceres dos assistentes técnicos da Procuradoria da República em São Paulo, EMBRAPA e do Profº Arley Macedo, uma vez que os documentos a serem encaminhados poderiam alterar o curso do processo de licenciamento ambiental.

O MPF encaminha, em 30/01/2002, os documentos mencionados conforme os termos do Ofício Nº 393/2002/MPF/P/SP/1ºOFÍCIO/SOTC.

O IBAMA comunica ao MPF que acatou a solicitação de não tornar público o EIA/RIMA do empreendimento e ainda estava elaborando manifestação dos estudos e questionamentos apresentados pelo MPF. Na oportunidade, foi encaminhado o Relatório de Vistoria Técnica realizada na área do empreendimento no período de 24 a 28 de setembro de 2001, em conjunto com o MPF.

O IBAMA, para uma análise mais abrangente da viabilidade ambiental do empreendimento solicitou a ANEEL, em 31/01/2003, o Inventário de Partição de Quedas da Bacia do Rio Ribeira de Iguape, o qual foi encaminhado pela ANEEL em 13/02/2003.

Com o objetivo de dar continuidade ao processo de licenciamento ambiental da UHE Tijuco Alto, a COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO – CBA, encaminhou relatórios relativos ao estudo de dispersão de chumbo dos rios Rocha e Ribeira, os quais serão diretamente afetados caso o empreendimento venha a ser instalado no local pretendido.

Em 23 de abril de 2003 o IBAMA emitiu Parecer Técnico nº 59/2003 COAIR/CGLIC/DILIQ/IBAMA referente ao Inventário de Partição de Quedas do Rio Ribeira de Iguape, concluindo, dentre outras, que “(...) deverá ser realizado um novo inventário a ser submetido à análise da ANEEL e IBAMA, a fim de se manifestarem a respeito da viabilidade técnica e ambiental da partição, anteriormente a qualquer processo licitatório.” Porém, as conclusões deste Instituto não foram remetidas à ANEEL. Tal inventário foi realizado entre os anos de 1951 e 1959 e entre 1985 e 1987, este último pela CESP/IPT, o qual elencou uma série de recomendações de estudos ambientais que deveriam ser verificados antes de uma tomada de decisão. Não há menção a comunidades quilombolas ou unidades de conservação.

Na mesma data foi emitido Parecer nº 68/2003 - COAIR/CGLIC/DILIQ/IBAMA concluindo, quanto ao licenciamento ambiental do empreendimento, pela realização de novo EIA/RIMA e sugerindo elaboração de Termo de Referência em conjunto com OEMAs e MP.

Em 12 de setembro de 2003 foi emitida Informação Técnica nº 29 /2003-COLIC/CGLIC/DILIQIBAMA, que concluiu que o EIA/RIMA e documentos complementares não eram suficientes para a análise da viabilidade ambiental do empreendimento.

Assim, foi indeferida a solicitação de Licença Prévia e informado ao empreendedor por meio do Ofício nº 1565/2003 - DILIQ/IBAMA, de 25 de setembro de 2003.

Em 27 de janeiro de 2004 é solicitada a abertura de novo processo e emissão de Termo de Referência para elaboração do EIA/RIMA do empreendimento.

No período de 12 a 16 de abril de 2004, o IBAMA realizou vistoria técnica ao local do empreendimento visando obter subsídios para a elaboração do Termo de Referência.

flc

O IBAMA emitiu novo TR para elaboração do EIA/RIMA em 30 de julho de 2004, após ter ouvido os órgãos estaduais de meio ambiente de São Paulo e Paraná, além das Gerências Executivas do IBAMA nos dois estados.

Foi incorporada ao TR a solicitação de estudos específicos sobre a realidade atual das comunidades tradicionais da região, sobre o destino das comunidades de Quilombo com a construção das barragens, sugestões alternativas dos Quilombolas e das entidades representativas, além da análise dos impactos cumulativos da construção das quatro usinas inventariadas na ANEEL (Tijuco Alto, Itaóca, Funil e Batatal). Ressalta-se que não há solicitação de licenciamento para as demais usinas.

No decorrer do processo este Instituto tem recebido diversos ofícios e abaixo-assinados do Movimento dos Ameaçados por Barragens – MOAB, manifestando sua contrariedade à construção de barragens no rio Ribeira de Iguape, principalmente devido aos impactos às comunidades tradicionais – não impactadas diretamente pelo AHE Tijuco Alto.

Em 26 de novembro de 2004, técnicos desta coordenação participaram de reunião pública na cidade de Cerro Azul, que objetivou a apresentação, por parte da CBA e empresa consultora, do atual estágio de andamento dos estudos ambientais. Porém, o MOAB não se fez presente a nenhuma das reuniões, realizadas pela empresa nos municípios de Cerro Azul (26/11/2004), Ribeira e Adrianópolis (23/10/2004).

Em 22 de março de 2005, a CENEC Engenharia encaminha análise dos inúmeros abaixo-assinados promovidos pelo MOAB, constantes no processo de licenciamento, evidenciando que as assinaturas provêm dos municípios de Eldorado (41%), Iporanga (23%), Campinas (8%), Itaóca (+/- 7,5%) e Cananéia (+/- 4,7%), os quais não serão diretamente afetados pelo reservatório de Tijuco Alto, e sim pelos outros projetos inventariados.

Em 29 de junho de 2005, foram protocoladas no IBAMA moções tanto de repúdio, quanto de apoio à usina. Em 12 de julho de 2005, o Centro de Estudos, Defesa e Educação (CEDEA) encaminha Nota sobre a usina e Carta Aberta à População e Autoridades do Município, do Estado e do País.

Em 6.10.05, a Diretoria de Documentação Histórica protocola no IBAMA o Ofício COR/GP/PR: 1873 no qual manifesta preocupação com o projeto de hidrelétricas no rio ribeira de Iguape e sugere que seja feita avaliação ambiental estratégica, pela Empresa Pública de Energia (EPE), das quatro barragens inventariadas no rio.

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da UHE Tijuco Alto foram protocolados no IBAMA em 11.10.05, para verificação de abrangência, de acordo com a Instrução Normativa nº 65/05. Em 24.11.05, a CBA apresenta publicação do requerimento da LP.

Em 30.11.05, o Movimento dos Ameaçados por Barragens (MOAB) protocola carta encaminhando abaixo assinado realizado em 18.11.05 no Encontro das Comunidades Quilombolas e Indígenas do Vale do Ribeira – Registro/SP e, em 6.12.05, entrega novo abaixo assinado, realizado no Ato Público, em 19.11.05, do referido encontro, ambos solicitando cancelamento de todos os projetos de barragens no rio Ribeira de Iguape.

Em 5.12.05, o Secretário de Recursos Hídricos encaminha, por meio do Ofício nº 1163/2005/GAB/SRH/MMA, Moção de Repúdio à Construção da UHE Tijuco Alto, entregue durante o Seminário Nacional de Consolidação do Plano Nacional de Recursos Hídricos.

[assinatura]

No Parecer Técnico MPF/PRSP nº 050/2005, anexo ao OFÍCIO/PRM/SOROCABA/Nº1355/05, protocolado em 7.12.05, o Núcleo Pericial da Procuradoria da República em São Paulo analisou a adequação e suficiência do TR para elaboração do EIA/RIMA, e concluiu pela necessidade de revisão de alguns pontos do Estudo.

Em 21.12.05, protocola-se documento s/nº das 17 comunidades de quilombolas do Vale do Ribeira, reunidas no planejamento de ações conjuntas para 2006, que também solicita cancelamento de todos os projetos de barragens no rio Ribeira de Iguape.

Quanto à checagem do atendimento ao TR do EIA/RIMA da UHE Tijuco Alto, em 23.12.05 é elaborado o Parecer Técnico nº 153/2005 – COLIC/CGLIC/DILIQ/IBAMA, que considera o Estudo satisfatório quanto ao atendimento de seu TR, mas conclui pela necessidade de sua adequação, com apresentação de dados para análise do mérito. Para discutir os pontos elencados no Parecer e encaminhados ao empreendedor no Ofício nº 753/2005 – CGLIC/DILIQ/IBAMA, de 23.12.05, realizou-se, em 24.1.06, reunião técnica.

Em 2.2.06, o Procurador da República no Município de Sorocaba/SP solicita, no OFÍCIO/PRM/SOROCABA/Nº28/06, informações para fins de instrução da Representação nº 1.34.012.000268/2003-20, atendido no Ofício nº 115/2006 – DILIQ/IBAMA, de 22.2.06.

Em 13.2.06, as Irmãs de Jesus Bom Pastor – Pastorinhas protocolam carta s/nº manifestando repúdio aos projetos de construção de barragens no rio Ribeira do Iguape.

De acordo com o § 2º do Art. 10 da IN nº 65/05, o IBAMA solicita, em 23.2.06, posicionamento técnico de GEREX/SP, GEREX/PR, IAP, SMA, IPHAN e Fundação Cultural Palmares, a serem encaminhados dentro de 90 dias após entrega dos Estudos.

Em 16.3.06, a CNEC encaminha documentos em atendimento do Ofício nº 753/2005 – CGLIC/DILIQ/IBAMA.

Em 17.3.06, no OFÍCIO/CPRN/DAIA/357/06 a SMA informa que, até a presente data (8.3.06) não fora protocolado o EIA/RIMA da UHE Tijuco Alto, o que impossibilitaria o atendimento de solicitação do IBAMA. Em resposta, o IBAMA informou a SMA/DAIA, IAP, GEREX/SP e GEREX/PR que, devido a atraso do empreendedor para entrega do EIA, as considerações poderiam ser entregues em até 90 dias a contar do recebimento dos Estudos.

Em 29.3.06, elabora-se o Parecer Técnico nº 31/2006 – COLIC/CGLIC/DILIQ/IBAMA, sobre análise das complementações feitas pela Procuradoria da República no Município de Sorocaba/SP, OFÍCIO/PRM/SOROCABA/Nº1355/05, ao termo de referência para a elaboração do EIA/RIMA da UHE Tijuco Alto, encaminhando-se resposta no Ofício nº 223/2006 – DILIQ/IBAMA de 30.3.06.

No período de 10 a 13.4.06, realizou-se vistoria à área de influência do empreendimento, com a participação de técnicos do IBAMA/SEDE, GEREX/SP e IAP.

Em 11.4.06, a Associação Sindical dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região do Vale do Ribeira (ASSTRAF) protocola Carta de Repúdio à Construção da usina.

Em 2.5.06, os participantes da Assembléia Popular “Luta pela Terra no Vale do Ribeira” protocolam abaixo assinado contrário ao empreendimento à UHE Tijuco Alto.

Em 8.6.06, o IPHAN encaminha análise do EIA.

Em 9.6.06, a CNEC no Ofício MA 136/009/0552/2006, encaminha comprovantes de recebimento do EIA/RIMA nos demais órgãos envolvidos no processo de licenciamento ambiental da usina.

Nessa mesma data o Procurador da República no Município de Sorocaba/SP solicita, no OFÍCIO/PRM/SOROCABA/Nº370/06, novas informações, para fins de instrução da Representação nº 1.34.012.000268/2003-20, enviadas no Ofício nº 43/2006 – CGENE/DILIC/IBAMA em 21.6.06.

Por meio do Ofício MA 136/0861/014/2006, a CNEC protocola em 19.6.06 relatório com campanha complementar de fauna, em atendimento ao Ofício nº 753/2005 – CGLIC/DILIQ/IBAMA.

Em 26.6.06, a Rede de ONGs da Mata Atlântica protocola o Ofício nº 060/06-RMA/CG que encaminha Moção de Repúdio à Construção da Barragem de Tijuco Alto no rio Ribeira de Iguape, aprovada durante a Semana Nacional da Mata Atlântica, de 26 a 28.5.06, em Ilhéus/BA. Cópias dessa moção também foram protocoladas em 28.6.06, 12.7.06 e 14.7.06.

No Ofício MA 136/0892/017/2006, de 26.6.06, a CNEC informa sobre a realização de atividades técnicas com objetivo de aprofundar os estudos constantes no EIA, entre elas, reuniões nos principais bairros rurais para discutir o Programa de Compensação e Reposição de Perdas dos Proprietários e da População Rural.

Solicitando dilação de prazo para entrega de parecer com posicionamento técnico sobre o EIA/RIMA da UHE Tijuco Alto, o DAIA/SMA protocola, em 30.6.06, o Ofício CPRN/DAIA/972/06, informando estar na dependência de manifestação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira do Iguape e Litoral Sul para elaborar o referido documento.

No Parecer Técnico nº 20/2006 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de 24.7.06, a avaliação do mérito do EIA da UHE Tijuco Alto relativo ao componente de fauna terrestre, considerou-o em acordo com o solicitado no Ofício nº 753/2005 – CGLIC/DILIQ/IBAMA.

No Of.GP.Nº 56/06, protocolado em 9.8.06, a Câmara Municipal de Ribeira/SP encaminha documento assinado pelos moradores da região favoráveis à construção da UHE tijuco Alto. Na mesma data, protocola-se abaixo assinado pelos moradores de Cerro Azul e Doutor Ulysses, também se manifestando a favor do empreendimento UHE Tijuco Alto.

Em 18.8.06, o DAIA/SMA protocola Ofício CPRN/DAIA/1261/06 e Informação Técnica CPRN/DAIA/047/06 informando que, após análise preliminar do EIA/RIMA da UHE Tijuco Alto, constatou-se ausência de algumas informações, as quais sugere que sejam solicitadas ao empreendedor, para dar continuidade à análise.

Em 21.8.06, realizou-se, no IBAMA, reunião sobre a UHE Tijuco Alto.

Situação Atual

O EIA/RIMA da UHE Tijuco Alto está em análise no IBAMA desde outubro do ano passado, tendo sido aprovada a verificação de abrangência do Estudo em dezembro/2005. Na etapa atual, conforme o item VI do Art. 6º da referida IN, o IBAMA está realizando a análise de mérito do EIA/RIMA do empreendimento.

Fabíola S. Cleto
Fabíola Schupcheki Cleto
Analista Ambiental
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA
Mat. 1399075

MA136/1211/018/2006

São Paulo, 21 de agosto de 2006.

DILIQ-IBAMA
Tel: (61) 316-1595/1596
Av: L4, Norte, Bloco C, 1º. andar
70800-200
Brasília, DF.

Ilmo. Senhor Valter Muchagata
Coordenador Geral de Licenciamento Ambiental

Ref.: Resumo de Atividades de Campo- comunicação; agosto 2006 e de apresentação critérios de reassentamento- UHE Tijuco Alto- Processo 02001.1172-2004-58, UHE Tijuco Alto

Senhor Coordenador,

Encaminhamos para conhecimento e para que se conste no referido processo de licenciamento, telas de apresentação sobre critérios e propostas sobre reassentamento da população rural afetada bem como informação sobre valores de terras e benfeitorias reprodutivas. As apresentações se deram no mês de junho de 2006 e envolveram 10 bairros rurais da região. Os preços de terras e benfeitorias reprodutivas resultaram de pesquisa na região e mostram o comportamento de mercado naquele momento e servem para informar a população a quantas anda tal mercado. Enviamos também relatório sobre atividades de comunicação ensejadas no mês de agosto, versando sobre o projeto de engenharia e principais questionamentos sócioambientais sobre o projeto. O público, nesta fase, foram estudantes do ensino médio da região e também fizemos apresentações voltadas aos vereadores de 3 municípios.

Atenciosamente,

Ronaldo Luís Crusco
Coordenador dos Estudos Ambientais

CNEC Eis.: 974
Proc.: 1172/04
Rubr.: Ale

PROTOCOLO

DILIC/IBAMA

Nº: 9.368

DATA: 21/08/06

RECEBIDO:

Francisco

A CGENE
em 21/08/06
J



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Fls.:	975
Proc.:	1172/04
Rubr.:	40

Ofício CPRN/DAIA/1288/06

São Paulo, 11 de agosto de 2006

Prezado Senhor,


Em complementação ao Ofício CPRN/DAIA/1261/06 de 08/08/06, encaminhamos cópia do documento OF/CBH-RB/081/06 de 28/07/2006, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul com as recomendações sobre o Estudo de Impacto Ambiental/Relatório Impacto Ambiental - EIA/RIMA da Usina Hidrelétrica - UHE Tijuco Alto (Processo SMA 13.608/2006). No documento são indicadas as preocupações daquele colegiado, especialmente no que diz respeito aos impactos à jusante do barramento, não contemplados nos estudos apresentados, embora possam representar os impactos mais significativos do empreendimento sobre o território paulista. Dessa forma, sugerimos a solicitação ao empreendedor das informações complementares descritas no OF/CBH-RB/081/06, para a continuidade da análise e posicionamento daquele Comitê.

Cabe lembrar que as questões relativas à flora, fauna, e qualidade das águas e ecossistemas aquáticos foram enviadas para análise do Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais – DEPRN, e da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – CETESB, respectivamente. Nesse sentido, futuramente, quando recebermos as manifestações desses órgãos, as mesmas serão encaminhadas a esse Instituto.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

PROTOCOLO
DILIC/IBAMA
Nº: 9.538
DATA: 23/08/06
RECEBIDO: J.


Engº PEDRO JOSÉ STECH
Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental - DAIA
Diretor

Ilustríssimo Senhor
LUIZ FELIPPE KUNZ JÚNIOR
Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
BRASÍLIA – DF





CBH - RB

Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul
Rua Félix Aby-Azar, 442 – Centro – CEP: 11900-000 – REGISTRO/SP
Tel. (13) 3821-3244 – Fax. 3821-4730 – E-mail: comiterb@serhs.sp.gov.br

Fls.:	926
Proc.:	1122/04
Rubr.:	100

Registro, 28 de julho de 2006.

OF/CBH-RB/081/06

Prezado Senhor:

Reportando ao processo de análise do EIA/RIMA do empreendimento UHE Tijuco Alto, lembramos inicialmente que, objetivando exame mais acurado dos materiais disponibilizados por esse Departamento, havíamos solicitado dilação de prazo, mas, diante da impossibilidade de concessão em face do rigor da agenda do IBAMA, procuramos, por intermédio da Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento – CT-PG deste Comitê, envidar todos os meios possíveis permitidos pela referida limitação para o desenvolvimento dos trabalhos, para o qual contamos também com a inestimável colaboração de instituições participantes do Colegiado.

Nessa análise, constatamos a necessidade de adequações/complementações e de justificativas no texto do EIA elaborado pela CNEC Engenharia S/A, cujas indicações estão relacionadas a seguir na forma de recomendações:

1. Promover programas de compensação social e reassentamento às famílias que moram na área diretamente afetada ou que dela foram deslocadas em razão da proposta de implantação do empreendimento;

2. O empreendedor, como maior interessado pela obra, deverá assumir o compromisso de evitar o colapso dos serviços públicos nos municípios da área de influência. Para tanto deverá disponibilizar recursos humanos, materiais e financeiros (mesmo que provisórios e temporários) para absorver qualquer aumento na demanda desses serviços. Nos casos em que o empreendedor pretenda agir em parceria com órgãos públicos (municipais, estaduais ou federais), instituições privadas ou organizações da sociedade civil deverá ser apresentado documento em que as partes assumem tal compromisso.

Ilustríssimo Senhor

Engº PEDRO JOSÉ STECH

MD. Diretor do

Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental – DAIA

Secretaria Estadual do Meio Ambiente

CAPITAL/SP

1122/04

RECEBIDO
CPRN / DAIA
0318 / 06
Tera



3. Definir plano de alerta, de evacuação e atendimento à população na situação de emergência em face da possibilidade de eventos catastróficos envolvendo sistema de operação da barragem;
4. Estender a abrangência dos estudos, hoje limitada até o Município de Sete Barras, até a foz do Ribeira de Iguape, incluindo a Região do Lagamar;
5. Indicar áreas alternativas para realocação de famílias, cujas terras estão passíveis de prejuízo por elevação do nível de lençol freático ocasionado pelo enchimento do reservatório;
6. Dimensionar os impactos na produtividade da agricultura praticada em várzeas à jusante da barragem, em decorrência do empobrecimento do solo pela diminuição da frequência de inundações, que são responsáveis pela reposição natural de fertilidade;
7. Verificar os impactos na agricultura praticada em áreas próximas, em razão das alterações do micro-clima em torno do reservatório;
8. Abordar estudo zootécnico da fauna silvestre com ênfase nos diversos transmissores de doenças (zoonoses);
9. Realizar levantamento da fauna aquática, moluscos e indicadores biológicos;
10. Considerar os dados de doenças epidemiológicas fornecidos pela Regional da Secretaria da Saúde do Estado e dos Municípios;
11. Considerar as medidas de remoção de animais, plântulas, sementes, mudas, assim como aproveitamento das madeiras e plantas de valor econômico (medicinais, ornamentais, etc) na região a ser alagada;
12. Detalhar informações quanto à possibilidade de proliferação de insetos transmissores de doenças devido a desmatamentos para formação do lago, bem como sobre a identificação de aves e mamíferos que serão afetadas, e previsão de soluções para mitigar seus impactos;
13. Dimensionar as diversas espécies de peixes que deixarão de migrar devido ao barramento, bem como os impactos para a sua existência e para os pescadores artesanais que vivem da pesca;
14. Melhor caracterização da dinâmica envolvendo a movimentação da água por variações de temperatura nas diversas profundidades e conseqüentes alterações da densidade, que pode provocar a descarga para jusante de massa líquida de qualidade inferior, cuja possibilidade teria sido eliminada ou minimizada com a supressão do descarregador de fundo do projeto original;
15. Análise mais aprofundada quanto à vazão sanitária durante o enchimento do reservatório, devendo-se considerar os impac-



CBH - RB

Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul
Rua Félix Aby-Azar, 442 – Centro – CEP: 11900-000 – REGISTRO/SP
Tel. (13) 3821-3244 – Fax. 3821-4730 – E-mail: comiterb@serhs.sp.gov.br

Fls.:	978
Proc.:	1172/04
Rubr.:	42

tos sobre os meios físico, biótico, socioeconômico e de abastecimento público a jusante do barramento;

16. Considerações sobre a caracterização da qualidade da água do rio Ribeira de Iguape durante o período de estiagem, bem como a inclusão de todo o trecho de jusante no programa de monitoramento após o enchimento do reservatório;

17. Avaliar a possibilidade de ocorrência de erosão no leito do rio em face do controle de vazões maiores, que diminui a capacidade de transporte de sedimentos, e da retenção de parte desses materiais pelo barramento, minimizando a sua reposição na forma de assoreamentos;

18. Reavaliar os estudos relacionados ao dimensionamento do reservatório e das estruturas afins (vertedouro, canal de desvio), à questão operacional do controle de vazão, enfim, de acordo com as recomendações do Centro Tecnológico de Hidráulica e Recursos Hídricos – CTH.

Nos itens acima, procuramos destacar e sintetizar as recomendações constantes nos documentos anexos, que correspondem às contribuições dos supracitados colaboradores.

Dentre os mencionados itens, constam também outras abordagens igualmente relevantes. Por esta razão, as informações contidas neste ofício e as dos documentos anexos não devem ser consideradas excludentes, mesmo tornando-se repetitivas em determinados aspectos.

Importante e oportuno ressaltar que a manifestação com posicionamento deste Comitê sobre a implantação do empreendimento, solicitada em seu Ofício CPRN/DAIA/720/06, de 10/05/06, fica condicionada minimamente ao satisfatório atendimento às recomendações, que ora remetemos.

Colocando-nos à disposição para esclarecimentos que entender necessários, valemo-nos do ensejo para reiterar os protestos da nossa estima e consideração.

ANTONIO MARCIO RAGNI DE CASTRO LEITE
Presidente



CBH - RB

Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul
Rua Félix Aby-Azar, 442 – Centro – CEP: 11900-000 – REGISTRO/SP
Tel. (13) 3821-3244 – Fax. 3821-4730 – E-mail: comiterb@serhs.sp.gov.br

Fls.:	979
Proc.:	1172/04
Rubr.:	AL

ANEXOS DO OF/CBH-RB/081/06



CBH - RB

Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguaçu e Litoral Sul

Rua Félix Aby-Azar, 442 – Centro – CEP: 11900-000 – REGISTRO/SP

Tel. (13) 3821-3244 – Fax. 3821-4730 – E-mail: comiterb@scrhs.sp.gov.br

Fis.:	980
Proc.:	1172/04
Rubr.:	122

Considerações E Recomendações da Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento



Fls.:	981
Proc.:	1172/04
Rubr.:	4ee

Observações/sugestões da Câmara Técnica de Planejamento:

1. A vazão sanitária prevista durante o enchimento do reservatório é de $15,5 \text{ m}^3/\text{s}$, que segundo o EIA corresponde a metade (50%) da $Q_{7,10}$, que seria de $31 \text{ m}^3/\text{s}$. Segundo a Portaria nº 3 do DNAEE a vazão durante o enchimento de reservatórios deveria corresponder a 80% da vazão mínima média mensal, observando-se que esse valor foi fixado em uma época em que as questões ambientais eram pouco discutidas. Ainda assim, esse valor não foi respeitado, devendo-se avaliar com cautela os impactos sobre os meios físico, biótico e sócio-econômico a jusante do barramento durante a fase de enchimento do reservatório, que deverá ocorrer durante nove meses;
2. Não foi abordada no EIA a questão da qualidade da água veiculada para jusante durante o enchimento e seus impactos sobre o rio Ribeira. Consta que o túnel de desvio superior veiculará a vazão sanitária. Verifica-se que a cota de fundo do canal de entrada desse túnel será de 171 metros. Nessa cota a água deverá ter pior qualidade, constituindo-se de água do epilimnio. Pela modelagem matemática apresentada depreende-se que no segmento 19 (onde deverá estar o canal de desvio) o oxigênio dissolvido permanecerá abaixo de 4 mg/l durante os 293 dias previstos para o enchimento (Figura 12.1.1/29, pag 12-22);
3. As considerações sobre a qualidade da água do rio Ribeira e seus afluentes foram realizadas com base em campanhas de amostragem realizadas no período chuvoso. Não foi caracterizado o período de estiagem. Por sua vez, o monitoramento proposto após o enchimento do reservatório não abrange o trecho do rio a jusante de Adrianópolis, enfatizando a postura de não considerar o trecho a jusante do rio e o sistema lagunar;
4. Outra questão refere-se ao córrego Pinheirinho, onde ocorreu, no passado, o rompimento da barragem de rejeitos construída no leito do córrego pela Mineração Del Rey. Esse rompimento ocasionou a poluição do rio pelos altos índices de fluoreto. Esse curso d'água não foi amostrado durante as campanhas para coleta de amostras de água desenvolvidas para elaboração do EIA.



CBH - RB

Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguaçu e Litoral Sul

Rua Félix Aby-Azar, 442 – Centro – CEP: 11900-000 – REGISTRO/SP

Tel. (13) 3821-3244 – Fax. 3821-4730 – E-mail: comiterb@scrhs.sp.gov.br

Fls.:	982
Proc.:	1172/04
Rubr.:	4e

Considerações e Recomendações do Instituto de Geociências da USP

Fls.:	983
Proc.:	1132/04
Rubr.:	lee

São Paulo, 27 de julho de 2007

Ao Comitê da Bacia do Ribeira

Visando fornecer subsídios pedidos pelo DAIA/SMA para apreciação da proposta de licenciamento ambiental da UHE Tijuco Alto, envio as seguintes considerações, relacionadas à qualidade da água:

Conforme declarado no texto do **Modelo Matemático de Estratificação Térmica** (página 12.84):

A estratificação térmica deve-se à criação de ambientes lênticos com reduzida capacidade de renovação. Este processo é constatado ao longo da coluna d'água em reservatórios profundos, com o aparecimento de três níveis ou camadas distintas de temperatura, sendo elas: epilímnio, metalímnio e hipolímnio.

O estabelecimento da estratificação é favorecido quando o volume do reservatório é grande, face aos volumes de vazões anuais afluentes. Nestas condições a isoterma é horizontal durante a maior parte do ano e a estratificação é geralmente mantida durante o verão e o outono.

Isto parece coerente com o que é indicado para as temperaturas do ar e da água que chegará ao reservatório nos meses de inverno (quadros 12.1.1/36 e 37). Nos resultados da simulação (figura 12.1.1/09), as temperaturas mínimas da superfície no inverno são superiores, resultado da mistura da água do reservatório com a nele ingressante. No entanto, não parece bem fundamentado o declarado à página 12.122 (grifo do comentarista):

*No elenco de cenários simulados, considerou-se também a **pouco provável ocorrência da quebra da termoclina**, onde ocorre a mistura dos reatores independentes das camadas do epilímnio e do hipolímnio. Nestas condições verifica-se um aumento das taxas de oxigênio dissolvido do hipolímnio, cujo comportamento temporal é retratado na Figura 12.1.1/29.*

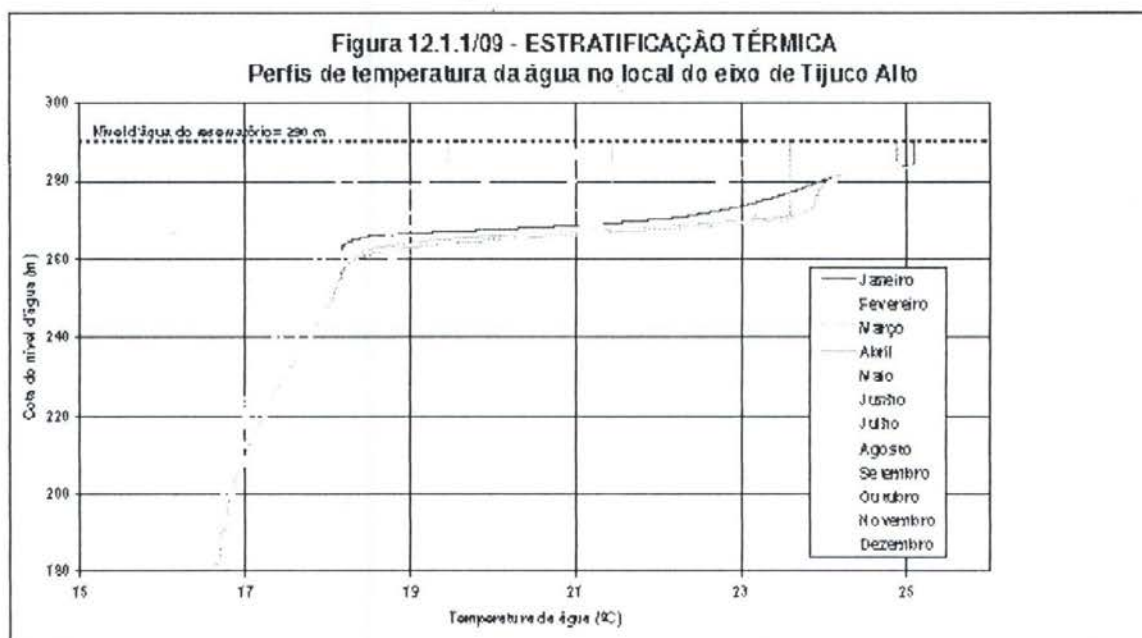
Considerando as temperaturas e vazões da água, bem como a temperatura do ar, não parece assim tão pouco provável a quebra da termoclina; seria interessante que os proponentes mostrassem onde se fundamenta a sua declaração de pouca probabilidade, que não é coerente com o declarado por eles no texto da página 12.84, reproduzido acima, que considera que *a estratificação é geralmente mantida durante o verão e o outono*, o que supõe que também geralmente pode haver rompimento anual da estratificação no inverno.

QUADRO 12.1.1/36 - REGISTROS MÉDIOS MENSIS DOS PARÂMETROS CLIMÁTICOS

MÊS	TEMPERATURA DO AR (°C)	INSOLAÇÃO (kcal/m ² /dia)	UMIDADE REL. DO AR (%)	VELOCIDADE DO VENTO (m/s)
Janeiro	24,4	4650	78,8	1,01
Fevereiro	24,4	4696	79,4	1,05
Março	23,3	4414	81,5	0,99
Abril	20,9	4329	82,2	0,92
Mai	17,6	3623	85,0	0,91
Junho	15,4	3113	86,3	0,84
Julho	15,2	3631	84,1	0,88
Agosto	16,5	3695	81,1	0,98
Setembro	18,2	3552	79,2	1,14
Outubro	20,6	4167	76,9	1,18
Novembro	22,6	4859	74,4	1,21
Dezembro	23,9	4758	75,9	1,15

QUADRO 12.1.1/37 - VAZÕES MÉDIAS MENSIS E TEMPERATURA DA ÁGUA

MES	VAZÃO (m ³ /s)	VOLUME (m ³ /dia)	TEMP. DA ÁGUA (°C)
Janeiro	128,7	10.919.129	23,00
Fevereiro	128,1	11.017.773	22,90
Março	110,0	9.522.937	22,80
Abril	88,1	7.603.174	24,25
Mai	93,0	8.149.510	19,00
Junho	96,6	8.430.266	14,00
Julho	94,3	8.172.274	17,85
Agosto	83,5	7.238.950	20,00
Setembro	98,4	8.422.678	21,50
Outubro	105,8	8.991.777	18,90
Novembro	93,6	8.066.042	21,50
Dezembro	97,6	8.286.094	24,10



Considerando-se mais provável o rompimento da estratificação, torna-se ainda mais importante a verificação das condições da água do reservatório nessa eventualidade (que pode ser anual). Deve-se melhorar o estudo, verificando as condições da água em outros compartimentos superficiais (não apenas no seg-01, como apresentado na figura 12.1.1/29) e as condições da água na saída do reservatório durante inverno e primavera.

FIGURA 12.1.1/28 - ESQUEMA DE PARTIÇÃO ESTRATIFICADA DO CORPO CENTRAL DO RESERVATÓRIO

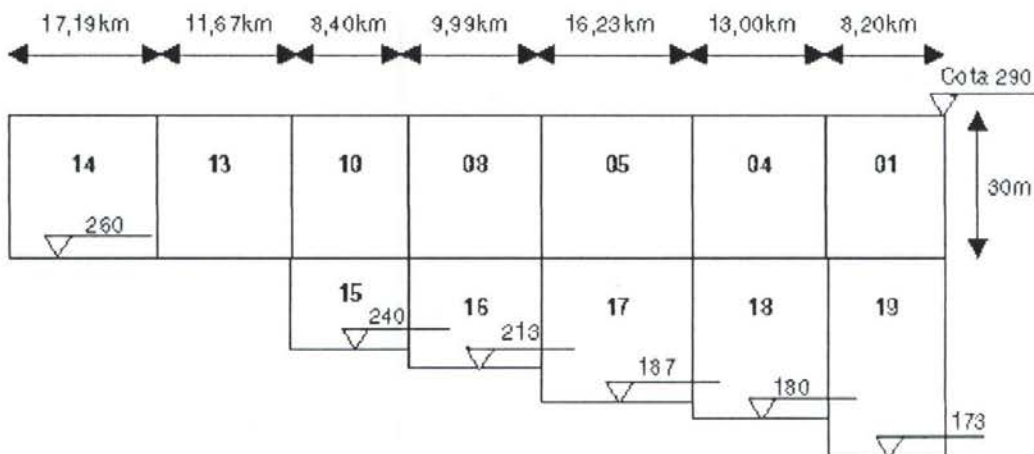
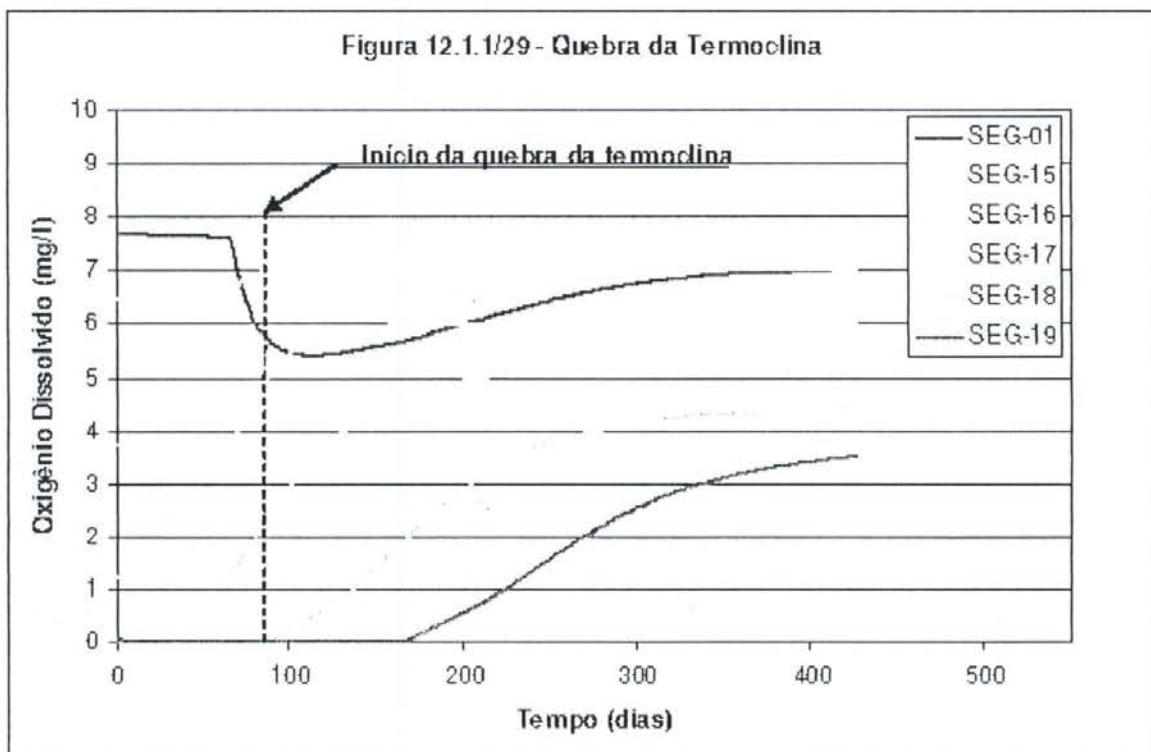


Figura 12.1.1/29 - Quebra da Termoclina



Fis.:	986
Proc.:	1122/04
Rubr.:	per

Conforme também declarado em outras contribuições, a vazão sanitária proposta é inferior à preconizada pelos regulamentos. Uma vez que estes sejam obedecidos, o tempo de enchimento do reservatório será maior do que o considerado nas simulações de qualidade de água; estas devem ser refeitas considerando as vazões sanitárias legais.

Agradecendo a atenção da CTPG do Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul, despeço-me

Atenciosamente

Arlei Benedito Macedo



CBH - RB

Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul

Rua Félix Aby-Azar, 442 – Centro – CEP: 11900-000 – REGISTRO/SP

Tel. (13) 3821-3244 – Fax. 3821-4730 – E-mail: comiterb@scrhs.sp.gov.br

Fis.: 987

Proc.: 172/04

Rubr.: 200

Considerações e Recomendações do Instituto Socioambiental – ISA

Questionamentos sobre os possíveis impactos sociais e ambientais da Hidroelétrica de Tijuco Alto.

Os estudos ambientais apresentados pela Companhia Brasileira de Alumínio desde 1989, quando pela primeira vez a empresa iniciou o processo de licenciamento de Tijuco Alto, sempre foram considerados incompletos e inconclusivos.

Nunca conseguiram dimensionar adequadamente os impactos da obra sobre a qualidade da água, a mudança de seu regime hídrico, a influência sobre as centenas de cavernas existentes na região, a possibilidade de ocorrência de terremotos induzidos pelo enchimento do reservatório e, principalmente, qual seria seu reflexo sobre toda a organização socioeconômica regional.

No começo de outubro de 2005, a empresa entregou novo Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da UHE de Tijuco Alto ao Ibama

Novamente alguns possíveis impactos não estão devidamente esclarecidos e é de fundamental importância estes esclarecimentos para uma tomada de posição do CBH-RB.

Agricultura/Roças

De acordo com o estudo apresentado ao Ibama, a inundação de solos férteis e a alteração de outras áreas, em razão da elevação do lençol freático, são os dois principais impactos sobre as terras da região que incidirão sobre as condições de agricultura. O Rima diz ainda que a elevação do lençol freático ocorrerá nas terras baixas situadas ao redor do futuro lago. No total, 51,8 quilômetros quadrados serão inundados, sendo que quase a metade deste total (46%) são terras aptas para a agricultura e 35% para pastagem, segundo o Rima.

Questão: Há outros lugares em condições iguais, principalmente relacionados a produtividade do solo, para a transferência das famílias afetadas?

Os estudos feitos pela CBA aponta para um controle das cheias até um determinado ponto da jusante do rio, diminuindo o impacto nos pontos mais distantes. Logo abaixo da área da barragem moram várias famílias que vivem basicamente da agricultura de subsistência e que mantêm suas roças as margens do rio Ribeira de Iguape, em áreas que são alagadas durante o período das cheias. As cheias do Ribeira contribui para a fertilização do solo.

Fis.:	988
Proc.:	1172/04
Rubr.:	100

Questão: Foi dimensionado o impacto na produtividade das roças das famílias que vivem na jusante do Ribeira? Quais as consequências do ponto de vista da segurança alimentar para estas famílias? Em anexo um mapa com exemplo de roça as margens do rio e que terá impacto com a construção da barragem.

Microclima

As alterações no microclima, sempre de acordo com o relatório apresentado pelo empreendedor, se limitam às "bordas" do reservatório. Apesar do Rima afirmar que as alterações no clima seriam "de pouco significado ambiental" - resumindo-se ao aumento da umidade relativa do ar, da nebulosidade e da intensidade dos ventos, e ao estabelecimento de uma menor variação de temperatura - os pequenos agricultores locais já manifestaram preocupação em relação à perda de produtividade de suas lavouras em decorrência destas mudanças.

Questão: Quanto a mudança do microclima impactará a produtividade das roças de subsistência dos pequenos agricultores no entorno da futura barragem? Esta questão não está devidamente esclarecida no EIA.

"Paliteiro"

O Rima admite que algumas espécies de árvores poderão morrer nas margens do reservatório, caso ele venha a ser construído. Elas não suportariam a elevação do nível da água, formando um cenário conhecido como paliteiro, uma espécie de cemitério de árvores.

Questão: Aumentará o volume de insetos transmissores de doenças como vem ocorrendo em outras barragens, como a mais conhecida, o caso de Balbina? No EIA-Tijuco Alto não aborda este possível impacto social e ambiental de forma adequada.

Fauna

Os impactos sobre a fauna serão diversos, de acordo com o relatório entregue ao Ibama. Em relação às aves, o desmatamento realizado para a formação do reservatório vai alterar a diversidade de espécies que atualmente existe na região. Prevê-se o abandono da área das aves que vivem em matas e a chegada de espécies adaptadas a ambientes abertos. O tráfego de veículos de grande porte e as explosões provocadas durante a construção da barragem também podem afujentar muitos animais. O Rima afirma que "animais mamíferos, répteis, anfíbios também serão impactados, mas

com diferentes níveis, sendo que alguns se adaptam a nova situação, outros não. Mamíferos de grande porte serão os mais sensíveis à nova situação, pois sempre precisam de áreas maiores para se procriar".

Questões: Não esta devidamente identificada as espécies que serão afetadas e nem está prevista as soluções para diminuir os impactos.

Peixes

O Rima afirma que a maioria das espécies de peixes encontradas na região escolhida para a construção da barragem é composta por espécies que migram rio acima, para se reproduzir nos afluentes do rio Ribeira. Diz que "é provável que ocorra a diminuição de número de espécies, principalmente aquelas que só habitam o corpo principal do rio Ribeira".

Questão: Não foi dimensionado o impacto para as diversas espécies e para os pescadores artesanais que vivem da pesca.

Impactos sócio-econômicos

A construção de Tijuco Alto, além de todos os prejuízos ao meio ambiente da região, também deve exercer, segundo o Rima, uma pressão sobre os serviços públicos de saúde e educação dos municípios de Ribeira e Adrianópolis, para onde centenas de trabalhadores temporários se mudariam a fim de trabalhar no empreendimento. Esse fluxo poderia também provocar um aumento da prostituição e da violência. O Rima afirma que 7 escolas, 3 postos de saúde, 17 igrejas e 3 cemitérios serão "afetados" pelo reservatório, caso ele seja realmente enchido.

Questão: Não esta devidamente calculado e nem as medidas adotadas para diminuir os impactos durante o processo de construção da barragem.

Passivo social

O Rima afirma que 689 famílias terão suas vidas afetadas pela criação da barragem. É importante lembrar que nos últimos 15 anos outras centenas de famílias de ribeirinhos e pequenos agricultores já foram prejudicadas no processo de compra de terras pela CBA na região em que a empresa planeja fazer o reservatório de Tijuco Alto. Naquele período, a empresa adquiriu 379 imóveis rurais - que hoje representam 60% da área do reservatório projetado. A compra dos imóveis provocou a queda na renda e o aumento do desemprego de ex-proprietários e ex-moradores, alterou o perfil sócio-econômico de

Fis.:	990
Proc.:	1122604
Rubr.:	fee

toda a região do Alto Vale do Ribeira e prejudicou a vida dos atuais habitantes. Aproximadamente 228 famílias de meeiros, arrendatários, parceiros ou posseiros foram largadas à própria sorte, ao serem expulsas das terras onde viviam sem nenhum tipo de recompensa.

Questão: Ainda não há um plano adequado para assentamento das famílias em condições minimamente iguais as condições atuais para garantir a convivência social e produtividade de suas roças.

Outras Questões

Recente ofício do Ministério das Minas e Energia confirma que o estudo de inventário da bacia hidrográfica do Ribeira de Iguape, elaborado há mais de vinte anos, aponta para a existência de quatro barragens (Tijuco Alto, Itaóca, Funi e Batatal). Se construídas, as barragens inundarão permanentemente uma área de aproximadamente 11 mil hectares no médio e alto curso do rio, o que implicará na perda de terras agricultáveis – principalmente nas comunidades quilombolas – na destruição de áreas hoje ambientalmente protegidas, na inundação de cavidades subterrâneas e na alteração inextinguível do regime hídrico do Ribeira de Iguape, com prejuízos que se estenderão até sua foz, onde residem diversas colônias de pescadores artesanais que dependem da manutenção do equilíbrio ecológico do complexo estuarino para poder sobreviver.

Neste momento está em análise no Ibama o empreendimento de Tijuco Alto.

Questão: Há alguma garantia que não será construído as barragens de Itaóca, Funi e Batatal?

Ainda em 1994 foi aprovada nova legislação sobre licenciamento ambiental para a construção de Hidrelétricas. Nesta nova legislação está previsto que se faça uma avaliação integrada do conjunto de barragens previstas para um determinado rio. O projeto de Tijuco Alto não é o único previsto para o Rio Ribeira de Iguape.

Questão: Por que não foi solicitado estudo integrado das quatro barragens previstas para o Ribeira de Iguape?

Nilto Tatto

Coordenador do Programa Vale do Ribeira do ISA

Fis.:	991
Proc.:	172/04
Rubr.:	182



Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul
Rua Félix Aby-Azar, 442 – Centro – CEP: 11900-000 – REGISTRO/SP
Tel. (13) 3821-3244 – Fax. 3821-4730 – E-mail: comiterb@serhs.sp.gov.br

Fis.:	992
Proc.:	1172/04
Rubr.:	Aee

Considerações e Recomendações do Instituto Ambiental VIDÁGUA

Fls.:	993
Proc.:	M22/04
Rubr.:	400

De: "Nilto Tatto" <ntatto@socioambiental.org>

Data: Ter, 18 Julho, 2006 9:36

Para: "Comiterb" <comiterb@serhs.sp.gov.br>

Assunto: Para reunião da CT-PG - Questões referentes a Tijuco Alto e os possíveis impactos na região do Lagamar

Prioridade: Normal

Opções: Ver cabeçalho completo | [Visualizar impressão](#)

Prezados, Ney e Gilson,
Abaixo o texto que foi escrito pelo Gazzetta com mais complementações do pessoal do IPesca. Substituir o Gazzetta que enviei ontem
Um forte abraço
Nilto

Questionamentos sobre os possíveis impactos da Hidroelétrica de Tijuco Alto nos ecossistemas, na economia e na vida das cidades litorâneas do Vale do Ribeira.

O Complexo Estuarino lagunar de Cananéia, Iguape e Paranaguá^[1] localiza-se entre o litoral sul do Estado de São Paulo e norte do Paraná. Trata-se de uma região formada por maciços rochosos litorâneos isolados e com predominância de ilhas sedimentares tipo barreiras, as quais originam os mares e baías internas denominadas de ambientes lagunares. As condições estuarinas estão presentes em todo complexo, em virtude das barras existentes, nas quais o aporte de água marinha é contido e diluído gradativamente, seja por meio das águas dos grandes rios, como o Ribeira de Iguape, ou pela concentração de nascentes e cachoeiras que deságuam nesta região.

Os recursos pesqueiros são a base econômica dos municípios de Cananéia e Iguape, como também, uma fonte muito importante para o município de Ilha Comprida. A variedade de peixes, crustáceos e moluscos ocasionou a diversificação quanto às artes pesqueiras praticadas pelas comunidades locais. É presente, desde a coleta de moluscos como a ostra e o mexilhão do mangue, a captura de crustáceos como o caranguejo, siris e variedades de camarões, até as especialidades pesqueiras, seja para grandes cardumes de peixes oriundos de migrações ou pelas populações originárias do próprio estuário.

A principal atividade de pesca da região é a artesanal, abrangendo próximo de 5.000 mil pescadores, sendo a região lagunar o principal local da prática das atividades pesqueiras. Os pescadores atuam de maneira autônoma com meios de produção próprios, sozinhos ou com a família, ou ainda em parceria com outros pescadores.

Fls.:	994
Proc.:	1772/04
Rubr.:	Ale

A exploração sustentada dos recursos pesqueiros apresenta-se comprometida para algumas espécies em virtude da deficiência de normas técnicas, da desorganização das entidades do setor e da precariedade na fiscalização. Mesmo estando presentes recursos de grande valor comercial como camarões, ostras e peixes nobres, a condição sócio-econômica dos pescadores locais é baixa.

O Rio Ribeira de Iguape é o principal elemento deste complexo ecossistema. As águas deste Rio, ricas em nutrientes e com especificidades e variações peculiares, promove um conjunto de reações física, químicas e biológicas ao encontrar com as águas do Oceano Atlântico, formando um ambiente raramente visto se comparado com outras regiões do Planeta. Esta soma de fatores ecológicos, com predominância para formação de extensos manguezais, propicia um criadouro natural para diversas espécies, sendo a área reconhecida pela União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN), como o terceiro ambiente de importância quanto à produtividade marinha do Atlântico Sul.

Um dos maiores exemplos das especificidades promovidas por esta região, é o uso quase que exclusivo da mesma, pela espécie *Anchoviella lepidentostole* - manjuba, para o complemento de seu ciclo biológico. A entrada da manjuba no Rio Ribeira corresponde ao período reprodutivo, dependendo de fatores ambientais, isto geralmente ocorre entre os meses de novembro a março, acompanhando o aumento do volume das águas do Ribeira, devido a maior incidência de chuvas na região.

Este pequeno peixe é responsável direto pelo trabalho de 3.433 pescadores que retiram anualmente das águas do estuário mais de 2.000 mil toneladas de pescado como principal fonte de sustento para aproximadamente 18.000 pessoas, principalmente no município de Iguape. É correto afirmar também, que esta espécie ainda beneficia indiretamente grande parte de todas as atividades pesqueiras desenvolvidas na região, uma vez que a mesma está inserida na base da cadeia alimentar natural de outras espécies importantes da ictiofauna, tanto do ponto de vista biológico como econômico.

A fragilidade das inter-relações encontradas nos ecossistemas do Complexo Estuarino Lagunar é evidente, e qualquer mínima alteração neste intrínseco processo natural, causa prejuízos severos tanto para as populações naturais como para as comunidades locais, representadas em sua maioria pelos últimos remanescentes das populações caiçaras do Brasil.

Neste contexto e por não existir nenhuma referência, seja na formulação ou na discussão do

Fls.:	995
Proc.:	1172/04
Rubr.:	fe

processo que originou o Estudo de Impacto Ambiental - EIA e o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, para a construção da Hidroelétrica de Tijuco Alto, que aponte sobre a influência desta obra nos ecossistemas estuarinos e lagunares do litoral do Vale do Ribeira, os questionamentos que se seguem são fundamentais para entender os motivos, pelos quais a região foi excluída deste estudo, visto que a mesma é ponto de descarga de todas as alterações ambientais que ocorrem no alto e médio Ribeira, e para os esclarecimentos necessários visando responsabilizar e garantir a manutenção dos sistemas naturais e a qualidade de vida das populações humanas locais.

1. Porque a região lagunar não foi incluída no conjunto de estudos técnicos realizados pelo empreendimento, visto que a qualidade das águas do Rio Ribeira afetam positiva ou negativamente a biota e a vida das comunidades e populações humanas deste litoral? A justificativa de não afetação é equivocada, uma vez que em outros países do mundo com empreendimentos semelhantes localizados em áreas similares, as obras afetaram severamente tanto as populações humanas com as naturais, causando dramáticos problemas de ordem sócio, econômica e ambiental, como é o caso da hidroelétrica de "Grand Coulee" localizada no Rio Columbia Estado de Washington nos Estados Unidos.
2. Com a construção da barragem haverá alteração, para maior ou para menor, do fluxo hidrológico e de sedimentos carregados pelo Ribeira até o estuário, até que ponto esta alteração poderá impactar ou modificar os processos ecológicos da região estuarina?
3. Neste contexto, quais as espécies de peixes, crustáceos e moluscos podem ser mais diretamente afetados? Quais os possíveis prejuízos sociais, ambientais e econômicos advindos deste impacto? E quais os planos idealizados pelo empreendimento para cada situação?
4. Havendo modificação no fluxo hidrológico, haverá além de erosões e degradação de terras úmidas na foz do rio Ribeira devido à diminuição de água doce e intrusão de água salina, como também uma ampliação severa dos processos de marés que poderá afetar áreas de várzeas e terras hoje agricultáveis. Neste contexto, quais as medidas que o empreendimento deverá adotar para mitigação destes impactos? Na negativa deste fenômeno, quais os estudos realizados que atestam que o mesmo não acontecerá?

Fis.:	996
Proc.:	1172/04
Rubr.:	fel

5. No caso de alteração do ciclo biológico e diminuição da quantidade populacional de espécies importantes economicamente para as comunidades locais, como o empreendimento pretende agir? Qual a proposta ou plano de auxílio que será empregado para manutenção da qualidade de renda e vida das comunidades locais? Em caso de afetação permanente do trabalho e renda das comunidades, o auxílio indenizatório se estenderá até que geração familiar?

6. Na apresentação do Relatório de Impacto Ambiental realizada na cidade de Registro foi afirmado por um dos pesquisadores de fauna responsável pelos estudos, que haveria ruptura do fluxo gênico de algumas espécies de peixes, uma vez que as populações seriam apartadas pela obra. Com base nesta afirmação, é fundamental questionar: quais serão estas espécies? Qual a importância das mesmas na cadeia alimentar da ictiofauna regional? Quais os possíveis impactos para outras espécies do sistema? E quais as medidas que serão adotadas pelo empreendimento para o repovoamento das espécies afetadas?

7. Sabendo que a região de Iguape e Ilha Comprida são sempre afetadas direta e severamente pelos processos de inundação natural do Rio Ribeira, e que em casos extremos como as cheias de 1983 e 1997, mesmo havendo tempo hábil e medidas de emergência visando garantir a segurança de pessoas e propriedades antes que os impactos fossem sentidos no litoral, inúmeros prejuízos foram causados. Neste contexto, e sabendo através dos estudos técnicos que a barragem não conterà a quantidade de água dos episódios acima descritos é fundamental saber: Para em casos de acidentes naturais severos, o empreendimento possui um plano de emergência? Qual este plano? Para casos extremos, como a possibilidade de acidentes estruturais, como, por exemplo: a ruptura da barragem. Qual o plano estratégico idealizado pelo empreendimento para situações extremadas? Qual o tempo estimado para o volume de água atingir as cidades do litoral? Como a população será informada e treinada para estas situações, para se evitar tragédias?

As respostas aos questionamentos acima levantados são fundamentais para compreensão dos processos que afetarão a região lagunar dentro do contexto relacionado ao empreendimento de Tijuco Alto. Sem um estudo técnico coerente e completo que aponte claramente qual o verdadeiro impacto desta obra nos ambientes litorâneos, a aprovação do empreendimento se torna um ato de inseqüência e individualização de responsabilidade,

cabendo as autoridades e aos órgãos públicos locais favoráveis, responder diretamente pelos possíveis danos causados pelo empreendimento ao meio ambiente e a vida das comunidades locais.

[1] Texto sobre o Complexo Estuarino Lagunar extraído do Plano de Gestão pesqueira da região, e Informações complementares do Instituto de Pesca de Cananéia.

anexos:

untitled-[1]

10 k

[text/plain]

Baixar | ver

Mover para: Entrada Mover

Fis.:	997
Proc.:	1172/04
Rubr.:	7ee



Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul

Rua Félix Aby-Azar, 442 – Centro – CEP: 11900-000 – REGISTRO/SP

Tel. (13) 3821-3244 – Fax. 3821-4730 – E-mail: comiterb@scrhs.sp.gov.br

Fls.:	998
Proc.:	1172/04
Rubr.:	4a

Considerações e Recomendações da Prefeitura Municipal de Ilha Comprida



Prefeitura Municipal de Ilha Comprida

Estado de São Paulo

Av. Beira Mar, 11.000 – Bal. Meu Recanto – Ilha Comprida/SP

CEP: 11925-000 – Tel.: (13) 3842 1011 – Fax.: (13) 3842 1141

gabinete@ilhacomprida.sp.gov.br

Fls.:	999
Proc.:	172/04
Rubr.:	See

Colegas:

Devo reconhecer que a tarefa é muito delicada, do tamanho da responsabilidade de pretender servir de "conselheiro" para que o plenário tome uma decisão a respeito de um empreendimento de magnitude tão significativa – capaz de alterar o futuro, não apenas das comunidades afetadas diretamente pela obra, mas capaz de provocar mudanças profundas das condições físicas, ambientais e de toda a biodiversidade dessa parte de nossa região.

Conspira contra a gente a exigüidade do prazo para a análise, embora eu sempre alimento receios ao pretender raciocinar no terreno movediço dos futuros condicionados (se isto, se aquilo), pois nesse espaço especulativo, os argumentos são extremamente frágeis, bastando a oposição dos contra-argumentos (se não-aquilo, se não-isto) para derruba-los. Acredito que a melhor ferramenta nesse momento é o "bom senso". Melhor que hipóteses acadêmicas de longas e enigmáticas justificativas.

Para início da caminhada atrás de um parecer sobre a questão decidi estabelecer alguns critérios básicos, a saber:

Não dar atenção a fatores paralelos, alheios ao estudo do caso e, muitas vezes, meras falácias criadas para atender outros interesses que não condizem com as premissas do nosso colegiado, estritamente voltado ao gerenciamento dos recursos hídricos.

Assim, por exemplo, não hei de considerar o argumento de que Tijucu Alto é a primeira de quatro barragens (ela e Funil, Batatais e Itaóca). Hoje a Cesp não mais existe; a concessionária de energia é a Elektro; a CBA é explícita ao afirmar que essas barragens não lhe interessam e, por último, se caso vir a ser aventada a possibilidade de construção das referidas obras, elas indubitavelmente serão objeto de cuidadosos processos de licenciamento – assim como neste caso – que certamente apontarão oportunamente o que deva ser feito. O objeto em análise é Tijucu Alto e não será fazendo suposições (e se as outras 3 barragens – e se não as outras 3 barragens) que se chegará a um posicionamento. Atualmente não existe nenhum processo visando os supostos reservatórios de Funil, Batatais e Itaóca.

Outro caso a ser colocado ao largo da análise é sobre os supostos impactos que a obra traria para o complexo estuarino do Lagamar. A região do Lagamar fica a mais de 300 quilômetros da represa. Nesse trajeto o rio Ribeira de Iguape recebe um grande número de afluentes, sendo o Juquiá o mais importante desses contribuintes, o que indica que até sua chegada à foz o rio deverá estar totalmente recuperado em seu caudal. Por outro lado é uma falácia quando se diz que a represa irá diminuir a vazão do rio. A verdade é que haverá sim uma redução considerável da vazão na etapa de enchimento do reservatório, porém a vazão será regularizada após a formação do lago. Apenas será aproveitada a força originada pelo enclausuramento (se pode ser usada essa palavra) do rio. Os reais impactos ambientais e socioeconômicos do Lagamar vêm sendo causados há mais um século e meio pela abertura do Valo Grande e não será uma represa hidrelétrica situada a centenas de quilômetros que causará impactos de qualquer ordem para o estuário.

Também não terei de considerar o aludido poder regulador das enchentes que o tal reservatório poderá exercer se construído. É um "fifty-fifty" (meia-verdade/meia-mentira). Mesmo com um bom espaço para retenção das águas de uma cheia (480 bilhões de litros), mesmo assim, nada assegura que seja suficiente para que possa ser considerado como um elemento regulador. Quando muito poderá minimizar alguns efeitos e em algumas ocasiões. Noutras (e há aí uma "meia" oculta) poderá vir a ser elemento agravante, por exemplo, se obrigado a abrir comportas para diminuir a pressão das águas no reservatório.

Pelo que me foi dado entender até o momento, para melhor avaliar os impactos socioeconômicos advindos da construção da UHE de Tijucu Alto deve-se dividir o processo em três momentos:



Prefeitura Municipal de Ilha Comprida

Estado de São Paulo

Av. Beira Mar, 11.000 – Bal. Meu Recanto – Ilha Comprida/SP

CEP: 11925-000 – Tel.: (13) 3842 1011 – Fax.: (13) 3842 1141

gabinete@ilhacomprida.sp.gov.br

Fis.:	1000
Proc.:	172/04
Rubr.:	4ee

- a) o chamado "passivo social" originado na década 1988-1999, quando a Companhia Brasileira de Alumínio – CBA, procedeu à compra de algumas terras na região do pretendido empreendimento;
- b) o período de construção e implantação, e
- c) o pós-obras.

No primeiro caso, a CBA alega que quando da compra das terras procedeu a um cadastramento dos proprietários e não-proprietários (posseiros, meeiros, etc.), das terras adquiridas e das terras que ainda seria necessário adquirir. Confrontando esse cadastro com um novo cadastro atualizado, muitas das famílias de não-proprietários cadastradas à época ainda vivem na área. Apenas pouco mais de 30 famílias não residem mais no local e elas deverão ser chamadas para receber os benefícios que serão dados através dos programas de re-assentamento. Pessoalmente acho muito difícil que depois de mais de 15 anos seja possível corrigir integralmente os erros cometidos no passado. Muitas dessas famílias não mais serão encontradas e outras já deverão ter iniciado processos de adaptação a outras situações que, ao invés de serem ajudadas, poderão vir a ser prejudicadas se novamente movimentadas. Assim, sobre esse caso, acho que devem ser envidados todos os esforços para que possam ser encontradas essas famílias que saíram da área e, se considerado que será para uma melhor qualidade de vida, que sejam incluídas nos programas de compensação social e re-assentamento.

O segundo caso é tão complexo que é temerário pretender sintetizar todas suas interfaces num documento como este. Há algumas coisas evidentes: haverá um afluxo muito grande de pessoas atrás dos empregos oferecidos durante o período das obras. O estudo da CENC Engenharia S/A aponta com a contratação de 1.400 trabalhadores diretos e de 330 trabalhadores para as atividades complementares. Esse número deverá ser bem maior se considerarmos a alta rotatividade da mão-de-obra que deverá acontecer durante o período das obras previsto para 3 anos. Os programas descritos no EIA nos parecem interessantes e alguns tornam-se especialmente simpáticos quando pretendem, por exemplo, através da educação ambiental capacitar os operários para agir com critérios ambientalmente corretos durante o desenvolvimento das obras. As obras deverão provocar, de fato, uma "explosão" econômica abrindo lugar para muitas oportunidades de negócios, com ênfase no setor de serviços. Sobre algumas áreas de comércio nada há que assegure que as obras devam trazer algum incremento. Pelo que me consta o mercado local não tem nenhuma condição de suprir os insumos necessários para tal obra. Por tanto os grandes benefícios econômicos deverão ser significativos sim, mas para outras localidades.

Também é verdade quando se afirma que esse acréscimo populacional, mesmo que por tempo determinado, deverá exercer pressão sobre os equipamentos públicos, em especial nos setores de saúde, educação e segurança. Aí, me preocupa um pouco quando o EIA aponta para ações conjuntas do empreendedor e as autoridades públicas (municipais, estaduais, federais). É sabido que as prefeituras da região não têm condições de investimento. Os prefeitos reclamam que suas receitas são insuficientes para a gestão eficiente dos serviços públicos existentes. Que esperar no caso de um significativo aumento da demanda? Acredito que esses "pactos" devam ser sacramentados antes do início das obras pois, de outra forma nada garante que essas parcerias serão realmente efetivadas. Ainda buscando esclarecer o ponto: em algum lugar II que deverá ser incrementado o Programa de Saúde da Família para atender a demanda dos novos moradores. O quê garante que as prefeituras locais terão recursos para montar novas equipes de agentes comunitários? O quê garante que o governo do Estado aumentará os repasses de recursos para esse atendimento? A única coisa certa é o comprometimento do empreendedor, único interessado pela execução do projeto.

Assim onde se coloca, por exemplo: "O Sub Programa de Educação e Saúde para os Trabalhadores na Obras é de responsabilidade do empreendedor, envolvendo as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde dos Estados do Paraná e São Paulo, mediante formalização de convênios de cooperação", esse "envolvimento" deveria constar de um documento formal como um "Termo de Compromisso" ou "Acordo de Intenções". Apenas relacionar no EIA o envolvimento público não é



Prefeitura Municipal de Ilha Comprida

Estado de São Paulo

Av. Beira Mar, 11.000 – Bal. Meu Recanto – Ilha Comprida/SP

CEP: 11925-000 – Tel.: (13) 3842 1011 – Fax.: (13) 3842 1141

gabinete@ilhacomprida.sp.gov.br

Fls.:	1001
Proc.:	172/04
Rubr.:	Ale

garantia de que esse envolvimento acontecerá de fato. Em 3 anos os cenários políticos mudam e os acordos mudam com eles.

DESTA FORMA UMA DAS PROPOSTAS É A DE QUE EM TODAS AS INSTÂNCIAS ONDE EXISTA A NECESSIDADE DE RESPONSABILIDADES E AÇÕES CONJUNTAS ENTRE O EMPREENDEDOR PRIVADO E OS SETORES PÚBLICOS SEJAM SACRAMENTADAS ATRAVÉS DE COMPROMISSOS DE INTENÇÕES OU DOCUMENTO ANÁLOGO, QUE DE ALGUMA FORMA, GARANTA QUE AMBAS AS PARTES ENVOLVIDAS ESTÃO DE ACORDO COM A REALIZAÇÃO DE UM POSSÍVEL CONVÊNIO CASO AS LICENÇAS SEJAM CONCEDIDAS. ESSA MESMA MEDIDA PODERÁ SER ESTENDIDA ÀS DEMAIS PARCERIAS (COM EMPREITEIRAS, EMPRESAS, ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, ETC) QUANDO NECESSÁRIAS.

A bolha de prosperidade econômica dos anos das obras deverá se desfazer após a construção, causando uma regressão à situação original: a época anterior às obras. Haverá um pequeno acréscimo por conta dos funcionários da usina.

A região do Alto Vale é a que apresenta os indicadores sociais mais baixos dos estados de São Paulo e Paraná. Sem a usina as perspectivas de desenvolvimento se apresentam a longo prazo. O êxodo para os centros urbanos, embora mais lento que na metade do século passado, ainda persiste e é inexorável. Os jovens não enxergam o desenvolvimento de suas aspirações no setor rural. A maioria almeja profissões essencialmente urbanas. As dificuldades de acesso somadas às limitações ambientais não fazem prever um possível desenvolvimento industrial para aquela região. O relevo não faz supor uma agropecuária intensiva. Sua atual depressão é decorrente dessas características que inibiram seu crescimento. A vocação minerária da região, uma vez esgotado o ouro de aluvião, centrou-se em outros minérios (chumbo, calcários, etc) e tende a esgotar-se junto com a exploração das jazidas. Atualmente existem grandes projetos de reflorestamento que ocupam grandes territórios e geram pouquíssimos empregos. Na verdade a usina, per si, apenas irá estremecer a economia dos municípios por um período, após esse furação haverá uma tendência de "regredir" à situação atual. Por outro lado, desde que o programa de re-assentamento seja eficaz, não haverá perda significativa na produção rural (que apenas mudará de lugar) e os municípios poderão receber um incremento de receita provenientes dos *royalties* advindos da usina.

ACREDITO QUE O COMPROMETIMENTO DO EMPREENDEDOR NO SUPORTE À PRESSÃO QUE AS OBRAS EXERCERÃO NOS SERVIÇOS PÚBLICOS DOS MUNICÍPIOS DEVA SER TOTAL: VALE DIZER QUE DEVERÃO DE SER DISPONIBILIZADOS RECURSOS (HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS) PARA QUE AS COMUNIDADES NÃO SOFRAM CONSEQUÊNCIAS NEGATIVAS COMO, POR EXEMPLO, O DETRIMENTO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS. A POPULAÇÃO NÃO DEVERÁ SOFRER POR FALTA DE VAGAS NAS ESCOLAS; POR INSUFICIÊNCIA DE PROFISSIONAIS COMO PROFESSORES, MÉDICOS, ETC; PORQUE A INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA ESTÁ AFETADA PELO TRÁFEGO DE CAMINHÕES; PORQUE OS SERVIÇOS DE SEGURANÇA FICAM INCOMPATÍVEIS COM O NÚMERO DE NOVOS MORADORES E ASSIM POR DIANTE. QUERO DIZER QUE SE FALTAM SALAS DE AULA O EMPREENDEDOR CONCORRERÁ PARA A SOLUÇÃO CRIANDO ESTRUTURAS COMO AS DE SEU ACAMPAMENTO, POR EXEMPLO. SE FALTAM PROFESSORES OU MÉDICOS ELE COLOCARÁ PESSOAL CONTRATADO POR ELE PARA SUPRIR AS CARÊNCIAS PODENDO ATÉ CONSTRUIR POSTOS DE SAÚDE DE APOIO, COM AS CARACTERÍSTICAS DE SEU ACAMPAMENTO, SE NECESSÁRIO. QUE DESENVOLVERÁ PROGRAMAS DE PREVENÇÃO AO ABUSO DE CONSUMO DE ÁLCOOL, DE DROGAS, DE HIGIENE SEXUAL, DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES, ASSIM COMO DE REGRAS DE COMPORTAMENTO QUE INIBAM O COMPORTAMENTO ANTISOCIAL. UM ACORDO ENTRE O EMPREENDEDOR E OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PERMITIRIA, TALVEZ, FAZER UM LEVANTAMENTO DE ANTECEDENTES DOS OPERÁRIOS CONTRATADOS NO PERÍODO DAS OBRAS. E O MESMO SERVE EM TODAS AS ORDENS: DEVE-SE ASSUMIR QUE O MAIOR INTERESSADO NA UHE TIJUCO ALTO É O EMPREENDEDOR E NENHUMA OUTRA PARTE DEVERÁ SOFRER QUALQUER CONSEQUÊNCIA NEGATIVA DE SUA PARTE. A MITIGAÇÃO, MINIMIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS IMPAC-



Prefeitura Municipal de Ilha Comprida

Estado de São Paulo

Av. Beira Mar, 11.000 – Bal. Meu Recanto – Ilha Comprida/SP

CEP: 11925-000 – Tel.: (13) 3842 1011 – Fax.: (13) 3842 1141

gabinete@ilhacomprida.sp.gov.br

Fls.:	1002
Proc.:	1192/04
Rubr.:	fe

TOS OCASIONADOS CABERÃO, EM TODOS OS CASOS, ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE AO EMPREENDEDOR.

Finalmente, o terceiro caso, o pós-construção. Alguns setores (ou alguns empreendedores) deverão ser diretamente beneficiados com a usina. Após o boom dos anos de construção alguns setores ficarão capitalizados e terão dado avanço, outros deverão extinguir-se junto com as obras. Porém, a humanidade é um tecido vivo. Refaz-se de guerras e tsunamis. Evolui ao mesmo tempo em que as civilizações se implodem. Assim, podemos dizer que a sociedade dessa região haverá de adaptar-se à nova realidade e poderá vir a desenvolver alternativas inteiramente novas. O lago poderá vir a permitir um grande número de atividades como pesca esportiva, esportes náuticos, fazendas de piscicultura em tanques-rede, etc. Valerá nesse momento concentrar esforços para que as novas oportunidades possam ser aproveitadas. A partir desse momento deverá ser feito um amplo movimento institucional – público e privado – para que as alternativas possam consolidar-se em novas oportunidades de geração de emprego e renda.

Não me cabe aqui analisar os impactos à fauna, à flora, ao acervo arqueológico, etc. Porém, me permitam sugerir alguns questionamentos:

- Existe algum Plano de Emergência caso algum evento venha a pôr em risco a estrutura da barragem? Plano de remoção de populações, sistema de alerta aos municípios à margem do rio, plano de atendimento de socorro e emergência, etc?

- Está prevista a remoção de animais, plântulas, sementes, mudas, assim como aproveitamento das madeiras e plantas de valor econômico (medicinais, ornamentais, etc) na região a ser alagada?

EMBORA ESSE SEJA, EM LINHAS GERAIS, MEU PARECER, SINTO QUE O ASSUNTO MERECE SER MELHOR ESTUDADO. NÃO ME PARECE JUSTO QUE UMA DECISÃO DE TAL IMPORTÂNCIA, DE UMA INSTÂNCIA SIGNIFICATIVA COMO O COMITÊ DE BACIA, DEVA SER RESOLVIDA DE MANEIRA INSENSATA (FALTA DE SENSO), SEM O APROFUNDAMENTO QUE A MATÉRIA MERECE. POR ISSO, CASO O DAIA TENHA ACEITO NOSSO PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA A MANIFESTAÇÃO DO CBH-RB, SOLICITAMOS NOS SEJA DADO O MESMO RECURSO PARA O APRIMORAMENTO DE NOSSO TRABALHO.

Lamentavelmente, não poderei estar presente nesta ocasião, por favor aceitem minhas desculpas.

Aproveito para renovar meu abraço a todos.

Ilha Comprida, 21 de julho de 2006

Miguel Ferreiro



Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguaçu e Litoral Sul
Rua Félix Aby-Azar, 442 – Centro – CEP: 11900-000 – REGISTRO/SP
Tel. (13) 3821-3244 – Fax. 3821-4730 – E-mail: comiterb@serhs.sp.gov.br

Fis.:	1003
Proc.:	1172/04
Rubr.:	Fee

**Considerações e Recomendações do Centro
Tecnológico de Hidráulica e Recursos Hídricos do
Departamento de Águas e Energia Elétrica**



SECRETARIA DE ESTADO DE ENERGIA, RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO
DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA
CENTRO TECNOLÓGICO DE HIDRÁULICA E RECURSOS HÍDRICOS

Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 120 – tel. (11) 3039-1933
Cidade Universitária – CEP: 05508-900 – São Paulo - SP

Fis.:	1004
Proc.:	1172/04
Rubr.:	lee

ASPECTOS HIDROLÓGICOS ENVOLVIDOS NO EIA/RIMA DA UHE TIJUCO ALTO CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO CTH:

1. A primeira consideração a ser feita diz respeito ao método adotado para o dimensionamento do reservatório de acumulação, com finalidades de regularização de vazões e de contenção de cheias, que não é explicado no texto. Não se indica, tampouco, qual a série (ou séries) histórica(s) de vazões médias diárias adotada(s) para o referido dimensionamento, embora pareça provável que tenha sido adotada série de vazões médias diárias observadas na estação Capela do Ribeira, operada pela ANA, de prefixo 81200000, cuja área de drenagem é de 7.252km^2 e com dados observados desde 10/1936. Como se trata de reservatório de grande magnitude (volume de $2044 \times 10^6 \text{ m}^3$, para o nível máximo normal, 290,00m), é importante que sejam fornecidos estes esclarecimentos, para que se possa julgar o projeto apresentado;
2. A vazão de projeto do vertedouro (com soleira do tipo "Creager") é de $2.500\text{m}^3/\text{s}$, determinada para possibilitar o vertimento da vazão decamilenar (com período de retorno de 10.000 anos), com amortecimento no reservatório, estimada em $4.308\text{m}^3/\text{s}$. Embora não tenha sido apresentada a série de vazões máximas adotada para a estimativa de vazão máxima decamilenar, parece certo que foi adotada a série de vazões médias diárias máximas anuais observadas na já referida estação fluviométrica Capela do Ribeira, operada pela ANA. Seria de grande utilidade, para a análise do projeto, que, também, fosse explicado o modelo de previsão de vazões adotadas para referida estimativa. Deve-se observar, também, que deveria ter sido adotada, para a estimativa das vazões máximas, a série de vazões máximas instantâneas (ou vazões máximas de pico) anuais, estimando-se a vazão máxima instantânea com base na vazão média diária máxima. Com esta correção, as vazões máximas (correspondentes a diversos períodos de retorno) seriam majoradas em cerca de 15 a 20%, em se tratando de uma bacia contribuinte da ordem de 7.250km^2 . Assim sendo, o estudo deveria ser refeito, com base nas vazões máximas instantâneas anuais, pois, com o critério que parece ter sido adotado, as vazões máximas foram, seguramente, subestimadas. Assim sendo, o estudo de estimativa de vazões máximas, correspondentes a vários períodos de retorno, fundamental, também, para as obras de desvio do rio, deve ser refeito, adotando-se as vazões máximas instantâneas anuais, estimadas com base nas vazões médias diárias máximas anuais;
3. O estudo de controle de enchentes, que se apresenta no já mencionado EIA/RIMA, foi efetuado com base em estações fluviométricas do DAEE e da ANA. Deve-se observar, contudo, que a estação 4f-015, Sete Barras, não registrou a cheia de 1997, por ter sido paralisada, de 01/01/1997 a 28/06/1997. No relatório, contudo, não se explicita como se obteve o valor de $3.521\text{m}^3/\text{s}$ para a vazão de pico, em 1997. Assim sendo, é preciso que se informe como se estimou este valor, já que



não existem dados medidos da cheia de 1997, por causa da paralisação da estação;

4. O tempo de enchimento do reservatório, estimado em 293 dias, dada a grande magnitude do seu volume, é muito longo e não se faz nenhuma referência ao valor estimado da vazão liberada para jusante, vazão sanitária e destinada a minimizar o forte impacto ambiental (dado o longo tempo de enchimento). Como é obvio, o fortíssimo impacto ambiental, representado pela mudança abrupta do regime natural de vazões, no Alto curso do Rio Ribeira, inevitável, agravado pelo período longo de quase um ano, pode ser amenizado, desde que se libere uma vazão adequada, o que teria como consequência possível e natural o alongamento do tempo de enchimento. De qualquer forma, é necessário que se faça um cotejo entre as diversas alternativas possíveis e um estudo de otimização, que não foi apresentado. Assim sendo, é indispensável que tal estudo seja apresentado, para que se possa fazer uma avaliação cuidadosa, na qual se baseie um correto julgamento da conveniência de se conceder a pretendida licença ambiental;
5. O EIA/RIMA em questão é omissivo no que diz respeito a uma avaliação comparativa entre as vazões naturais afluentes ao eixo da projetada barragem (em regime natural) e as vazões regularizadas estimadas, efluentes do projetado reservatório. Indica-se que a vazão turbinada (vazão de engolimento) pelas 2 turbinas planejadas é da ordem de $110\text{m}^3/\text{s}$, mas é necessário que se apresente um estudo comparativo mais detalhado, no qual se indiquem as vazões naturais médias de longo período e as vazões defluentes (estimadas) do reservatório, levando-se em conta as vazões turbinadas e as eventualmente descarregadas pelo vertedouro;
6. Como resumo das considerações feitas, indicam-se, a seguir, as necessidades de revisões ou complementações a serem pedidas:
 - I – Revisão do estudo de estimativas de vazões máximas, correspondentes a diversos períodos de retorno (especialmente 50, 100 e 10.000 anos), com base nas vazões máximas instantâneas anuais, determinadas com base nas vazões médias diárias máximas anuais observadas;
 - II – Realização de estudo do enchimento do reservatório projetado, com apresentação de diversas alternativas possíveis e estudo comparativo;
 - III – Identificação mais detalhada das séries históricas de dados fluviométricos que foram usadas para o projeto, com esclarecimento das objeções que foram formuladas;
 - IV – Apresentação detalhada do estudo de dimensionamento do reservatório, com indicação clara do método utilizado, das séries históricas de dados usados e dos critérios adotados.



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE COMUNICAÇÕES ADMINISTRATIVAS

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Aos **vinte e nove** dias do mês de **agosto** de **2006**, encerrou-se este volume, nº V, do processo de nº **02001.001172/2004-58**, referente a UHE Tijuco Alto, iniciado na folha 803 e finalizado na folha nº 1006, abrindo-se, em seguida, o volume de nº VI.


Alexandre Pollastrini
Coordenador de Energia Hidrelétrica e Transposições
Substituto
CONHO / CGENE / DILIC / IBAMA